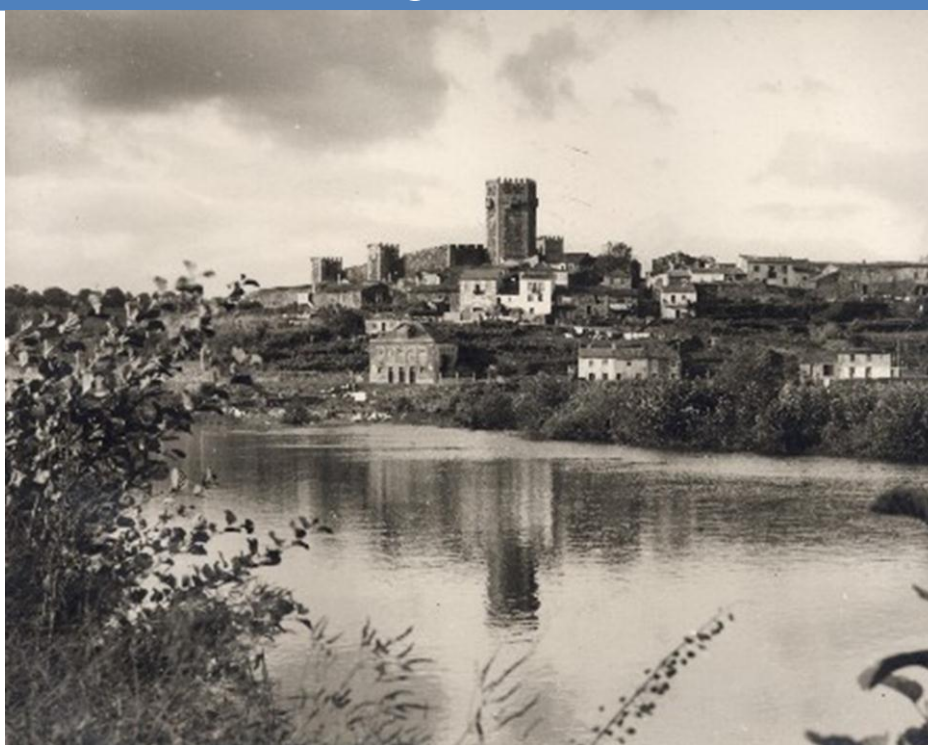


Patrícia Adelaide Alves Cardoso

Dinâmicas do Mundo Rural no Virar do Século

- O Concelho do Sabugal



Faculdade de Letras
Universidade de Coimbra
2011

Patrícia Adelaide Alves Cardoso

**As Dinâmicas do Mundo Rural no Virar do Século
O Caso do Concelho do Sabugal**

Dissertação de Mestrado em Geografia, área de especialização Geografia Humana Ordenamento do Território e Desenvolvimento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Norberto Pinto dos Santos

Faculdade de Letras
Universidade de Coimbra
2011

Prefácio e Agradecimentos

No término de mais uma etapa do meu percurso académico, não poderia deixar passar em branco os muitos agradecimentos que tenho para mencionar. Assim sendo, as próximas linhas expressam o meu mais sincero obrigado, a todos aqueles que gentilmente, e das mais diversas formas contribuíram para que este projecto chegasse a bom porto.

Em primeiro lugar, e como não poderia deixar de ser, agradeço aos meus pais o apoio ao longo do meu percurso académico, sem o seu apoio, nada disto seria possível. Este trabalho foi bem-sucedido graças aos contributos e ao empenho do meu orientador, o Professor Doutor, Norberto Santos do Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Agradeço-lhe o tempo e a dedicação despendidas a este projecto, sendo que, foi um gosto trabalhar sob a sua orientação.

Tenho também um agradecimento muito especial para o meu namorado, Paulo Pinto, pelos ensinamentos, pela paciência e dedicação com que sempre me ajudou.

Às minhas manas Filipa e Ana, à minha madrinha, que é a melhor madrinha do mundo, e a toda a minha família, obrigada por tudo.

Agradeço ainda aos meus colegas pelo tempo e experiências partilhadas, bem como, aos professores que me acompanharam ao longo deste processo, a todos um sincero e profundo obrigado.

RESUMO

Os espaços rurais em Portugal confrontam-se hoje com vários problemas que importa mitigar de entre os quais se destacam: uma agricultura não competitiva; o despovoamento, os processos de desertificação.

O turismo no espaço rural (TER) tem vindo a impor-se como actividade com potencial para relançar o desenvolvimento de alguns espaços rurais, particularmente daqueles que têm recursos de elevada qualidade natural e cultural.

O ambiente, a cultura local e o património constituem três elementos chave no espaço rural, sendo a população local a principal geradora e defensora desses mesmos elementos.

O concelho do Sabugal conta já com vários séculos de história, expressos no seu património arquitectónico e arqueológico, que ao longo dos tempos foi enriquecendo este território, inserido em paisagens naturais moldadas por ribeiras e pelo rio Côa que se apresenta como um recurso valioso de hoje e de outros tempos. Neste contexto, Sabugal ostenta um conjunto singular de recursos endógenos de elevado potencial na fileira do TER; valioso património cultural e arquitectónico, e outros produtos considerados *estratégicos* pelo Plano Nacional Estratégico para o Turismo.

Com a elaboração deste trabalho permitiu ver mais de perto as alterações e transformações ocorridas no espaço rural, nomeadamente no que respeita à evolução da população bem como das actividades económicas e aproveitamento dos recursos endógenos.

Palavras-Chave: Desenvolvimento; desenvolvimento local; turismo rural;

Abstract

The rural areas in Portugal are faced today with several problems that must be mitigated and among the most important ones there are: the non-competitive agriculture and the processes of depopulation and desertification.

Tourism in rural areas (TER) has taken off as an activity which has the potential to boost the development of some rural areas, particularly those that have the high quality natural and cultural resources.

The environment and the local culture and heritage are three key elements in rural areas, and the local population is the main creator and defender of these elements

The city council of Sabugal already accounts with several centuries of history, expressed in its architectural and archaeological heritage, which over the time has been enriching this territory. Moreover, inserted in natural landscapes, this region is shaped by streams and by the river Côa, which has been considered a valuable resource over the time.

In this context, Sabugal displays a series of unique and high potential endogenous resources in the chain of TER; valuable cultural and architectural heritage, and other products which are considered *strategic* by the *Plano Nacional Estratégico para o Turismo*.

The preparation of this work has enabled us to see more closely the adjustments and changes occurring in rural areas, particularly the ones regarding the development of population and of economic activities and the use of endogenous resources.

Keywords:

Development; local development; rural tourism

Glossário

ADES	Associação de Desenvolvimento do Sabugal
AGROS	Programa Operacional de Desenvolvimento rural
AMU	Áreas Medianamente Urbanas
APR	Áreas Predominantemente rurais
APU	Áreas Predominantemente Urbanas
CCDRC	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CE	Comunidade Europeia
CEE	Comunidade Económica Europeia
DGOTDU	Direcção Geral do Ordenamento do Território – Divisão de Urbanismo
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
GAL	Grupo de Acção Local
INCB	Instituto Nacional da conservação da Natureza e da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INE	Instituto Nacional de Estatística
INTERREG	Cooperação Transfronteiriça
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Economico
ONU	Organização da Nações Unidas
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento regional
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FSE	Fundo Social Europeu
LEADER	Ligação entre acções de Desenvolvimento da Economia Rural
MADRP	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas
NUT'S	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OMT	Organização Mundial de Turismo
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
PEN	Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural
PPDR	Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional
PAL	Planos de Acção Local
PDL	Planos de Desenvolvimento Local
PAC	Política Agrícola Comum
PENDR	Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural
PIB	Produto Interno Bruto
PO	Programas Operacionais

PME	Pequenas e Médias Empresas
PPDR	Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente
PROVERE	Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos
PRORURAL	Programa de Desenvolvimento Rural dos Açores
PRODEAM	Programa de Desenvolvimento Rural da Madeira
QCA	Quadro Comunitário de Apoio
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
REGIS	Integração das Regiões Periféricas
RNAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
RIME	Sistema de Incentivos às Micro-empresas
RURIS	Plano de Desenvolvimento Rural
RNSM	Reserva Natural da Serra de Malcata
SAJE	Sistema de Apoio aos Jovens Empresários
TER	Turismo em Espaço Rural
UE	União Europeia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Índice

Índice	7
Introdução.....	9
Capítulo I (parte teórica).....	12
1-Modelos de desenvolvimento.....	12
2- Desenvolvimento e Sustentabilidade do Mundo rural	23
2.1- As preocupações da União Europeia com o espaço rural.....	25
2.1.1- Medidas criadas para inverter o declínio do espaço rural.....	27
2.1.2- Programas de apoio ao espaço rural.....	28
2.1.2.1- Políticas de desenvolvimento à escala da União Europeia	28
2.2- Desenvolvimento Rural em Portugal.....	35
2.2.1- O espaço rural em Portugal.....	35
2.2.2- Tipologias das zonas rurais	38
2.2.3- Classificação das freguesias segundo a Direcção Geral do Ordenamento do Território – Divisão de Urbanismo	39
2.2.4- Classificação das freguesias segundo o INE.....	39
3- Políticas de Desenvolvimento Rural em Portugal.....	39
3.1.1- Iniciativas recentes.....	45
4- Novos estímulos ao espaço rural: transformações culturais, sociais e económicas ...	47
4.1- Do abandono paisagístico à criação de actividades de turismo e lazer.....	49
4.1.1- O Papel do Turismo no Renascimento do Rural em Portugal	49
4.1.2- O território e o desenvolvimento turístico	53
4.2- A cultura tradicional e identidade dos meios rurais.....	58
4.2.1- O Património como contributo de desenvolvimento local.....	58
Capítulo II-	62
1- Enquadramento geográfico da área de estudo.....	62
2- Análise sócio demográfica	65
2.1- Comportamento demográfico	65
2.2- Estrutura sócio profissional.....	69
2.2.1- Comportamento dos sectores de actividade.....	69
3.1- Incidência dos programas comunitários	73
4- Potencialidades locais de desenvolvimento	74
4.1- Ocupação e utilização do território.....	74
4.2.1 – Recursos Naturais.....	76
4.3 – Recursos Culturais.....	84
4.3.1- Locais de interesse / património edificado.....	84

4.3.2- Património etnográfico.....	86
4.4- Alojamento e restauração.....	87
5- Associativismo	90
5.1- Importância das associações locais.....	90
6- Turismo em espaço rural, como motor de desenvolvimento local.....	93
6.1- Agentes culturais que caracterizam o território.....	94
7- Estratégias de desenvolvimento e acções a desenvolver.....	101
Conclusão	103
Bibliografia.....	106
Índice de Figuras	116
Índice de Quadros.....	117
Índice de Gráficos.....	118
Índice de Mapas.....	119
Anexo I.....	120
Anexo II.....	121
Anexo III	122

Introdução

O estudo apresentado corresponde a uma dissertação elaborada no âmbito do Mestrado em Geografia Humana: Ordenamento do Território e Desenvolvimento.

Pretendo com o estudo, analisar as mudanças no espaço rural, nomeadamente no concelho do Sabugal.

De acordo com as orientações para este estudo, de uma forma geral, pretende-se dar um contributo para o conhecimento das dinâmicas positivas e negativas que envolvem o mundo rural em Portugal e o seu contexto supranacional.

Actualmente assistimos a um conjunto de mudanças económicas, sociais e demográficas, com repercussões negativas nos espaços rurais. Estas áreas caracterizam-se por um elevado grau de despovoamento, a agricultura tem vindo a perder importância, pelo que à necessidade de uma maior preocupação em apostar no desenvolvimento destas áreas.

“O espaço rural caracteriza-se pela diversidade de paisagens, de culturas e de civilizações, assumindo, na actualidade, especial relevância pelas múltiplas potencialidades que oferece” (Mateus, 2009)

Os territórios rurais têm uma história económica e uma estrutura que resultam do uso da terra pela agricultura e pela floresta e de actividades industriais que utilizam a força de trabalho rural e/ou os recursos naturais rurais. No entanto, a perda de importância da actividade agrícola e o aumento da importância do plurirrendimento e da pluriactividade, a importância da indústria, o desenvolvimento de actividades residenciais e recreativas, bem como o crescimento do interesse social pelos bens rurais e da natureza, têm modificado grandemente o funcionamento económico desses espaços.

Na realidade, se parecia assistir-se a uma “lenta morte” do mundo rural, hoje, em consequência do potencial de desenvolvimento e do processo de multifuncionalidade dos espaços rurais, perspectivam-se novas formas de vivência capazes de o dotar de uma nova vida.

O turismo pode ser um recurso alternativo para estes espaços, pois, é amplamente reconhecido que o turismo se oferece como um importante instrumento de desenvolvimento das economias contemporâneas, oferecendo benefícios de longo prazo quando implementado de forma sustentada.

Torna-se necessária uma reflexão intensa das mudanças e atitudes do uso dos recursos naturais, para que haja uma aposta na sustentabilidade.

Tenho por objectivo discutir a articulação entre a multifuncionalidade da agricultura e o desenvolvimento rural.

Temática e objectivos de investigação

A primeira questão que colocámos foi, de uma forma imediata, pelas preferências temáticas e, pelo espaço conhecido, a seguinte: - como têm evoluído os espaços rurais e quais os processos de mudança que se têm desenrolado nomeadamente nos espaços rurais do interior. Como têm evoluído as paisagens e a organização do espaço? O espaço rural tem registado várias transformações na últimas décadas, nomeadamente, após passagem da visão economicista para a valorização ambiental e territorial, nomeadamente a nível do espaço rural europeu, passou a valorizar-se as suas potencialidades produtivas para se poderem afirmar a nível funcional e numa óptica de sustentabilidade.

Temos que ter em conta as especificidades de cada espaço, no espaço rural assiste-se a vários processos de abandono e degradação das estruturas edificadas e da paisagem rural.

A área escolhida para desenvolver o estudo é o concelho do Sabugal. A escolha desta área de estudo surge na sequência da realização de um trabalho ainda durante a licenciatura. É uma área que conheço e que desperta muito interesse, sendo que o abandono está muito visível neste concelho.

A opção pelo estudo deste concelho teve em consideração outros aspectos, nomeadamente:

- A deteiorização demográfica devido à grande perda de população nas últimas décadas, a renovação de gerações é escassa ou mesmo nula, bem como a baixa densidade demográfica;
- Fraca rentabilidade das actividades económicas;
- Este concelho é um bom exemplo do que se tem vindo a fazer para promover o desenvolvimento local, tendo em conta os seus recursos endógenos de que dispõe.

Os objectivos desta dissertação têm como intuito principal de explicar o papel dos fundos comunitários no quadro do desenvolvimento do espaço rural.

- discutir os modelos de desenvolvimento;
- explicar as especificidades do espaço rural e explicar a sua importância para a sua valorização;
- analisar o papel das políticas de desenvolvimento, aplicadas ao espaço rural;
- definir estratégias e identificar os actores a ter em conta no processo de revitalização do espaço rural;

Estrutura

A dissertação está organizada em duas partes, que se interrelacionam em vários capítulos. Na primeira parte será feita a discussão dos conceitos através da análise bibliográfica. Na segunda parte é feito o estudo caso onde serão analisados vários indicadores demográficos e económicos do concelho, a fim de se perceber os reais problemas que este atravessa para posteriormente propor soluções para implementar num curto médio prazo.

Metodologia

Para responder aos objectivos definidos recorri a uma metodologia que engloba várias técnicas:

- Análise bibliográfica, assente em diversas publicações (livros, revistas) em formato papel e em formato digital; textos e documentos de enquadramento jurídico consultados na internet;

- análise de instrumentos de gestão territorial: Plano de Desenvolvimento Económico e Social (2007-2013); Programa Operacional da Região Centro; Plano das Aldeias Históricas;

- tratamento de dados estatísticos os Recenseamentos da População, Estatísticas Demográficas, estatísticas do turismo e Anuários estatísticos;

- recolha de informação junto da população local e através de contactos institucionais;

Na primeira parte do trabalho será feita a pesquisa bibliográfica importante para a definição de conceitos bem como a caracterização do território, quanto à sua evolução, análise da estrutura demográfica, económica e cultural.

Foi usada a informação estatística, essencialmente os Recenseamentos da População, Estatísticas Demográficas e Anuários estatísticos.

Depois de feita a análise da bibliografia, vou passar ao trabalho de campo, pretendo recorrer à recolha de informação junto da população local.

Capítulo I (parte teórica)

1-Modelos de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento aparece ligado a diversas conotações: inovação, inovação social, económica, territorial, cultural e tecnológica, ambiental.

Na perspectiva de Fernandes (2003), o desenvolvimento é visto como um movimento, uma dinâmica que se reflecte na passagem de um estágio para outro, um processo a que se aliam as ideias de construção, destruição, reconstrução ou reintegração. A nível da sociedade como um todo, após a crise de 1929-30, foi criada sob o impulso de progressivamente sistema de segurança social e uma generosa cobertura global designado de “*Estado-Providencia*”, que permitia fazer frente aos gastos com a saúde, educação, habitação social, desportos e lazer. Posteriormente foi introduzido o subsídio de desemprego (Nefa, 1998).

Para definir o conceito de desenvolvimento tornou-se necessário falar de crescimento, já que entre ambos se estabeleceram tão vincadas, que torna-se difícil falar de um sem referir o outro (Dinis, 1999). Torna-se claro que o aumento de produtividade ligado à forma do trabalho, acumulação de capital e o desenvolvimento das tecnologias estimularam e dinamizaram os sistemas produtivos, criando cada vez mais bens e serviços ao dispor da população, que passou a valorizar o espaço e as utilizações que se fazem do mesmo, que vão desencadear uma série de efeitos a nível ecológico. As relações que se estabelecem entre o Homem e o espaço vão reflectir-se na organização desse mesmo espaço, cujo conceito de territorialidade e identificação sócio espacial traduzem o enraizamento humano a esse espaço (Bailly, A. 1981). Definir o espaço tornou-se uma tarefa complexa, visto que os actores sociais são diversificados e com aspirações e objectivos distintos, mas tornou-se evidente a necessidade de proteger os seus valores de modo a caminhar-se para uma resolução conjunta dos problemas, a fim de aumentar o bem-estar de todos (idem, 1981).

Após a segunda Guerra Mundial, o conceito de desenvolvimento assume uma nova óptica, sendo que a expressão “desenvolvimento” está associada a um nível mais elevado. Por outro lado, o subdesenvolvimento é encarado como o oposto, traduz um estado de atraso, estagnação ou impossibilidade de conseguir um estágio superior. Esta visão do desenvolvimento engloba apenas o lado material, ou seja, aspectos puramente económicos.

Estes modelos de desenvolvimento assentam nas teses de cariz difusionista, que têm por base o modelo de produção fordista, da produção em massa e do emprego total, que subentendeu que mesmo os espaços rurais despovoados, que estavam mais atrasados, deveriam seguir os caminhos das “regiões mais avançadas” uma vez que estas já tinham alcançado o progresso (Fernandes e Carvalho, 2003).

Surgem um novo tipo de relações sócio espaciais decorrentes das relações entre o espaço rural e o espaço urbano, as cidades-região, um espaço mais alargado, com características distintas que estabelece relações de modo a tornarem-se competitivas.

O espaço rural deixa de ter a função exclusiva de produção agro-silvo-pastoril, para adquirir uma representação simbólica e lúdica imposta pelos urbanos. Com efeito, as cidades e o campo são diferentes, em termos de densidade, organização espacial e as respectivas competências, sua relação, na maioria das vezes sob o signo da dominação, desigualdade e assimetria em favor da cidade e à custa da campanha foram chamando a atenção por muito tempo. No conjunto formado por uma cidade e sua envolvente, o papel central desempenhado pela cidade, hoje considerada como um todo, independentemente da sua diferenciação interna, o campo, em situação periférica é muitas vezes modificado pela presença de cidade, o dinamismo da cidade-região, está profundamente reflectida no espaço rural (Reynaud, A., 1981).

A competitividade das cidades e regiões torna-se um exemplo a seguir e pode ser entendida como a capacidade destas competirem com outras cidades e regiões, atraindo e mantendo firmas com quotas estáveis ou crescentes nos mercados globais, sendo ainda necessário que este processo conduza a um aumento sustentado dos níveis de bem-estar (idem, 1981). Esta situação foi possível devido às relações criadas entre as regiões e entre o homem, que foi contornando os obstáculos nomeadamente o da distância que está hoje na base da organização do espaço não são mais as distâncias físicas, mas as distâncias humanas, aquelas relativas ao tempo, à actividade do homem (Harvey, D. 1983).

A lógica do desenvolvimento estava enraizada nos espaços urbanos, contrastando com os espaços rurais. O espaço rural tem sido visto como um espaço marginal em relação aos sistemas polarizados pelos espaços urbanos industrializados. Assim atribui-se uma conotação de “centro” e “periferia”, sendo os primeiros vistos como o progresso, a partir dos quais se difunde para a periferia. Tem-se vindo a desenvolver as inter-relações entre o urbano e o rural, numa vertente de interdependência e complementaridade de espaços. Os relacionamentos efectuem-se através de fluxos de pessoas, capital, produtos, informação e tecnologia (Fernandes (2004) e Carvalho (2005)).

Segundo Moreno (2002) o modelo difusionista, levou a que a capacidade de desenvolver estivesse associada, apenas àqueles que dominam “os meios”, nos principais centros de poder. Este modo de agir teve consequências no modo de organizar o território, uma vez que os territórios periféricos, menos adaptados a esta realidade, acabam por perder poder económico e político.

Vasquez Barquero (1999), refere que durante as décadas de 60 e 70, a visão do desenvolvimento cingia-se às melhorias das condições de vida, defendia-se que o aumento da renda *per capita*, era fundamental para o crescimento e desenvolvimento de um país ou região, sendo estes termos vistos como sinónimos.

Segundo Müller (1997, op cite por Morais, 2007) avalia o desenvolvimento, com base em quatro etapas temporais:

-1ª no final da década de 60 o modelo de desenvolvimento estava centrado no crescimento económico, industrialização e modernização, vigente nos países industrializados;

-2ª na década de 70, aparece algo de novo para a execução do desenvolvimento, “o atendimento a que as necessidades se aprofundam, a orientação profissional, a “*self reliance*” (auto confiança) e uma nova ordem económica mundial”. Neste período foram criados o Banco Mundial, a ONU (Organização das Nações Unidas), a Comissão de Planeamento e a Comissão do Desenvolvimento económico. Estas visavam auxiliar financeiramente os países menos desenvolvidos, de modo a possibilitar-lhes maiores taxas de investimento, eram encarados com os pólos da política de desenvolvimento a nível mundial (Almeida, 1994);

-3ª nos anos 80 o modelo de desenvolvimento em vigor relevava fragilidades, com a crise dos anos 70, as políticas de desenvolvimento foram amplamente afectadas, foi necessário optar por a cooperação institucional aos países afectados. A instabilidade da economia global, fruto da crise financeira e da crise petrolífera, complicaram as desigualdades de desenvolvimento a nível mundial;

-4ª em 1990 foram promovidas medidas, cuja aposta passa pela “estratégia neoliberal”, que aposta na economia de mercado e de livre comércio, para estimular o crescimento económico e auxiliar o desenvolvimento, com relatório Brundtland, 1987 “*o nosso futuro comum*” .

Para Esteva (2000: 61) “ *O desenvolvimento ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa. Não há nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar e o comportamento humano. Ao mesmo tempo, poucas palavras são tão ineficazes, tão frágeis e tão incapazes de dar substância e significado ao comportamento*” .

A sustentabilidade territorial seria viabilizada pelo equilíbrio entre as configurações urbanas e rurais a inter-relação das valências sociais e económicas (ver figura 1).

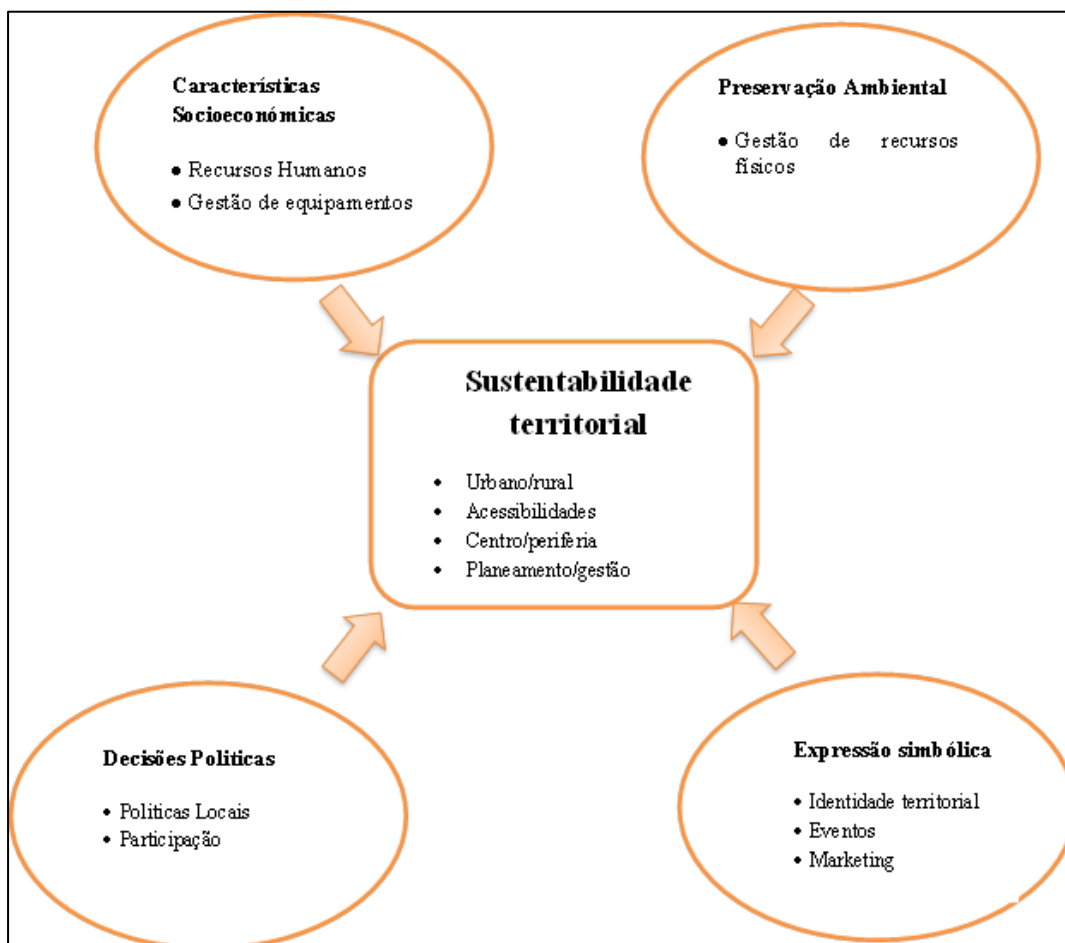


Figura 1 – Parâmetros de avaliação da sustentabilidade territorial.

Fonte: Adaptado de Santos, Cravidão e Cunha (sd)

Ao conceito de desenvolvimento pode ainda associar-se a ideia de movimento, já que para o desenvolvimento é necessário ocorrerem transformações, outra ideia que se podem associar é a de construção, destruição ou reconstrução.

De facto desenvolvimento é algo utópico procure obter um desenvolvimento humano igual para todos, que passaria pelo eliminar da pobreza e das injustiças sociais, o que permitia alcançar as condições mínimas de vida para todas as pessoas (Navarro, 2002).

A estruturação da comparabilidade do desenvolvimento fez aparecer formas de quantificação do desenvolvimento. É o caso do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que mede o progresso humano a uma escala de comparação internacional. Este indicador engloba informações de âmbito demográfico, cultural e económico sobre um determinado país, de modo a permitir comparar a nível mundial a concretização das necessidades humanas consideradas básicas e prioritárias.¹ Neste sentido é importante ter em consideração outros modos de ver o desenvolvimento, de acordo com o que

¹ Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$indice-de-desenvolvimento-humano-\(idh\)](http://www.infopedia.pt/$indice-de-desenvolvimento-humano-(idh))

afirma Fernandes (2005:37) *”Na perspectiva dos processos e estratégias de desenvolvimento, colocam-se hoje em causa as estratégias de cariz difusionista para se valorizarem, pelo contrário as abordagens ditas territorialistas”*.

Hoje é valorizada a participação de vários actores num processo adaptado á realidade de cada território, em que se parte do pressuposto que o desenvolvimento é a satisfação das necessidades da população que passam pela mobilização das potencialidades endógenas da respectiva região e, em particular, das pessoas associadas e envolvidas no próprio processo de desenvolvimento local.

Segundo Dinis (2006) O desenvolvimento é um conceito polissémico, na medida em que dá lugar a entendimentos distintos e até dispares. Com o crescimento económico, medido em função de determinados índices quantitativos em economias de escala (aumento de rendimento *per capita* ou do PIB (Produto Interno Bruto); como desenvolvimento económico, avaliado pelos índices de crescimento económico mas por certos itens de transformação das estruturas económicas e sociais e por parâmetros de ordem qualitativa (esperança média de vida, qualidade de vida, prosperidade).

Até à década de 60 as questões de desenvolvimento partiam de uma concepção evolucionista, estavam intimamente ligadas com o crescimento económico (idem, 2003). As noções de desenvolvimento apresentadas têm registado evoluções significativas com a introdução de novas concepções. A economia global começou a dar sinais de fracasso, iniciando-se assim uma nova fase da globalização e da era capitalista. Como referem Borja e Castells (2000) a economia global conectaria e desconectaria actores sociais conforme a sua competitividade. O processo de globalização atua sobre os actores e os lugares e os países de modo selectivo envolvendo uma geografia de inclusão e exclusão do sistema global. As regiões vão apostar na competitividade de modo a tornarem-se atractivas, recorrendo a actores, instituições sociais e políticas.

Torna-se vital o papel dos governantes e das instituições locais na promoção da competitividade do seu território.

Borja, e Catells (2000) referem que as cidades desempenham um papel muito importante no desenvolvimento local, apostam no desenvolvimento de infra-estruturas e de serviços para transparecer numa imagem forte e positiva atraindo investidores e visitantes. Esta situação tem que ser financiada pelo governo local, que é o promotor da criação de condições que facilitem a actuação dos agentes públicos e privados.

1.1- Emergência de novos conceitos de desenvolvimento

As preocupações com as questões ambientais, acentuaram-se a partir da década de 1970, com forte influência da discussão internacional e o aumento da divulgação dos problemas ambientais. Estas questões deixam de ser apenas problemas locais e ganham dimensão mundial. Como marco desse momento, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972. É vista como o

evento central da emergência da ideia de desenvolvimento sustentável, especialmente na agenda internacional. Deste evento, resulta o Relatório Brundtland (WCED, 1987) que passou a ser utilizado como instrumento chave nas discussões posteriores sobre a noção de sustentabilidade, que integram três vertentes distintas:

- integração de ambiente e economia em todos os níveis de decisão, revendo objectivos e modelos de desenvolvimento, utilizando análises e distribuição justa de benefícios e custos económicos e ambientais do desenvolvimento;
- à evolução tecnológica e à alteração de processos produtivos, de consumo e redução da produção de resíduos através de aumentos de eficiência e mudança nos estilos de vida.

Nesta linha segue-se o aparecimento da Agenda Local 21 e a Declaração do Rio.

A cimeira de Joanesburgo, decorreu em 2002, Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, que reafirmou o desenvolvimento sustentável como um tema central da agenda internacional e deu um novo ímpeto à acção global no sentido do combate à pobreza e à protecção do ambiente (Cupeto, 2007).²

O Protocolo de Quioto, que sucede à Convenção-Quadro das Nações Unidas relativo às alterações climáticas. Agrega os compromissos assumidos pelos países industrializados para reduzirem as suas emissões dos gases com efeito de estufa responsáveis pelo aquecimento planetário. A Comunidade Europeia ratificou o acordo a 25 de Abril de 2002.³

Até então o desenvolvimento estava intimamente ligado ao crescimento, que se caracterizava pela produção em massa, em grandes áreas urbanas, que podiam beneficiar com as economias de escala e as economias de aglomeração (Cabugueira, 2000). Esta situação foi responsável pelo agravamento dos problemas de qualidade ambiental resultantes do rápido crescimento da população, da urbanização, má utilização dos recursos e produção de resíduos e aumento do consumo que se traduz em impactos negativos para o ambiente.

Esta concepção de desenvolvimento começou a dar sinais de enfraquecimento quando se passou a focar a atenção para o desenvolvimento e reestruturação das regiões locais e a valorização dos recursos endógenos (Benco, G. 2000).

Milton S. (2004: 167) sugere que “*cada lugar é ao mesmo tempo objecto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente*”, ele considera que é nos locais que a cultura vai ganhando uma dimensão e uma dinâmica global, mas com características\ do local.

²Disponível em: <http://www.unric.org/html/portuguese/joanesburgo/CIMEIRA - 16.pdf>

³ *Jornal Oficial nº L 130 de 15/05/2002 p. 0001 - 0003*

O desenvolvimento não é uma dádiva adquirida por determinados países, regiões ou grupos sociais, não está determinado e concluído, é uma construção social, sujeita a transformações, conflitos, diferentes representações políticas e culturais, que podem conduzir num sentido diferente (Veiga, 2005). No futuro é de valorizar a democracia participativa, em que se torna necessário que o povo tome consciência dos seus direitos e das suas liberdades na organização dos poderes (Santiso, J., 2002)

O conceito de democracia sofre então uma nova reviravolta na sua dinâmica e trajetória. O sistema representativo já não responde aos anseios da sociedade, e a democracia directa parece inviável. Como resultado, começa a avigorar o conceito de democracia participativa, com características semidirecta, ou seja, não desconsidera os representantes, mas aproxima a sociedade do espaço de decisão. De acordo com alguns teóricos, a democracia participativa passa a configurar-se como um *continuum* entre a forma directa e a representativa (Avritzer, L., 2009).

Nesse sentido, a ONU define no seu relatório sobre o Índice de Desenvolvimento Humano de 2000 uma nova forma de se entender a democracia. Já não nos basta votar em eleições livres, e nem tampouco garantir a existência de oposição, liberdade de imprensa etc. Essas exigências já fazem parte do conceito mais elementar de democracia. As nações modernas precisam incentivar a sociedade a organizar-se. O objectivo é fazer com que, juntos, os cidadãos reivindiquem espaço e avancem nas suas conquistas. Ao Estado cabe oferecer ferramentas que promovam a participação, afastando-se da clássica visão horizontal de poder. A democracia e direitos humanos estão intimamente ligados, é claramente definida no artigo 21º (3) da Declaração Universal dos Direitos Humanos.⁴

Na sequência do conceito de desenvolvimento sustentável (Conferencia da Rio) resulta a Agenda Local 21 (AL21) “*é um processo participativo, multi-sectorial, que visa atingir os objectivos da Agenda 21 ao nível local, através da preparação e implementação de um Plano de Acção estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável.*”⁵ A Agenda 21 Local resulta desta necessidade de aplicar, localmente, os princípios desta, adoptada na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (designada por Cimeira da Terra), realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Estarellas e Garcia, 2005).

Agenda 21, no capítulo 14, relativo ao Desenvolvimento Rural, onde defende a promoção de formas sustentáveis de produção agrícola, conjuntamente com medidas impulsionadoras de inclusão social como condição para efectivar as acções de protecção ambiental. O documento é inovador ao relacionar as dimensões, económica, social e ambiental, avançando na dimensão política, ao defender que o sucesso de qualquer

⁴Disponível em: <http://www.unric.org/pt/a-democracia-e-a-onu/29048-democracia-e-direitos-humanos>

⁵Disponível em: <http://daccess-dds.ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/285/31/IMG/N9328531.pdf?OpenElement>

medida dependerá da participação e da organização das populações rurais e da cooperação entre governos e sectores privados. (CNUMAD, 1995:175).⁴

Afigura-se a necessidade de criar os “*observatórios de democracia participativa*”, constituído na V Conferencia do OIDP (Observatório Internacional de Democracia Participativa, 2005), é um local de encontro, uma área de interacção em que vários actores podem reflectir, discutir, informações e propostas sobre os desafios da participação.

Ao descontentamento dos caminhos percorridos até então e às desigualdades a nível mundial, levou a que aparecessem novas concepções sobre os modelos de desenvolvimento. A partir de 1970, o modelo fordista de desenvolvimento entrou em crise e emergiram modelos de especialização flexível como formas pretendidas de acumulação, passou-se para o modelo de acumulação flexível. Reconheceu-se que a política regional que vigorava, assente no modelo de crescimento concentrado, visava beneficiar a distribuição territorial, através do uso de recursos externos à área. O modelo de concentração/difusão/urbano/industrial transparecia uma problemática regional em termos funcionais: as regiões mais pobres tinham profusão em mão-de-obra, enquanto as regiões mais ricas detinham o capital (Cabugueira, 2000, Daniel Bell, 1999, David Harvey, 1998).

Cada vez mais se aposta numa sociedade que substitui a classe trabalhadora e valoriza o conhecimento e a informação, alia-se a sociedade assente no conhecimento como conseqüente incremento do capital (Bell, D. 1999).

Pode-se considerar que a aproximação entre conhecimento e a tecnologia foi alcançado porque historicamente a ciência, como forma de ascensão da produtividade do trabalho social e articulada com as tecnologias da informação, potencializaram o conhecimento no seu uso activo de competitividade.

Para Bell (1976) o conhecimento e a técnica constituem-se com capital humano, qualificado e o mérito dos indivíduos na sociedade pós-industrial.

Segundo David Harvey (2000) o capital vai circular e leva a que a actividade humana se difunda por meio da cultura reproduzindo-se por meio das relações sociais.

Este modelo levou a um conjunto de desastres e desilusões sociais, nomeadamente a incapacidade de assegurar uma redistribuição justa da riqueza entre as regiões e as gerações; aumento do desemprego, agravamento das formas de pobreza e exclusão social; aumento dos problemas ambientais.

A aceleração na produção foi conseguida por mudanças organizacionais, tais como: a subcontratação, a transferência de sede etc., que recuaram a tendência fordista de integração vertical, gerando um caminho cada vez mais indirecto na produção, mesmo diante da crescente centralização financeira (Nefa, Júlio, 1998).

Nesta fase, marcada pelo processo de globalização, transformações pós-fordistas das relações de produção e precarização das relações de trabalho, não vêm afirmar o fim

do campo, mas sim novas relações que estão sendo instituídas de modo que o urbano e o rural possuem necessidades que ambos poderão colmatar.

Segundo Benko (2000) os mecanismos e as relações entre agentes económicos e instituições são regulamentados, aposta-se na abordagem do pós-fordismo, em que os territórios são instituídos a caminhar para a desintegração vertical dos processos de produção, tendo como alternativa a cooperação entre as empresas. Muitas empresas adoptaram uma atitude de cooperação, e tornam-se interdependentes e complementares. A solução para estes problemas passa por mobilizar o capital para as regiões mais pobres apostarem em projectos de desenvolvimento (Cabugueira, 2000). O conceito de desenvolvimento vigente foi sendo alterado através da emergência de novos conceitos, nomeadamente o conceito de desenvolvimento sustentável, que decorre da inclusão de aspectos ecológicos e demográficos (Almeida, et al., 1994).

Segundo Santos e Cunha (2008: 210), *“o rural é diverso, é multifuncional, é produtivo, é inovador, é competitivo e apresenta uma capacidade atractiva que potencia, numa relação de complementaridade, a do espaço urbano que o integra na sua área de influência”*.

Surge um novo conceito de desenvolvimento que tem a sua origem em duas ideias fulcrais: o local, regional e o endógeno (Diniz, 1999). Este último visa que as comunidades locais detenham um papel mais activo no processo de reestruturação dos territórios, agindo como actores locais.

A reestruturação do território tem por base dois modelos, por um lado, o modelo funcionalista, fundamentado no modo de produção fordista, comanda a mobilidade de capitais, de bens e de pessoas, por outro lado, o modelo territorialista, que valoriza os recursos e o potencial humano, as iniciativas de criação de emprego local (Carvalho, 2005).

Face aos problemas de desemprego, a diminuição da produção e a perda dos mercados, levaram os actores locais a encontrarem respostas para o aumento da competitividade. A política de desenvolvimento local, surge como uma estratégia dos actores locais e cujo objectivo é tornar as cidade e as regiões mais competitivas, através do uso dos seus recursos (Vasquez Barquero, 1999). Aliado a isto, aparece o conceito de desenvolvimento local, em que o desenvolvimento em que a satisfação das necessidades da população passa pela mobilização das potencialidades endógenas de cada região, e das pessoas envolvidas no processo de desenvolvimento local (Almeida, 1994).

Veiga, (2005:77). *“O desenvolvimento local é assim crescimento económico induzido localmente, ocorrendo dentro do contexto do sistema de mercado livre existente”*.

Coffey e Polèse, (1985) (op cit por Veiga, 2005), consideram que no processo de desenvolvimento local foram determinadas quatro estádios:

- emergência da iniciativa local;
- crescimento e expansão de empresas locais;
- manutenção de empresas locais sob controlo local;

-alcançar de uma estrutura de controlo local autónoma e de um sector de serviços de apoio aos negócios.

Deve-se apostar na valorização quer nas culturas próprias de cada lugar, quer nas culturas simbólicas, importantes na afirmação da identidade das populações locais (Reis, 1998).

Pretende-se complementar as políticas de desenvolvimento regional e global, a globalização impera logo é inevitável apostar na competitividade dos territórios (Roca, 1999).

Segundo Albino (1997: 113) salvaguardar e reforçar a identidade local têm sido ideias defendidas como “*conditio sine qua non*” para uma aposta forte no futuro da economia e da sociedade, ou ainda, sendo a identidade local “um recurso para o desenvolvimento”, as estratégias de desenvolvimento deveriam basear-se no “aproveitamento da tipicidade para encorajar uma progresso diferente que possa levar ao reforço da inovação local”.

O homem vive num espaço, que vai ocupar e nele vai desenvolver actividades para a sua própria sobrevivência. Até há algumas décadas atrás não evidenciava preocupação em preservar e conservar este espaço. Nesta óptica de desenvolvimento é orientado somente para o crescimento económico, com o consumo desmesurado de recursos naturais não renováveis (Morais, 2007).

Os debates sobre os problemas do desenvolvimento, antes centrados na redistribuição de riqueza e na necessidade de democratização das conquistas materiais, acarretaram, novas preocupações, para dar resposta a problemas de natureza múltipla, começa a ganhar destaque o conceito de desenvolvimento endógeno, em virtude das desigualdades e da dependência dos espaços (Carvalho, 2005).

A preocupação do homem com o meio ambiente passou a ter importância depois de realização da 1ª Conferência de Estocolmo em 1972⁶, onde foram desenvolvidas ideias importantes, pede-se para que se exerçam esforços conjuntos para a preservação e melhoria do ambiente humano, tendo em vista o desenvolvimento sustentável, para benefício de todos.

O conceito de desenvolvimento sustentável aparece em 1987, através do *Relatório Brundtland*, que alertou o mundo com a necessidade de avançar rumo ao desenvolvimento económico de modo sustentado, sem esgotar os recursos naturais e sem prejudicar o meio ambiente, daqui surge a noção de desenvolvimento sustentável desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades (Barros, 2003).

⁶Disponível em:

<http://www.confagri.pt/Ambiente/AreasTematicas/DomTransversais/Documents/doc34.htm>

O conceito de sustentabilidade pretende fazer a ligação entre o desenvolvimento económico e a protecção do ambiente, também quer a viabilidade dos espaços sociais locais, para os quais, a actividade económica e o ambiente, são essenciais.

O conceito de sustentabilidade foi adoptado pela ONU e reconhecido pela Cimeira da Terra (1992), na Declaração do Rio de Janeiro sobre o Ambiente e Desenvolvimento. Os países participantes acordaram a Agenda 21, em que se estabeleceu um programa de acção internacional para promover o desenvolvimento sustentável. A AL21 “*é um processo participativo, multi-sectorial, que visa atingir os objectivos da Agenda 21 ao nível local, através da preparação e implementação de um Plano de Acção estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável.*” Cada governo adoptou as medidas necessárias a nível nacional. A concretização deste processo ficou a cargo dos governos locais, em virtude de grande parte das barreiras que impedem a sustentabilidade têm uma origem local.

Segundo Moreno (2002: 27) “(...) *o desenvolvimento local pode ser compreendido como um processo continuado de melhoramento das condições dos territórios e das populações, sempre que tal seja reconhecido pelas populações locais*”, daí a ruptura da AL 21, da ideologia da democracia participativa.

Está-se assim a entrar numa nova era de crescimento, que deverá ser sustentável a nível ecológico, económico, social e cultural, para o conseguir impõem-se a adopção de novas estratégias que visam “conservar e melhorar os recursos” e “integrar o ambiente e a economia na tomada de decisão” (Barros, 2003 e Cavaco, 2004).

Segundo Carvalho e Fernandes (2002: 279) para se harmonizar, “*num equilíbrio instável, as componentes do processo económico, inovação e conservação, reduzindo ao mínimo possível as agressões ambientais*”, a problemática da sustentabilidade, encara ao mínimo o desperdício de recursos naturais. O desenvolvimento sustentável pode ser encarado como uma nova política de regulamentação, no sentido de preservar e garantir o desenvolvimento para as gerações futuras.⁷

A promoção e satisfação do bem-estar deve atender não só às necessidades do presente, mas também assegurar a não degradação dos recursos, de modo a garantir a satisfação das necessidades no futuro.

Actualmente, a União Europeia (UE) é a instituição vital para a promoção do desenvolvimento, instituindo metas a atingir neste campo. Em Dezembro de 2005 foi assinada a nova declaração sobre a política de desenvolvimento, o «Consenso Europeu» (Jornal Oficial C 46 de 24.2.2006). É de salientar o ponto 7 deste documento onde consta que: “ (...) *o desenvolvimento é em si mesmo um objectivo essencial; (...) o*

⁷Disponível em:

http://www.agenda21local.info/index.php?option=com_content&view=article&id=41&Itemid=66

desenvolvimento sustentável engloba a boa governação e os direitos humanos, bem como as vertentes políticas, económicas, sociais e ambientais”.

2- Desenvolvimento e Sustentabilidade do Mundo rural

Como foi referido anteriormente, o desenvolvimento é um conceito multidimensional, visto que integra diversas vertentes como o crescimento económico medido em função de determinados índices (produto interno bruto ou PIB), alguns itens de transformação das estruturas económicas e sociais (esperança média de vida, qualidade de vida).

Neste trabalho a aplicação dos princípios de desenvolvimento, vai-se centrar fundamentalmente nas áreas rurais, em que a escala de actuação passou a ter em conta as instituições de poder local, os agentes económicos, a população e um manancial de recursos possíveis de serem transformados de forma sustentável em produtos de um mercado cada vez mais global, mas sequioso de identidade.

O desenvolvimento rural passa pelo dimensionamento dos aglomerados e pela organização que se estabelece entre eles, o pressupõe a implementação de políticas de acessibilidade.

Desenvolvimento rural é um conceito sobre o qual muito se tem reflectido na Europa e um pouco por todo o mundo, fundamentalmente nas duas últimas décadas, o que se deve ao aparecimento de novas preocupações inerentes ao espaço rural. Este conceito poderá ser definido como a “melhoria das condições de vida das pessoas residentes nas áreas e regiões rurais, através de processos sociais que respeitem e articulem os seguintes princípios: eficiência económica, equidade social e territorial, qualidade patrimonial e ambiental, sustentabilidade, participação democrática e responsabilidade cívica”.⁸

Quando se aborda a questão de desenvolvimento rural é necessário desmistificar alguns equívocos sobre a sociedade rural, como seja, o facto de a sociedade rural não é sinónimo de sociedade agrária.

Segundo Gaspar (2004) o espaço rural é cada vez mais um território multifuncional, fruto da evolução das tecnologias da informação e meios de comunicação. Foi possível desenvolver um conjunto mais alargado de actividades muitas vezes relacionadas com as novas procuras por parte dos urbanos, como o contacto com a natureza, lazer, recreio, pesca, caça, desportos radicais (Batista, 2006).

As características do rural alteraram-se profundamente (Santos e Cunha, 2008: 210), “ *o rural é diverso, é multifuncional, é atractivo, é inovador, é competitivo e apresenta uma capacidade atractiva que potencia, numa relação de complementaridade, a do espaço urbano que o integra na sua área de influencia*”.

⁸Disponível em: http://www.ipv.pt/millennium/Millennium_19.htm

Segundo Correia (2007), a multifuncionalidade apareceu como um conceito ligado sobretudo à agricultura. Mas esta abordagem é bem mais vasta e pode ser explorado por vários atores. O espaço rural torna-se cada vez mais um espaço de transformação no papel dos gestores de exploração, que são vistos cada vez mais como gestores da paisagem, num espaço rural que é cada vez mais um espaço de consumo e não de produção.

O desenvolvimento rural pressupõe diferenciação e diversificação da economia, distribuição da população por vários sectores de actividade, melhoria dos índices de condições de vida nomeadamente habitação, saúde, nível de escolaridade, aumento de taxa de alfabetização e garantia de um desenvolvimento auto-sustentado do ponto de vista da produção, do consumo e do meio ambiente em que deve ser participado pelos actores sociais presentes. O lema actualmente é “*aumentar a diversidade e reduzir a disparidade*” de modo a conseguir-se uma política sustentável de desenvolvimento rural (Covas, 2004: 146). Se o espaço rural e o meio ambiente não forem respeitados vamos ter consequências nefastas: ajustamento económico sem conservação, a proliferação de actividades vai levar à formação de espaços rurais devolutos e territórios insustentáveis (Idem, 2004).

A agricultura deixa de ser o sector que suporta a economia rural, para passar a ser a economia rural que fornece as bases de suporte da agricultura. Com o seu declíneo tornou-se necessário procurar alternativas noutras actividades económicas, visto que hoje a actividade agrícola por si só não apresenta soluções de desenvolvimento rural, é necessário potencializar a própria agricultura em que se devem implementar medidas para diversificar as actividades económicas, como é referido pela Comissão Europeia (1998), promover um desenvolvimento local sustentado. Tornou-se necessário apostar e elaborar políticas de desenvolvimento rural, local e regional, como o exemplo do PRODER, (Programa de Desenvolvimento Rural do Continente) FEADER (Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural), PROVERE (Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos), entre outros que serão analisados futuramente.

O desenvolvimento deve assegurar a melhoria das condições de vida e de bem-estar das populações e da capacidade para assegurar o seu futuro (Cavaco, 2004).

Aposta-se na diversificação das actividades através da reconversão de culturas já existentes e promoção de produtos de qualidade, que passa pela preservação das condições ambientais e naturais (idem, 2004). O mundo rural requer especial atenção no sentido de perspectivar novas formas de desenvolvimento sustentável. Isto só é possível mediante a preservação dos territórios, do património cultural diferenciado e a fixação das populações, contrariando, na medida do possível o declínio demográfico e económico das áreas rurais (idem, 2005). Torna-se necessário tomar estas medidas devido ao facto de o “mundo rural” nem sempre ter sido como o conhecemos actualmente, até à década de 70 a população estava emersa numa sociedade e civilização agrária especialmente em Portugal a burguesia agrária esteve até bem mais

tarde, do que no resto da Europa, numa estagnação socioeconómica efectiva, que todavia, foi responsável pela não promoção de processos inovadores e manutenção de relações sociais fechadas e muito hierarquizadas, que funcionaram como *handicap* socioeconómico nas décadas seguintes. A partir da década de 70 a agricultura deixou de ser a base da actividade e rendimento, verificando-se uma diversificação ocupacional o que trouxe melhorias notáveis rurais e da qualidade do meio ambiente rural. A preferência rural apela para a criação e aplicação de uma política agro-rural europeia (Covas, 2004).

2.1- As preocupações da União Europeia com o espaço rural

A UE (União Europeia) é a instituição que promove o desenvolvimento, decretando metas a atingir neste campo, neste sentido elaborou um conjunto de documentos de enquadramento estratégico em conjunto com a Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento, das Nações Unidas e OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). Os documentos mais importantes, serviram acima de tudo para a definição de linhas estratégicas de orientação para o ordenamento e o desenvolvimento rural.

As novas políticas e medidas específicas criadas pela Comunidade para o mundo rural inserem-se numa perspectiva integrada e alicerçada nas realidades locais. A eficácia na aplicação das políticas depende agora da parceria e partilha das responsabilidades, na tomada de decisão, à implementação.

Em 2005 foi assinada a nova declaração sobre a política de desenvolvimento, “O Consenso Europeu”⁹ referindo no ponto 7 que: “(...) *o desenvolvimento é em si mesmo um objectivo essencial; (...) o desenvolvimento sustentável engloba uma boa governação e os direitos humanos, bem como as vertentes políticas, económicas, sociais e ambientais.*”

Um problema que se coloca é a difícil tarefa de definir espaço rural, já que actualmente não se torna pertinente estabelecer uma distinção entre o espaço rural e o espaço urbano, as relações entre eles diversificaram-se e em muitos casos complementam-se. A realidade urbana e a realidade rural não são inertes, estas têm passado por rápidas e intensas transformações, as quais se têm reflectido de forma directa na reorganização do espaço, na redefinição de relações e na constituição de novas territorialidades.

O *continuum* rural-urbano significa que não existem diferenças nos modos de vida na organização social e na cultura, determinadas por uma vinculação espacial. O relacionamento entre estes espaços pode ser visto de várias perspectivas nomeadamente: movimento casa-trabalho, movimento em direcção á cidade para a satisfação de um

⁹ (Jornal Oficial C 46 de 24.2.2006)

conjunto de bens e serviços, movimentos em direcção ao espaço rural para a usufruto das amenidades da natureza (Marques, 2003).

Nos últimos anos a dicotomia rural-urbano tem vindo a ser trocada pelos novos relacionamentos entre estes dois espaços, reflectindo as interdependências espaciais e funcionais, e a necessidade de fomentar a integração e a complementaridade territorial (Idem, 2003). A abordagem territorial promoveu a superação do enfoque sectorial das actividades económicas (agricultura, indústria, comércio, serviços) e ultrapassou a dicotomia espacial entre o rural e urbano. Na perspectiva territorial, as dicotomias e as oposições são substituídos pela complementaridade da diversidade de acções e estratégias que os actores (indivíduos, empresas ou instituições) adoptam visando sua reprodução social e económica (Johnson, 1997). O espaço rural distingue-se do espaço urbano, pelas menores densidades populacionais, e pela importância da agricultura para a economia e para a sociedade, mesmo nas sociedades mais desenvolvidas (Cavaco, 2004). Com o passar dos anos verificaram-se várias transformações no espaço rural e vários autores continuam a considerar bastante difícil definir o espaço rural. Segundo Melo (1992) o que é comum às áreas rurais é a existência de uma paisagem humanizada, que resulta da inter-relação, entre o homem e a Terra. O autor considera, que não existe apenas um rural, existem várias áreas que pelas suas características se incluem nesta designação.

Os contornos do rural já não coincidem com a agricultura e a sua diversidade deixou de ser marcada pela morfologia dos sistemas agrários, e com os modos de vida e do trabalho (Baptista, 2006).

As áreas de influências surgem de acordo com a hierarquia dos lugares e de acordo com as funções que prestam. De acordo com a teoria dos lugares centrais, a centralidade traduz a extensão das funções prestadas pelo lugar central, sendo que centros urbanos que prestem funções mais raras, mais especializadas, apresentarão índices de centralidade mais elevados (Raynaud, A., 1981).

O espaço rural é visto por vários autores, como “regiões ou territórios desfavorecidos”, onde os indicadores de desenvolvimento apresentam valores baixos (Moreira (2001), Dinis e Nogueira (2002)).

O espaço rural e espaço urbano englobam várias características que apresentam diferenças na organização espacial e na dinâmica populacional. Segundo Raynaud, A. (1981), a preocupação é eliminar as diferenças entre estes espaços, como tal apostou-se na supressão das diferenças sócio-espaciais. Durante décadas as preocupações com o mundo rural europeu cingiam-se aos problemas ligados à actividade agrícola, “*a política agrícola eram uma única e mesma componente da política do desenvolvimento económico-social*” (DGDR, 1997: 14).

O espaço rural começou a merecer especial atenção, quando são criadas várias políticas e medidas no seio da Comunidade na área da protecção e preservação dos recursos naturais, bem como a diversificação económica. As intervenções aparecem no

âmbito sectorial, sobretudo da PAC (Política Agrícola Comum), dos objectivos prioritários dos Fundos Estruturais e no contexto das iniciativas privadas.

O desenvolvimento rural sustentável é uma das metas das políticas da União Europeia, a sua política de coesão tem como objectivo inverter o processo de êxodo rural e reabilitar a economia do espaço rural, nomeadamente do sector agrícola. Através da estimulação da criação de emprego, igualdade de oportunidades das populações ao nível das infra-estruturas e equipamentos o que se reflectiu numa melhoria das condições de vida da populações rurais, que durante muito tempo apenas tiveram como suporte adequado aos seus problemas as migrações interiores (êxodo do rural) ou a emigração.

Segundo Hall (2000), “o desenvolvimento sustentado tem como primeiro objectivo o fornecimento de um meio de vida durável e seguro capaz de minimizar o esgotamento de recursos, a degradação ambiental, a ruptura cultural e a instabilidade social.”

Numa perspectiva de desenvolvimento rural sustentável é necessário obter um equilíbrio entre as actividades, os recursos e os sistemas de conhecimento local para se alcançar o bem-estar dos cidadãos que sejam residentes no “mundo rural”. Para tal é necessário ter em conta o conceito de desenvolvimento endógeno, que tem por base a satisfação das necessidades da população local, através da participação activa da comunidade local nos processos de desenvolvimento (Vasquez Barquero, 1999).

O desenvolvimento rural é principalmente um problema de densidades: densidade de população, de actores, de iniciativas (institucionais e privadas), capacidade organizacional; actividades económicas, mão-de-obra qualificada, criação de empregos e de infra-estruturas (Baptista, 1999).

No final da década de 80 é pela Comissão Europeia, ao Concelho e ao Parlamento, o *Futuro do Mundo Rural*, em que se assume claramente a ideia de que o espaço rural não é um espaço exclusivamente agrícola. Sugue ainda a preocupação com o desenvolvimento e o ordenamento rural.

2.1.1- Medidas criadas para inverter o declínio do espaço rural

As preocupações com o mundo rural são relativamente recentes ao nível das políticas da União Europeia. Durante muitos anos as preocupações com o mundo rural europeu centravam-se nos problemas relativos à actividade agrícola (DGDR, 1997).

O mundo rural, em todo o Mundo e especialmente na Europa, está a sofrer um processo de reorganização, devido à falência dos modelos de desenvolvimento que vigoraram até à década de 80. As políticas agrícolas que dominaram não resultaram,

nomeadamente a PAC, as transformações sociais também tiveram várias implicações (DGDR, 1997).

Actualmente com a globalização da economia, os mercados expandiram-se de modo que a agricultura por si só deixou de ser sustentável e rentável. Tornou-se necessário associar à actividade agrícola outras funções, apostou-se na inovação e multifuncionalidade dos espaços rurais (Johnson, 1997).

O espaço europeu é revestido por múltiplos contrastes que se prendem com os factores históricos e geográficos, que aumentam as suas fragilidades, se bem que também em alguns recursos e produtos potencie as suas capacidades num mercado cada vez mais concorrencial, dependente dos factores de produção mas também da identidade, das marcas territoriais e da procura da inovação e da diferença (idem, 1997).

2.1.2- Programas de apoio ao espaço rural

2.1.2.1- Políticas de desenvolvimento à escala da União Europeia

O espaço rural passou a merecer maior importância, assiste-se à revalorização dos valores da ruralidade porque o rural funciona como santuário e refúgio, para além de se assumir como marca de identidade.

Ao instituir uma política de desenvolvimento rural, a União Europeia pretendeu integrar as diversas estratégias nacionais numa política global, com o objectivo de reduzir as disparidades de desenvolvimento que se verificam em toda a Europa, tendo subjacente o valor da coesão económica e social (Cordovil, *et al*, (2004).

Numa primeira fase registou-se a preocupação exclusiva com o sector agrícola, a PAC, representa historicamente, a primeira política integrada a nível europeu. O objectivo da CEE (Comunidade Económica Europeia) no que diz respeito às regiões prevê que os Estados estão preocupados em reforçar a unidade das suas economias e assegurar o desenvolvimento harmonioso pela redução das desigualdades entre as regiões e do atraso das menos desfavorecidas.

A PAC foi criada na sequência do Tratado de Roma (criação da CEE, 1957), tem a preocupação de aumentar a produtividade, assegurar um nível de vida equilibrado à população, organizar os mercados e estabilizar os preços (Cavaco, 2005). Em 1957, a quando da assinatura do Tratado de Roma, que oficializa a CEE, foi dada primazia à agricultura na construção do que seria o futuro Mercado Comum. Este Tratado estabeleceu os objectivos da Política Agrícola Comum. Dada a insuficiência desta política, a partir, da década de 70, constatou-se que existem desigualdades e desequilíbrios económicos nos vários territórios da CE (Comunidade Europeia), este era o grande entrave (Diniz, 1999).

Torne-se evidente o aumento da preocupação da Comunidade com a problemática do mundo rural, tendo por base os princípios orientadores e a necessidade de um desenvolvimento integrado e o aumento da cooperação e envolvimento dos agentes locais. Com base nestes princípios foram definidas políticas e instrumentos que pretendem garantir a disponibilidade de recursos para o desenvolvimento socioeconómico, a viabilidade do sector agrícola, a diversificação das actividades não agrícolas e a salvaguarda dos recursos naturais e do ambiente (Figueiredo, 1999).

Depois desta constatação aparece a necessidade de se criarem Fundos Estruturais, em 1975 é criado o FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), que tinha o objectivo de “*corrigir os principais desequilíbrios regionais, resultantes do predomínio agrícola e de mutações industriais e do subemprego*”¹⁰” (Art. 130-A).

O FEDER é desde então considerado como um instrumento que tem como missão “*contribuir para a correcção dos principais desequilíbrios regionais na Comunidade ... e no ajustamento estrutural das regiões menos desenvolvidas e na reconversão das regiões industriais em declínio*” (Art. 130-C).

FSE (Fundo Social Europeu), que visa promover políticas activas de valorização dos recursos humanos; FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola), mais precisamente orientado para a modernização da agricultura, a organização dos mercados agrícolas e a promoção das actividades rurais.

Foi introduzido o conceito de Coesão Económica Social em que a Comunidade Económica visava introduzir as diferenças entre as várias regiões e o atraso entre as regiões mais desfavorecidas.

Em 1988 a CEE traduziu bem o carácter multifuncional do rural, bem como a sua crescente valorização social, na afirmação de que “*as áreas rurais não são apenas lugares em que as pessoas vivem e trabalham, mas desempenham funções vitais para a sociedade entendida como um todo*” (Joaquim, 1994: 2). Foi neste mesmo ano que ocorreu a primeira reforma dos fundos estruturais, que acontece na sequência do agravamento dos desequilíbrios regionais, provocados pelo alargamento de 1986. O objectivo era apostar-se na política europeia de desenvolvimento rural, foram preparados um conjunto de programas que pretendiam “*incrementar uma dinâmica territorial que activa-se a capacidade de os agentes locais de encontrar novas soluções para os desafios propostos*” (DGDR, 1997).

É nesta altura que se concretiza a reforma dos fundos estruturais, que promove uma maior concentração de investimentos nas regiões mais desfavorecidas, pretende-se intervir articulando os agentes institucionais, económicos e os actores sociais. Este novo modelo vai contrariar o despovoamento bem como o empobrecimento das zonas rurais (Moreno, 2002).

¹⁰Disponível em:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:31985R3635:PT:HTML>

Em 1988, a Comissão Europeia no documento “ *O Futuro do Mundo Rural*” refere que as zonas rurais europeias se caracterizam por uma grande diversidade, tanto nas especificidades dos contextos como nas potencialidades de evolução e na aplicação de políticas rurais. Menciona ainda que a ruralidade de algumas áreas europeias é um factor de equilíbrio ecológico, mas torna-se pertinente associar-lhe outras funções, como seja, o lazer e o recreio, através do fomento do desporto e da sociabilização.

A União Europeia mostrava-se preocupada relativamente à evolução pouco satisfatória e propôs-se a enfrentá-la através de medidas específicas adaptadas à problemática do mundo rural.

A primeira reforma da PAC, em 1992 – que teve entre os seus principais objectivos a integração de medidas de protecção do ambiente – representou uma viragem decisiva, porque veio reconhecer ao agricultor o desempenho de outras funções fundamentais cumulativamente às da produção agrícola, como funções de desenvolvimento rural, de ordenamento do território e de protecção ambiental (Barros, 2003). Esta consciência de que a viabilidade dos espaços rurais não pode depender apenas da actividade agrícola marcou decisivamente a política agrícola comunitária e, com a reforma da PAC proposta no âmbito da Agenda 2000 (Berlim, 1999), precedida pela Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Rural (1996), estava iniciada a real política de desenvolvimento rural da UE.

Desde 1988 que a União Europeia assume como objectivo promover o desenvolvimento rural, que foi consagrado na *Declaração de Cork*. Em 1996, realizou-se a “Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural”, em que foi elaborada a *Declaração de Cork*, cujo objectivo primordial era a estruturação de uma imagem atractiva do mundo rural, fortalecendo a ideia de que em cada lugar se encontra as soluções para o desenvolvimento das comunidades locais (Lourenço, Cavaco 1999).¹¹

O desenvolvimento rural foi reconhecido durante a reforma dos fundos estruturais e foi consagrado em Maastricht, foram introduzidos os princípios da coesão económica e social às áreas rurais (Fernandes, 2004). Para a distribuição dos Fundos Estruturais, a União Europeia estabeleceu uma delimitação geográfica das regiões desfavorecidas.

A Agenda 2000 veio impor uma orientação mais multifuncional, territorial e ambiental dos apoios e incentivos comunitários, sendo que se perspectiva o alargamento bem como a reforma das políticas da UE (Cavaco, (1999) e Lourenço, (2001)).

Neste seguimento destaca-se a criação das figuras de «zonas desfavorecidas» – zonas de montanha, zonas ameaçadas de abandono, zonas afectadas por desvantagens específicas – e de “*regiões com condicionantes ambientais*”, que podem ser coincidentes com as anteriores, e onde os agricultores têm a possibilidade de ser indemnizados para recompensar as despesas ou perdas consequentes da aplicação de restrições à utilização do solo devido a imposições comunitárias de protecção ambiental

¹¹ LEADER magazine inverno 97 n°13

como os sítios da Rede Natura 2000 (Pais et Gomes 2008).¹² O desenvolvimento rural assume-se assim como um dos eixos fundamentais e prioritários do desenvolvimento global e da coesão do território nacional: refere-se a aposta na Rede Natura nas actividades da fileira florestal; o desenvolvimento dos produtos agrícolas e de serviços agro-rurais; e a importância estratégica da agricultura, num sistema geoeconómico multifuncional.

A multifuncionalidade emergiu nos últimos anos na literatura como um conceito chave quanto ao sector agrícola e à paisagem rural. O valor das “paisagens” e do “património natural” e a afirmação da “mais-valia do território” completam esta orientação estratégica que deste modo se assume como estrutural (Correia, 2007).

Ganha importância as noções de território e de identidade local e define um conjunto de oportunidades, como o acesso a novos mercados, a criação de novas actividades nos sectores dos serviços e do ambiente, o acolhimento de novos residentes e o desenvolvimento de actividades turísticas e recreativas em meio rural.

Supõe-se que é a participação motivada da população na (re)construção do seu mundo – o “seu território”, daí a importância da criação de identidades (micro) regionais e locais – que, ao serem impulsionadas pelos desafios veiculados por uma exposição crescente à (in) formação, irá desencadear um processo sustentável (ou durável) de respostas às ameaças globais ao espaço rural (CRIDEL, 1994).

O LEADER (Ligação entre acções de Desenvolvimento da Economia Rural) é uma abordagem do desenvolvimento rural que desce realmente ao “nível local”, concretizada com o apoio financeiro do FEADER no período 2007-2013 e parte integrante da política agrícola comum. No seu cerne, está a ideia de que as soluções viáveis para os problemas locais rurais não são arquitectadas em Bruxelas ou nas capitais nacionais – razão pela qual o método LEADER estimula as comunidades rurais a elaborarem as suas próprias estratégias de desenvolvimento, desse modo focando os problemas com maior eficiência.

Um programa a destacar é o LEADER, que se divide em três fases: o LEADER I inicia uma nova abordagem do desenvolvimento, o LEADER II generaliza-a e o LEADER+.

O LEADER aposta na comunicação e cooperação entre os actores e as instituições, para obter a transferência de saberes e aplicá-los na recuperação da economia e da qualidade de vida local (Moreno, 2002).

A abordagem LEADER do desenvolvimento rural baseia-se em grande parte na proximidade e no desenvolvimento de relações. Estas duas vertentes específicas da Iniciativa permitiram a muitos territórios rurais marginalizados transformar em recursos e oportunidades elementos que eram considerados até aí como pontos fracos.¹³

¹²Disponível em: http://ec.europa.eu/agriculture/publi/fact/envir/index_pt.htm

¹³ Observatoire européen LEADER LEADER European Observatory AEIDL

Com a implementação do LEADER I em 1991 iniciou-se um processo que pretende promover a investigação e a valorização da identidade territorial, bem como dos recursos endógenos em meio rural.

Os objectivos centrais a alcançar são: contribuir para o desenvolvimento de uma agricultura europeia multifuncional, sustentável e repartida por todos os espaços da União, e para a diversificação económica e social dos territórios rurais europeus.

A aposta na diversificação e dinamização económica e social do território rural passa por valorizar outras actividades em meio rural e as relações de interdependência com a agricultura. As iniciativas de TER (Turismo em Espaço Rural) representam, entre muitos outros, um dos campos onde essa interdependência pode e deve ser reforçada

O desenvolvimento rural é uma missão da sociedade e não uma tarefa que o Estado deva assegurar isoladamente. Em muitos casos a intervenção da Administração Pública será sobretudo a de disponibilizar recursos e de estimular iniciativas por parte da sociedade civil.

A Iniciativa comunitária LEADER I possibilitou avaliar abordagens endógenas e locais, inovadoras, do desenvolvimento rural, que contribuiu para a valorização das potencialidades do território e dos agentes locais.

Nesta fase a inovação é um conceito-chave da Iniciativa Comunitária LEADER que procura *“apoiar acções inovadoras, demonstrativas e transferíveis ilustrando as novas vias que o desenvolvimento rural pode assumir.”*¹⁴

Os objectivos da Iniciativa Comunitária LEADER II, (figura 2) estão voltados para a melhoria das condições de vida das populações que contribuem, de certa forma, para a criação de opções ao declínio do emprego e da actividade agrícola em meio rural, impedindo o êxodo dos jovens com maior qualificação, o desemprego rural, o envelhecimento da população, entre outros problemas que afectam o espaço rural, não só de Portugal mas de toda a UE (IEADR, 1995). Deste modo pretende-se valorizar o território, através da diversificação económica, preservação do ambiente, apostando na qualidade de vida, estimula-se a criação de emprego.

¹⁴ *“A inovação ao serviço do desenvolvimento rural”*, brochura de apresentação LEADER II, 1994, Comissão Europeia, Direcção-Geral da Agricultura

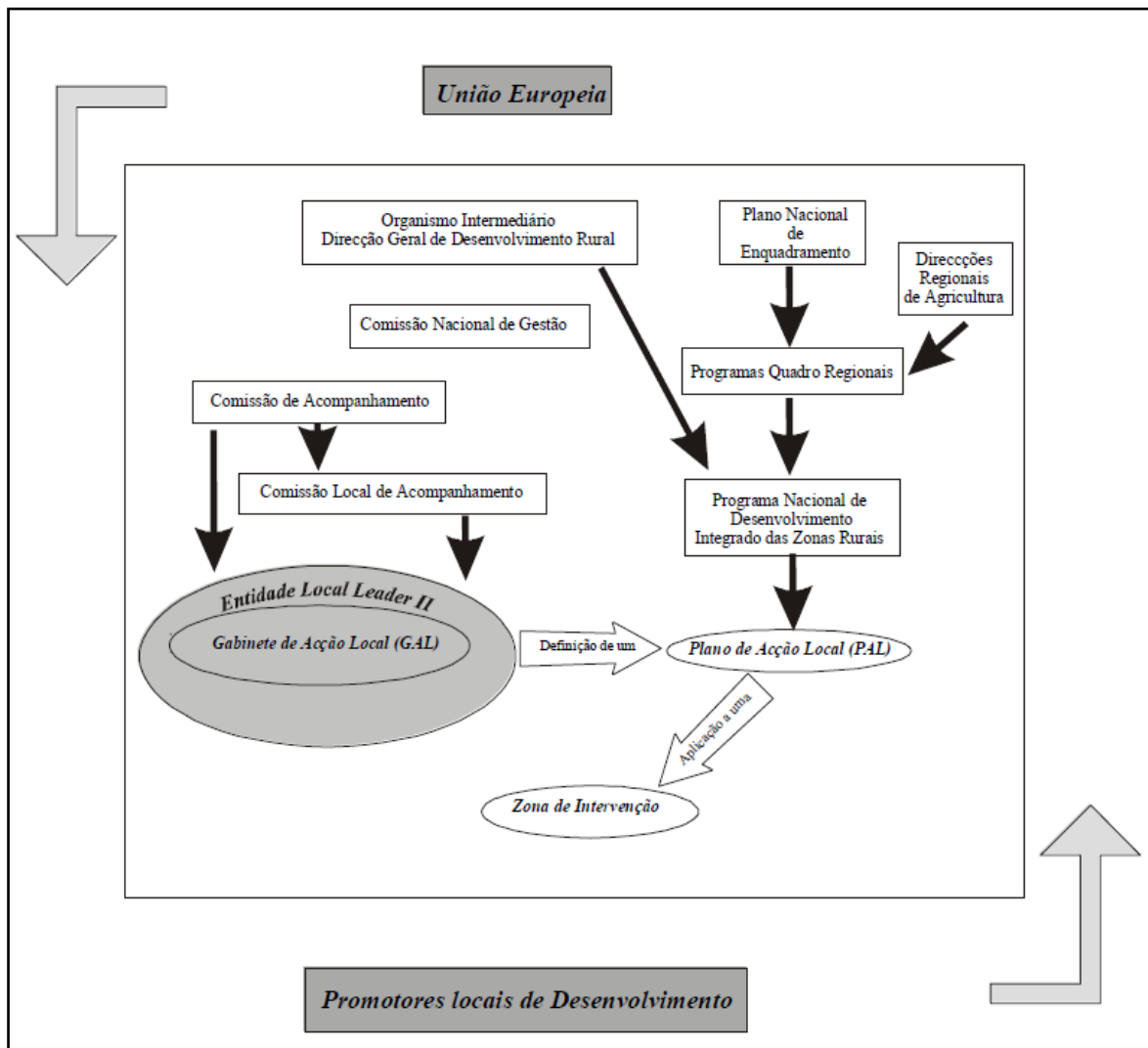


Figura 2- Estrutura do Programa Leader II.

Fonte: Geoideia; IESE (1999)

Foram definidas grandes áreas de intervenção para o Programa:

- apoio técnico ao desenvolvimento rural;
- formação profissional específica e ajudas à contratação;
- apoio à diversificação das actividades económicas;
- valorização e comercialização das produções agrícolas, silvícolas e da pesca local;
- preservação e valorização do ambiente natural e da qualidade de vida;
- acções em cooperação;
- “outros”, cabendo nesta designação perspectivas inovadoras que podem ser identificadas localmente, ainda que não explicitamente previstas na concepção do programa.

Os principais objectivos são:

- valorização do património natural e cultural;
- reforço do ambiente económico, no sentido de contribuir para a criação de postos de trabalho;
- reconhecer e afirmar a originalidade e a inovação da abordagem "LEADER+";

-melhoria da capacidade organizacional das respectivas comunidades.

LEADER foi criado como um laboratório do desenvolvimento rural, e no âmbito das iniciativas Leader I e II muitas zonas rurais incrementaram abordagens inovadoras, algumas das quais amadureceram suficientemente para serem incluídas em programas gerais de desenvolvimento rural. A Comissão anunciou a intenção de que Leader+ mantenha a sua função de laboratório para aprofundar a experimentação iniciada no âmbito das iniciativas LEADER I e II. Deste modo, a iniciativa, explora a inovação através das suas acções-piloto e põe as novas teorias à prova, fazendo a análise dos resultados parte integrante do processo de investigação. Este programa recorre à avaliação dos seus projectos para tirar lições para ver o que funciona ou não, para tirar lições para o futuro (Bryden, 1998).

A nova iniciativa LEADER+, cujas orientações foram aprovadas no início de 2000, parece ser uma iniciativa mais ambiciosa dirigida para apoiar estratégias integradas de alta qualidade com vista ao desenvolvimento rural, com elevada importância para a cooperação e constituição de redes entre “zonas” rurais.

O LEADER+ pretende apoiar os agentes rurais a reflectir sobre o potencial dos respectivos territórios através da promoção de estratégias originais de desenvolvimento sustentável integradas e de grande qualidade cujo objecto seja a experimentação de novas formas de reforço do ambiente económico, no sentido de contribuir para a criação de postos de trabalho.¹⁵

Outro ponto fulcral refere-se ao nível da cooperação transnacional, que é um processo complexo que pressupõe, nomeadamente, o conhecimento antecipado das experiências que se concretizaram noutros territórios, o reconhecimento dos potenciais parceiros que reúnam valências comuns ou complementares, com claras desigualdades culturais e organizacionais.¹⁶

O período de execução do LEADER+, vai beneficiar de outras iniciativas comunitárias (nomeadamente, INTERREG III e EQUAL), é possível traçar um quadro de referência das articulações potenciais com outros instrumentos de política, centrados nas zonas de Intervenção.

A natureza específica do Programa LEADER+, no quadro dos mecanismos associados à utilização de uma subvenção global contratualizada por um lado entre a Comissão e o Organismo Intermédio e, por outro lado, entre este e os GAL (grupos de acção local), assegura uma participação alargada, activa e directa dos parceiros económicos e sociais que integram os GAL, quer através da elaboração dos Planos de Desenvolvimento Local e estabelecimento de regras para a respectiva concretização quer através da gestão directa e exclusiva da execução dos mesmos Planos¹⁷.

¹⁵ Comunicação da Comissão aos Estados-Membros, de 14 de Abril de 2000, que estabelece as orientações relativas à iniciativa comunitária de desenvolvimento rural (Leader+) (2000/C 139/05).

¹⁶ Disponível em: http://www.leader.pt/PROGRAMA_NACIONAL.HTM

¹⁷ LEADER+ Programa Nacional — PORTUGAL

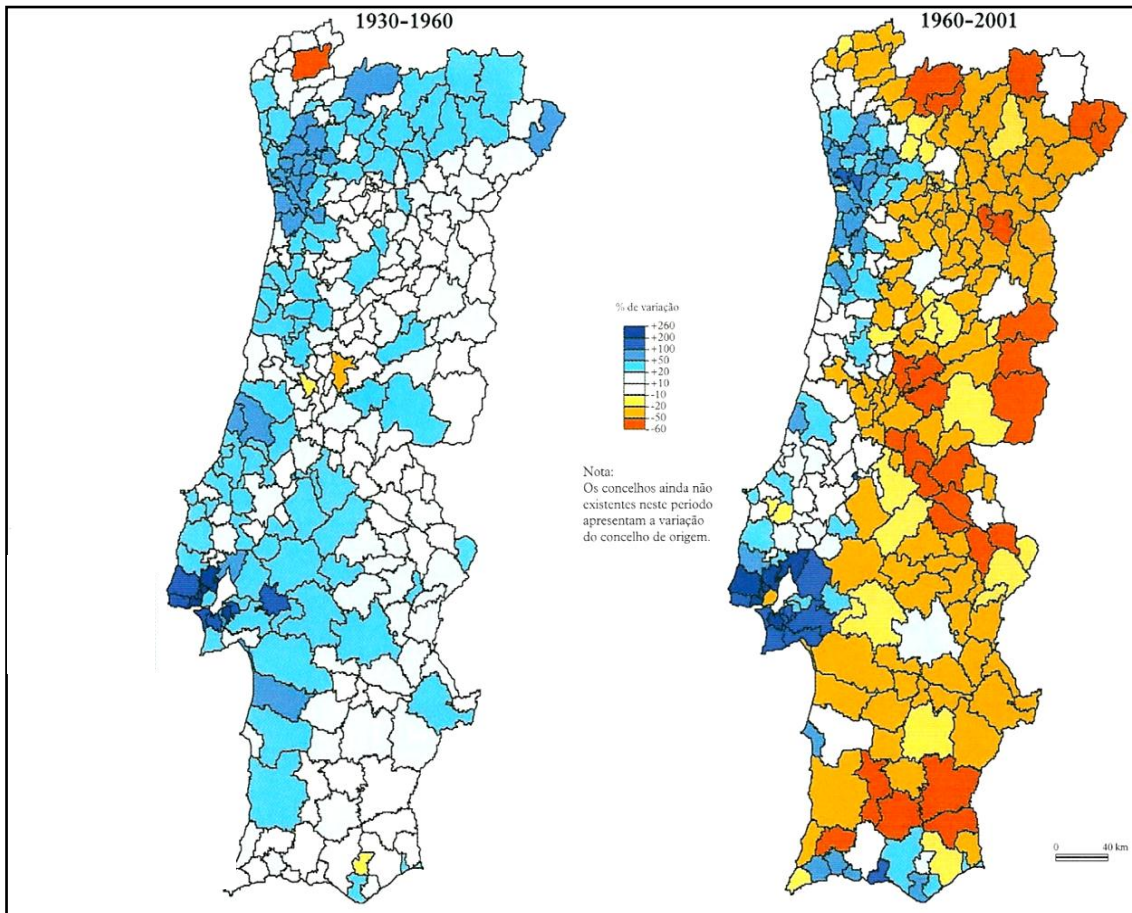
Todos estes programas assentam num conjunto de políticas que visam fomentar o desenvolvimento rural, mas para por em práticas estas políticas de desenvolvimento rural para diferentes comunidades ou territórios exige-se a inclusão de conhecimento e o entendimento de um amplo conjunto de actores públicos e privados. As tradicionais estruturas hierárquicas administrativas tornaram-se incompatíveis para administrar eficazmente estas políticas e são necessários ajustes entre as três dimensões chave da governância: horizontalmente quer a nível central, quer a nível local e verticalmente entre os diversos níveis de governo.

2.2- Desenvolvimento Rural em Portugal

2.2.1- O espaço rural em Portugal

Portugal até meados do século XX, caracterizava-se por ser um país predominantemente agrícola e rural. Até à década de 70 o país vivia quase exclusivamente do sector agrícola, mas com o passar dos anos constatou-se que Portugal se encontrava num estado de atraso muito grande em relação aos restantes países da Europa, fruto de décadas de governação Salazarista.

O sector registou um grande declínio, motivado pela redução da rentabilidade da agricultura e a redução dos empregos disponíveis no sector agrícola, que são uma causa importante do abandono agrícola e do êxodo rural (Cavaco, 1995). A diminuição da densidade populacional nas áreas rurais traz consigo a degradação dos serviços e das infra-estruturas, reforçando a tendência de êxodo rural. Actualmente, vastas áreas do território Português estão sem utilização agro-pecuária ou florestal, com consequências positivas e negativas em termos ecológicos.



Mapa 1 – Evolução da População: 1930-1960 E 1960-2001.

Fonte: Medeiros (2005)

Foi durante a década de 70 que ocorreram grandes transformações demográficas, sociais e políticas (Sousa, 1995).

Segundo Batista (2006) e Figueiredo (2003) o sector agrícola registou grandes transformações durante a década de 70, dado que foi fortemente afectado pela perda de população activa (mapa 1), através da emigração para as cidades e para fora do país, o que se traduziu em grandes alterações a nível socioeconómico nas áreas rurais. Outro factor importante registado a partir de 1974 foi o retorno de emigrantes, nomeadamente, o dos portugueses das Ex-Colónias, o que introduz alterações profundas na evolução migratória de Portugal (Santos, 1991).

Este facto foi provocado pela baixa produtividade do sector agrícola, que se traduzia em baixos rendimentos para os agricultores, provocando um nível de vida muito baixo para a população rural. A estrutura etária da população activa portuguesa foi alterada, aumentando a população urbana ligada ao sector terciário e diminuindo a população do sector primário.

Tornou-se evidente a necessidade de mudança e a partir da década de 80, a agricultura registou grandes transformações (mecanização), consequência da adesão de Portugal à UE (Sousa, 1995). Com esta adesão Portugal deu um passo em frente e desencadeou um significativo processo de modernização de estruturas e

comportamentos económicos, em paralelo com uma liberalização global dos mercados. Num quadro onde a intervenção pública passou a ser visivelmente polarizada pela promoção de importantes investimentos de natureza infra-estrutural (rodoviárias, ferroviárias e portuárias, telecomunicações, energéticas, científicas e tecnológicas, de educação e formação profissional) impulsionados pelo acesso aos fundos estruturais de origem comunitária e com perspectiva de desenvolvimento regional do país (Mateus, 1992).

As modificações ocorridas nas áreas rurais em conjunto com as transformações sociais mais globais, sobretudo causadas pelo alargamento da urbanização e da industrialização - símbolos do progresso e da modernidade - produziram movimentos a favor da conservação das áreas rurais. Tomou-se consciência da importância que estas poderiam vir a desempenhar (Figueiredo, 1999).

No âmbito do rural como espaço multifuncional as questões ligadas ao ambiente têm assumido especial importância que decorre principalmente da crescente valorização e preocupação social face àquelas mesmas questões. Assim, *“a evolução mais recente das sociedades modernas, fortemente urbanizadas suscitou novas preocupações e expectativas de natureza social e ambiental (...). A preservação dos recursos naturais, a salvaguarda do ambiente e do equilíbrio ecológico, a conservação do património histórico-cultural, a utilização dos produtos tradicionais de qualidade são exemplos das amenidades que o mundo rural encerra”* (DGDR, 1997).

Com a adesão de Portugal à União Europeia (1986) iniciou-se um processo de constantes ajustamentos, que contribuíram para o crescimento da oposição rural/urbano. Nesta sequência Portugal enfrentou um processo de exigentes ajustamentos, só parcialmente compensados pelas ajudas financeiras recebidas (Idem, 1997).

O futuro das zonas rurais portuguesas está condicionado pela natureza dos problemas de desenvolvimento e pelas políticas sectoriais e territoriais que são adoptadas na sequência da adesão à UE.

Todo este quadro levou a que, a equidade territorial e a sustentabilidade fizessem parte das principais preocupações políticas do governo português. A situação era de tal modo gravosa que levou o governo a colocar no topo das prioridades do Plano de Desenvolvimento Regional a definição de políticas para a fixação da população, no espaço rural. O desenvolvimento rural passa então a constituir um dos vectores fundamentais no desenvolvimento a nível regional e nacional (pelo menos enquanto intenção), sendo imprescindível minorar as assimetrias e o desequilíbrio territorial dos espaços rurais (Valente e Figueiredo, 2003).

A Comissão Europeia adoptou o Livro Verde, sobre a Coesão Territorial, cujos princípios e conceitos fundamentais são, a conectividade, a diversidade territorial, coordenação de políticas a cooperação de base territorial e regiões com características geográficas específicas. Portugal tem sido um país empenhado em valorizar a

componente de coesão territorial, a par da coesão económica e social, no quadro do projecto europeu.

*“A coesão territorial procura alcançar o desenvolvimento harmonioso de todos estes territórios e facultar aos seus habitantes a possibilidade de tirar o melhor partido das características de cada um deles. Nessa medida, a coesão territorial é um factor de conversão da diferença em vantagem, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável de toda a UE.”*¹⁸

O conceito de coesão territorial vai além da noção de coesão económica e social, alargando-o e consolidando-o. Em termos de políticas, o objectivo é progredir para um desenvolvimento mais equilibrado minorando as disparidades existentes, evitando os desequilíbrios territoriais e conferindo mais coerência quer às políticas regionais, quer às políticas sectoriais que têm impacto territorial.

Cada vez mais a competitividade e a prosperidade das regiões dependem das pessoas e das empresas presentes no território, através da cooperação e da adopção de políticas que promovam o desenvolvimento rural e a coesão territorial.

2.2.2- Tipologias das zonas rurais

A classificação das zonas rurais não é matéria simples, tornou-se evidente a necessidade de classificar as zonas desfavorecidas (Lourenço, 1999).

É peremptório reconhecer que a classificação tipológica de uma determinada zona não pode ser desintegrada das questões institucionais derivadas da fixação das políticas e das medidas de política de apoio ao ordenamento e ao desenvolvimento sustentado dos territórios.

A definição dos objectivos de desenvolvimento rural e a fixação das medidas e instrumentos de intervenção territorial aconselham, quando não exigem, a realização de estudos tipológicos das zonas sobre as quais se vai intervir.¹⁹

A delimitação de “zonas rurais” da OCDE é a única reconhecida internacionalmente.

¹⁸ Disponível em: http://www.dgotdu.pt/ue/LivroVerdeTC_pt.pdf

¹⁹ Disponível em: www.leader.pt

2.2.3- Classificação das freguesias segundo a Direcção Geral do Ordenamento do Território – Divisão de Urbanismo

Para se denominar um espaço de rural foi efectuada pela DGOTDU (Direcção Geral do Ordenamento do Território – Divisão de Urbanismo), uma classificação das áreas urbanas, onde se distinguem três tipos de áreas:

- Áreas Predominantemente Urbanas (APU)
- Áreas Medianamente Urbanas (AMU)
- Áreas Predominantemente rurais (APR)

2.2.4- Classificação das freguesias segundo o INE

As autoridades competentes delegaram ao INE (Instituto Nacional de Estatística), o órgão de competência máxima para fins estatísticos, a função de ordenar as freguesias, para ordenar o território português e estabeleceram-se três tipos de freguesias:²⁰

- freguesias urbanas: são as que possuem densidade populacional superior a 500 hab/km², ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 5000 habitantes.
- freguesias semi-urbanas: freguesias não urbanas que possuem densidade superior a 100 hab/km² e inferior ou igual a 500 hab/km², ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 2000 habitantes e inferior a 5000.
- freguesias rurais: são freguesias que possuem uma densidade inferior a 100 hab/km² ou que integram um lugar com população residente inferior a 2000 habitantes.

3- Políticas de Desenvolvimento Rural em Portugal

A partir dos anos 90, as iniciativas de promoção do ordenamento do território europeu sofreram um grande impulso, nomeadamente através da cooperação entre os vários Estados Membros. Um passo importante foi a divulgação de um documento de trabalho pela Comissão “Europa 2000⁺- Cooperação para o Ordenamento do Território Europeu”- , é um instrumento importante no percurso futuro das políticas comunitárias.

²⁰ O concelho Superior de Estatística aprovou na sua reunião de 3 de Julho de 1998 uma deliberação – Deliberação n° 488/98 – relativa tipologia de áreas urbanas.

Na sequência da reforma dos fundos estruturais de 1992, apareceram programas de incidência espacial. É o caso do LEADER (Ligações entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural) INTERREG (Cooperação Transfronteiriça) e do REGIS (Integração das Regiões Periféricas).

Nesta fase pretende-se a participação activa da população na “reconstrução” do seu território – daí a importância da criação de identidades locais. Neste processo assumem grande importância a cooperação entre actores/territórios. Esta ideologia do ordenamento participado e do desenvolvimento local, envolvendo parcerias, foi despoletado nas zonas rurais da CE, com o lançamento do PIC LEADER (Moreno, 2002).

A iniciativa comunitária LEADER, apareceu na sequência de um processo de mudança do discurso político europeu, em direcção ao Desenvolvimento rural, que emergiu após a publicação do documento *O Futuro do Mundo Rural* e contribui para a reforma dos fundos estruturais.

O Programa LEADER tem por base a promoção da diversificação social e económica dos meios rurais; valorização dos recursos endógenos; subsidiariedade e descentralização; participação cívica e integrada de base territorial; concertação entre vários parceiros económicos, sociais e institucionais (DGDR, (1997) e Henriques, (2002)).

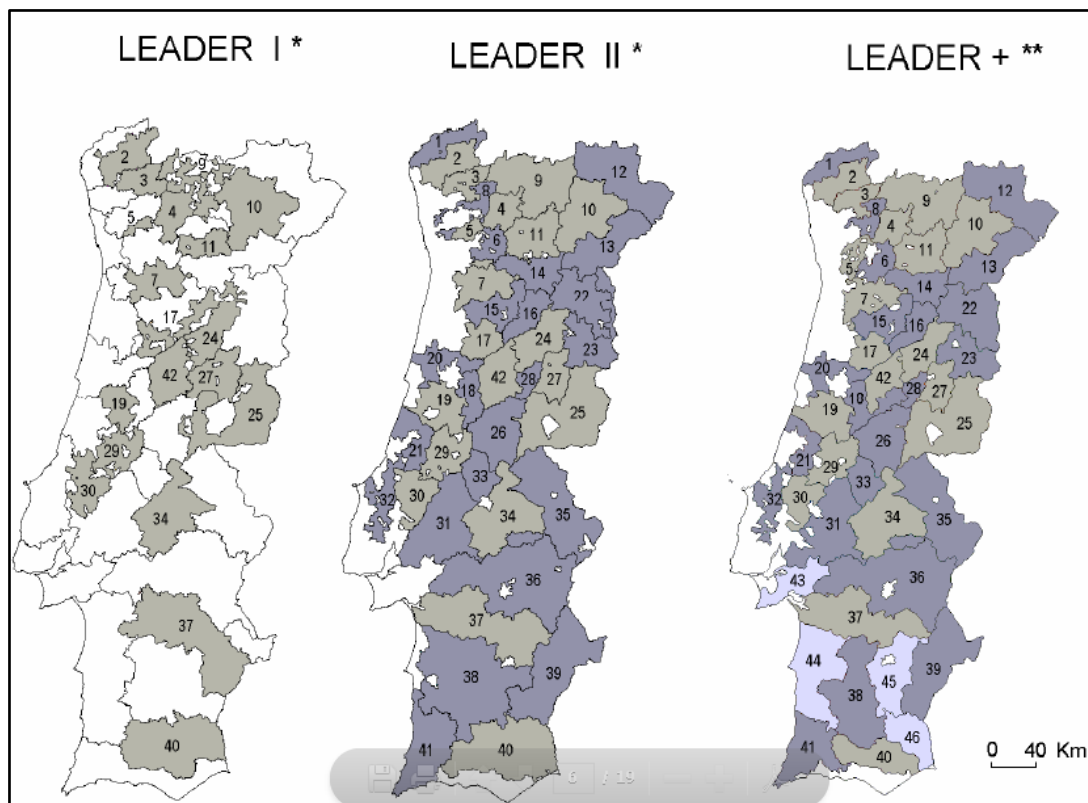
Em 1991, a Comissão Europeia, mostra-se preocupada, com a crise do mundo rural europeu, e resolveu criar um programa assente nos princípios do Desenvolvimento Local, que pretendia dar solução ao problema do despovoamento das zonas rurais, criando as classes para a sua revitalização endógena.

O programa aparece como uma iniciativa comunitária, inovadora na sua perspectiva de actuação, sendo que alguns aspectos essenciais lhe estão associados: ser uma intervenção feita no sentido *bottom-up*, constituindo o regime de parceria e definindo um conjunto de medidas que privilegiam as áreas desfavorecidas, reforçar a multifuncionalidade do espaço rural, valorizar a qualidade, especificidade e autonomia dos locais, valorizar economicamente as PME (Pequenas e Médias Empresas), e realçar a importância do funcionamento em rede e da utilização de novas tecnologias de informação (Rover e Henriques, 2006).

O programa LEADER é visto por muitos dos intervenientes como inovador e os seus princípios, objectivos, estratégias e metodologia como essenciais no âmbito da política pública de desenvolvimento rural (idem, 2006).

Este programa foi criado para as regiões rurais, onde os indicadores de desenvolvimento apresentam valores inferiores aos das regiões medianamente urbanas (OCDE, 1997). O espaço rural representa mais de 80% do território comunitário e nele habitam e desenvolvem as suas actividades mais de 50% da população total da União Europeia. Assim, em 1991, a Comissão Europeia, segura dos problemas do mundo rural decidiu criar um Programa (que se consubstanciou através da Comunicação aos Estados

Membros nº 91/C 73/14, de 19 de Março de 1991) especificamente consagrada ao desenvolvimento rural – onde foram definidas as directrizes de acção para o LEADER²¹, esta iniciativa foi consagrada no período de 1991 a 1994.



Mapa 2 - A Iniciativa Comunitária LEADER em Portugal Continental – Entidades Locais; LEADER I (1991-93); LEADER II (1994-99); LEADER+ (2001-06).

Fonte: Moreno, 2002

1 – ADRIMINHO	18 – DUECEIRA	35 – ADER-AL
2 – ADRILO	19 – TERRAS DE SICÓ ⁽¹⁾	36 – MONTE
3 – ATAHCA	20 – ADELO	37 – TERRAS DENTRO
4 – PROBASTO	21 – ADAE	38 – ESDIME
5 – ADER-SOUSA	22 – RAIA HISTÓRICA	39 – ROTA DO GUADIANA
6 – DOLMEN	23 – PRÓ-RAIA	40 – IN LOCO
7 – ADRIMAG	24 – ADRUSE	41 – VICENTINA
8 – SOL-DO-AVE	25 – ADRACES	42 – ADIBER ⁽²⁾
9 – ADRAT	26 – PINHAL MAIOR	43 – ADREPES
10 – DESTEQUE	27 – RUDE	44 – ADL
11 – DOURO HISTÓRICO	28 – ADERES	45 – Alentejo XXI
12 – CORANE	29 – ADIRN	46 – Terras do Baixo Guadiana
13 – DOURO SUPERIOR	30 – APRODER	
14 – BEIRA DOURO	31 – CHARNECA	
15 – ADDLAP	32 – LEADER OESTE	
16 – ADD	33 – TAGUS	
17 – ADICES	34 – LEADERSOR	

⁽¹⁾ ADSICÓ no LEADER I
⁽²⁾ ACIBEIRA no LEADER I

²¹ Disponível em: http://www.leader.pt/noticias/2006/sem_ADRACES.pdf

A perspectiva local necessária ao desenvolvimento foi conseguida através dos GAL, criados a partir dos sectores público, privado e de voluntariado para supervisionar a execução do programa LEADER Local.

Com excepção de um GAL do LEADER I (o único fracasso português), todos os outros passaram para a “fase seguinte”, a que se juntaram mais 29 novos GAL, fazendo com que quase todo o território rural português ficasse incluído na influência do LEADER II (Figura 4). Ou seja, a influência do LEADER passou de 37% do espaço nacional para o dobro, duplicando também o número de freguesias incluídas (de 1450 para 2914). A população abrangida passou de 14,3% para 32,6% da nacional, incluindo as ilhas. (Moreno, 2003).

“O objectivo principal, a promoção do desenvolvimento local dos meios rurais, com base na valorização e diversificação do seu potencial de recursos e iniciativas” foi garantido através do LEADER II (1994 a 1999) (Barros, 2003: 25).

A nova iniciativa LEADER II parte da comprovação de que o mundo rural se confronta com mutações profundas, umas de carácter estrutural, outras relacionadas com a evolução actual das políticas que lhe são aplicáveis. Face a esta situação, os responsáveis administrativos e os agentes do desenvolvimento rural consideram que é necessário encontrar novas orientações e novas formas de desenvolvimento em que participem todos os parceiros em causa.²²

Nesta fase introduziu-se a cooperação e a inovação como dimensões adicionais e, graças à criação de redes, foi possível trocar informações das boas práticas e de experiências bem sucedidas, através de fronteiras regionais e nacionais.

Neste seguimento o carácter inovador assenta na programação e gestão de actividades, desenvolvidas à escala local (Zonas de Intervenção de nível sub-regional), estas envolvem várias parcerias de agentes de desenvolvimento local, como autarquias, associações culturais e sociais, associações profissionais, empresas, ou mesmo pessoas a título individual, inseridas no seio de um GAL, embora com um enquadramento regulamentar e co-financiamento público (comunitário e nacional).

No contexto da Agenda 2000 delineararam-se as directrizes para a nova Iniciativa Comunitária dedicada ao desenvolvimento rural, a que se deu o nome de LEADER+.²³

No seguimento aparece o programa LEADER+²⁴ cujo objectivo consiste em incitar e apoiar os agentes rurais a reflectir sobre o potencial dos respectivos territórios mediante a promoção de estratégias originais de desenvolvimento sustentável integradas e de grande qualidade.

O objectivo passa por: “aplicação de estratégias originais de desenvolvimento sustentável integradas e de grande qualidade, cujo objecto seja a experimentação de novas formas de reforço do ambiente económico, no sentido de contribuir para a criação

²²Disponível em: <http://europa.eu>

²³ Comunicação n.º 2000/C 139/05 de 14 de Abril de 2000.

²⁴Disponível em: http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leaderplus/index_pt.htm

de postos de trabalho”.²⁵ O elemento fundamental do programa, assenta principalmente na cooperação.

As áreas rurais em Portugal representam mais de 80 % do território e nelas vivem mais de um terço da população. Encerram um grande e diversificado potencial de recursos naturais, humanos e culturais, mas são também atingidas por várias insuficiências em termos de desenvolvimento económico e social e de acesso às condições de suporte à vida das pessoas e à actividade das empresas. Tal como nas outras regiões do sul do mediterrâneo, em Portugal os contrastes de desenvolvimento entre as áreas urbanas e as áreas rurais são acentuados, em detrimento destas últimas.

Torna-se vital apostar na preservação da identidade territorial, bem como na competitividade dos territórios, assim é fundamental perceber quais as políticas da U.E aplicadas em Portugal que defendem a protecção do espaço rural (Figueiredo, 2003). Para Portugal apostar na competitividade do território rural, preservar a identidade territorial e preservar a paisagem rural foram implementados Programas importantes (LEADER, PRODER e PROVERE).

Para Portugal o Programa LEADER, veio por em prática os princípios já referidos anteriormente, muitos autores (DGDR, 1997; Cavaco, 1999; Moreno, 1999;) consideram-no uma experiência inovadora e promissora.

A quando da implementação do LEADER I, não existiam em Portugal Associações para gerir o programa a nível local.

O Ministério da Agricultura, assumiu a administração global do programa, procedeu então a uma ampla campanha de divulgação e dinamizou todo um processo de constituição de Associações, com vários tipos de génese mas envolvendo, sempre a constituição de parcerias entre vários agentes como as autarquias, Associações profissionais ou recreativas e outros agentes de desenvolvimento, formando-se diversas Associações de Desenvolvimento Local que, conjuntamente com outras, poucas, já existentes se vieram a candidatar ao programa LEADER I.²⁶

Até 1993 foram criadas 20 Zonas de Intervenção em várias áreas rurais do país, incluindo a Região Autónoma da Madeira e foram credenciadas outras tantas Entidades Locais que constituíram os seus GAL. As 20 zonas de intervenção, num total superior a 2000 projectos repartidos por áreas variadas, embora o turismo rural tenham assumido posição de relevo: 46% dos projectos e 56% do investimento aprovado (GEOIDEIA/IESE, 1999:146).

É de salientar a importância dos GAL, sendo que os principais a beneficiar dos apoios financeiros, são também os responsáveis pela elaboração e execução das estratégias de desenvolvimento, tem por base a valorização dos recursos naturais e culturais dos lugares e a valorização dos produtos e saberes locais. São formados por

²⁵ Comunicação da Comissão aos Estados-Membros, de 14 de Abril de 2000, que estabelece as orientações relativas à iniciativa comunitária de desenvolvimento rural (Leader+) (2000/C 139/05).

²⁶ Disponível em: http://www.leader.pt/PROGRAMA_NACIONAL.HTM

uma equipe técnica, cuja principal função é organizar uma parceria local, constituída por parceiros públicos e privados, que criam uma estratégia e medidas inovadoras para o desenvolvimento de um território. Elaboram um Plano de Acção Local, que define os eixos prioritários de intervenção, para as acções de desenvolvimento para um determinado número de territórios rurais. Estes projectos foram apoiados por três fundos Estruturais Comunitários (FEDER, FEOGA-O e FSE).

Com excepção de um GAL do LEADER I (o único fracasso português), todos os outros passaram para a “fase seguinte”, a que se juntaram mais 29 novos GAL, fazendo com que quase todo o território rural português ficasse incluído no LEADER II (Moreno, 2003).

Nesta fase o Programa passou a abarcar 86% do território rural nacional, incluindo as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, constituindo-se 48 Zonas de Intervenção, (teoricamente 84% do território e 1/3 da população) que gerem subvenções globais, na base de um Plano de Acção Local (PAL) que essas mesmas entidades conceberam, em interpretação própria de um conjunto de directivas comunitárias e de orientações nacionais (Plano Nacional de Enquadramento) e de acordo com uma leitura, também própria, de determinadas dimensões-problema das respectivas zonas de intervenção (Geoideia/IESE, 1999).

A implementação dos planos de desenvolvimento local colaborou para a criação e manutenção de emprego e para a introdução de produtos/processos inovadores nas áreas do turismo e lazer, artesanato, agro-alimentar, serviços de proximidade e de apoio ao desenvolvimento rural, aspectos fundamentais para o desenvolvimento das zonas rurais.

O aprofundamento desta iniciativa concretizou-se em 2000-2006 através do LEADER +, a sua influência estendeu-se a 48 Zonas de Intervenção e 52 GAL.

O desenvolvimento rural só é viável se combinar uma estratégia de descentralização e parceria que acautele o envolvimento e a responsabilização das entidades públicas (Estado e Autarquias) e privadas (agentes económicos e suas organizações, a população e as suas associações) na elaboração das políticas e dos programas de desenvolvimento integrado e na sua implementação, acompanhamento e avaliação (DGDR, 1997).

3.1- Iniciativas de Desenvolvimento Nacional

Portugal é um pequeno país muito aberto ao exterior, profundamente marcado pelo recente processo de integração na União Europeia. Numa posição periférica e atrasada neste contexto geoeconómico, o país e em particular a sua agricultura e regiões rurais vêm enfrentando desde a adesão plena à CE, em 1986, um processo de exigentes ajustamentos, só parcialmente compensados pelas ajudas financeiras recebidas.

As políticas de desenvolvimento regional nacionais estão fortemente dependentes das várias políticas da União Europeia, sendo estas políticas actualmente coordenadas pelos diversos Ministérios, os quais, por sua vez, delegam funções nos seus diversos serviços, de modo a aproximar tanto quanto possível a informação dos agentes de desenvolvimento regional, de acordo com o princípio da subsidiariedade, segundo o qual há toda a vantagem em aproximar as opções de actuação, nos diversos meios, de quem os conhece melhor (Covas, 1997). Ao Estado competirá um papel fulcral, quer como agente regulador e de dinamização estratégica do desenvolvimento rural, quer como intermediário político e financeiro na manutenção da oferta de bens públicos, nomeadamente ambientais, quer finalmente com agente disciplinador dos respectivos usos.

Os programas nacionais implementados para promover a implantação e o progresso das actividades voltadas para o desenvolvimento rural estão dependentes dos fundos estruturais o FEDER, FSE e o FEOGA.

No que diz respeito às iniciativas nacionais é de destacar o PPDR (Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional), criado no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional (1994-1999); o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (PNDES), elaborado na sequência do anterior, para o período de 2000-2006. Foram implementados ainda o RURIS (Plano de Desenvolvimento Rural), o AGROS (Programa Operacional de Desenvolvimento rural).

Inserido no PPDR (Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional), é de salientar o Programa das Aldeias Históricas cujo objectivo é a recuperação do património construído em dez aldeias da sub-região da Beira Interior.

Todos estes programas dão grande importância ao ajustamento da actividade agrícola, quer na protecção, preservação como na dinamização do ambiente natural em meio rural.

O ambiente passou a desempenhar um papel fulcral nas políticas e programas de desenvolvimento rural da Europa e de Portugal. Este ponto é um marco nas transformações a nível sócio-cultural, nomeadamente revalorização dos “modos de vida rurais” e a consciencialização da necessidade de preservar o ambiente e a paisagem (Carvalho, 2005).

3.1.1- Iniciativas recentes

O período de programação dos fundos estruturais (2007-2013) assume-se como uma política de coesão centralizada na promoção do crescimento sustentável na competitividade e no emprego²⁷.

²⁷ cf. COM (2006) 386 de 13 de Julho de 2006

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) estabelece linhas gerais que delinearão as estratégias de como Portugal vai gastar os recursos financeiros provenientes da UE, ao longo dos próximos anos, com o objectivo de desenvolver as competências dos homens e mulheres de Portugal, fomentar um crescimento sustentável, garantir a coesão social, assegurar o desenvolvimento do território e das cidades e melhorar a governança²⁸.

As políticas ambientais e de desenvolvimento rural nacionais estão demasiado dependentes das políticas e financiamentos provenientes da União Europeia. À escala nacional foi criado um documento orientador: o QREN, nele são definidas as linhas de orientação para a utilização dos fundos comunitários para o período de 2007-2013.

O QREN concretiza-se através de programas operacionais (PO):

- Programas Operacionais Temáticos (Potencial Humano, Factores de Competitividade e Valorização do Território);
- Programas Operacionais de Assistência Técnica;
- Programas Operacionais de Cooperação Territorial e de Redes de Cooperação Inter-regional;
- Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas.

Uma das vertentes que constam nos restantes instrumentos de programação é a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), onde se inserem três dimensões da sustentabilidade (económica, social e ambiental) e define linhas de actuação que assentam em seis objectivos, um dos quais uma “organização, equilibrada do território que valorize Portugal no espaço europeu e facilite qualidade de vida”.

Outro programa de destaque é o Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PEN), elaborado pelo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) na sequência do FEADER, resulta do novo modelo de intervenção EU em que todo o apoio comunitário ao desenvolvimento rural²⁹ se centra neste fundo.

A programação FEADER para o período de 2007-2013 integra duas fases:³⁰

- Elaboração de planos estratégicos nacionais (PEN) elaborados pelos Estados Membros, conjugando as orientações estratégicas comunitárias adoptadas pela Decisão n.2006/144/CE, do Concelho, de 20 de Fevereiro;
- Elaboração de programas de desenvolvimento rural (PDR) que executam o PEN. Em Portugal foram criados três programas: o PRODER e os

²⁸ Disponível em: <http://www.qren.pt/>

²⁹ Regulamento b(CE) n° 1698/2005 do Concelho, de 20 de Setembro de 2005, relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo FEADER

³⁰ Segundo Decreto-Lei n° 2/2008, de 4 de Janeiro

Planos de Desenvolvimento Rural dos Açores e da Madeira (PRORURAL e PRODEAM).

O PRODER é um instrumento estratégico e financeiro de apoio ao desenvolvimento rural para o continente, é co-financiado pelo FEADER.

Segundo o Plano Estratégico Nacional (PEN), que define as orientações para o uso do FEADER, a estratégia nacional para o desenvolvimento rural escolhida em função das orientações comunitárias, visa concretizar os seguintes objectivos:

- aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- o correcto ordenamento do espaço rural e gestão sustentável dos recursos naturais;
- e a melhoria da qualidade de vida e diversificação da economia nas zonas rurais.

O Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), sintetiza as conclusões do diagnóstico e formula os objectivos e linhas de desenvolvimento estratégico para o sector, materializados em cinco eixos estratégicos, através de 11 projectos de implementação.

A implementação do PENT é estruturada em cinco eixos:

- Território, Destinos e Produtos;
- Marcas e Mercados;
- Qualificação de Recursos;
- Distribuição e Comercialização;
- Inovação e Conhecimento;

O turismo é um sector de importância vital para Portugal, com elevada representatividade para a nossa economia, visto que é gerador de riqueza e emprego.

4- Novos estímulos ao espaço rural: transformações culturais, sociais e económicas

Após a Segunda Guerra Mundial, com a industrialização da agricultura a modernidade deixou de ser exclusiva do espaço urbano (Ferrão, 2005). Neste seguimento, o mesmo autor, defende a diferenciação do espaço rural, em função da proximidade ao espaço urbano. Esta proximidade foi geradora de movimentos pendulares casa-emprego, que se ampliaram a espaços rurais mais abrangentes.

Segundo Bauer, G et J. M. Roux (1976) que introduziram o conceito de «rurbanização» para designar o fenómeno que resulta da disseminação da cidade pelo campo. Este fenómeno comporta sentimentos anti-urbanos por parte da população que pretende viver no “campo”, mantendo um estilo de vida urbano. Assim sendo criam-se dinâmicas em que se habita no rural periférico e viaja-se diariamente à cidade para trabalhar, isto só foi possível graças ao desenvolvimento da mobilidade da população,

nomeadamente nas deslocações quotidianas (Cavaco, 2004). É vital continuar a apostar-se na promoção da cooperação, interligação e interacção entre pequenas e médias cidades que estão próximas das áreas rurais.

Com a evolução constata-se uma crescente urbanização em meio rural, percebida não só do ponto de vista sociológico e cultural (terciarização da população rural, e assimilação de modos de vida urbanos), mas também no processo produtivo, que levou à alteração da relação da agricultura com os outros sectores de actividade (DGDR, 1997) e uma nova relação entre cidade e campo. Segundo Santos (2006) os urbanos têm maior capacidade de se moverem no território e de disseminação territorial do consumo lúdico do rural, que deixa de estar conotado como espaço de produção, é visto como espaço de lazer, paisagem bucólica, idílica, objecto do consumo urbano.

Em Portugal, muito embora as questões associadas à preservação e protecção das áreas rurais se tenham revelado (social e institucionalmente) importantes bastante mais tarde que na maior parte dos países ocidentais, assistimos actualmente a uma crescente valorização destas áreas.

As paisagens rurais, são hoje espaços de mudança, que nas últimas décadas tem registado transformações nunca antes vistas. Estas mudanças estão ligadas às tendências das actividades económicas: especialização e concentração do sector agrícola, e portanto também do uso do solo, centralização de outras actividades; mas também a processos socio-económicos que resultam de fluxos e realocações de pessoas e actividades, sobretudo na concentração em áreas urbanas e de um crescente esvaziamento do espaço rural. Para contrariar estas mudanças, aposta-se na procura de outros usos e funções da paisagem rural, sobretudo nos últimos anos. De um espaço essencialmente de vida e de produção até há umas décadas atrás, as paisagens rurais transformaram-se progressivamente em espaços de consumo— mesmo se o padrão de uso do solo continua dominado pela agricultura. Fala-se assim em multifuncionalidade da paisagem (Correia, 2007). Até porque é o próprio espaço que é consumido nem que seja só pelo olhar do turista como refere Urry, (2002).

O declínio do papel da produção e a crescente procura social da multifuncionalidade levantam questões que vão desde a qualidade ambiental ao património cultural, ou da sobrevivência das explorações agrícolas à nova definição e funcionamento das comunidades rurais, ou às novas procuras sociais do rural e o que determina essa procura, ou ainda ao valor económico que essas funções podem representar. E todas estas dimensões se reflectem na paisagem (Idem, 2007). Torna-se cada vez mais pertinente a necessidade de aumentar a competitividade entre os espaços rurais, nomeadamente através da afirmação da identidade local, combinando várias actividades e usufruindo das características físicas e culturais dos lugares.

4.1- Do abandono paisagístico à criação de actividades de turismo e lazer

4.1.1- O Papel do Turismo no Renascimento do Rural em Portugal

Com o final da Segunda Grande Guerra, deu-se um impulso ao desenvolvimento da actividade turística que não mais deixou mais de crescer. Vários são os factores que estão na sua origem e desenvolvimento, nomeadamente: o aparecimento da circulação automóvel e a extensão das férias pagas; aumento dos salários; pela atenuação das grandes disparidades entre categorias profissionais; a redução da duração dos horários de trabalho; a extensão da escolaridade obrigatória; os seguros sociais; os abonos de família; a maior esperança de vida e reformas; a monotonia das profissões actuais. Pois a civilização contemporânea, uma civilização urbana - pesadelo do modo de vida urbano, necessidade de encher-se de ar puro, ver verdadeiras árvores, tocar a terra, retomar por um tempo os ritmos da natureza.

Após a década de 1974, Portugal “*abriu-se ao mundo*” – passou a estar na agenda dos países centrais, quer por ser uma economia em crescimento, quer pelo desenvolvimento do turismo (Santos, 2005: 105).

Os portugueses começaram a ter mais opções de escolha e assistiu-se à mudança das estruturas dos tempos sociais do mundo desenvolvido, valoriza-se o lazer e o tempo de que se dispõe, ocorre a modificação dos hábitos de consumo, das relações sociais bem como as funções do espaço (Santos, 2001). A terciarização da sociedade levou à crescente valorização do tempo livre e do tempo de lazer, promovido pelo desenvolvimento das acessibilidades e pela alteração dos modos de vida, ao qual aparece associado o turismo. Segundo Santos (1991: 111), o lazer é entendido “*como forma de preenchimento do tempo livre motiva o consumo determinando o aparecimento de actividades para satisfazer as necessidades e pretensões da população ao usar o seu tempo livre, como lazer, como trabalho secundário, ou como hobby, ou seja, descansar, desenvolver ou distrair, usando o tempo fora do trabalho principal e da obrigações*”.

Ao lazer aparece a conotação positiva do modo como se usa o tempo livre, enquanto o ócio (Umbelino, 1999) levamos para uma conotação negativa, remetemos para o estado de quem não faz nada.

Com o desenvolvimento económico, grande parte da população torna os “espaços de lazer/ consumo” como espaços de referência, no sentido de ocuparem o seu tempo de lazer (Santos, 2005). Por todas a parte somos aliciados com múltiplas sugestões e ofertas de ocupação dos tempos livres.

A sociedade moderna procura cada vez mais produtos e serviços ligados à qualidade de vida, em geral, à saúde, e ao lazer, as zonas rurais ocupam, relativamente a estes aspectos uma posição privilegiada.

O reconhecimento social e institucional do relevante papel das áreas rurais na qualidade de vida da sociedade reflectiu-se e continua a reflectir-se na constante procura de pessoas *não rurais* por estes espaços. “*São os grupos sociais urbanos ou urbanizados os principais portadores desta redefinição social da ruralidade, a qual não se esgota na dimensão ambiental, antes transporta também dimensões de defesa do património e da cultura rurais*” (Lima e Reis, 1998).

A população urbana ou não local ocorre cada vez mais ao espaço rural, que é concebido como um espaço de consumo e agarrado como produto. As áreas rurais tornam-se, assim, espectáculos, cenários, geridos por estratégias de mercado e constituídas como atracções onde também as qualidades ambientais se constituem em bens consumíveis. O consumo do ambiente e da natureza é realizado particularmente através da sua transformação em *paisagem*, não como enquadramento das actividades produtivas, mas antes para ser embelezado (Figueiredo, 2003).

O turismo aparece como uma das novas funções do espaço rural e como tal ocupa um lugar no topo das prioridades estratégicas actuais do desenvolvimento rural, uma vez que têm um papel importante não só na preservação de todo o potencial social, cultural e ambiental das áreas rurais, mas também na promoção do desenvolvimento económico-social, sendo evidente a possibilidade de aumentar esse papel.

“*O turismo é um fenómeno global, mas gerido localmente. É uma actividade económica abrangente, transversal e não deslocalizável e um dos principais sectores de exportação e de projecção internacional da imagem de Portugal. Além de ser um criador de riqueza para a economia nacional, regional e local, gera desenvolvimento local e promove a criação de postos de trabalho directos e indirectos*” (Turismo de Portugal, 2010: 18).

Este sector pode contribuir para a diversificação das actividades e para a rentabilização económica das áreas rurais, quer pela melhoria dos serviços básicos quer das condições de acessibilidade (Lima e Reis, 1998).

Por sua vez, a residência secundária, como sendo um fenómeno em expansão, é uma alternativa à residência fixa de uma família, que pode ocupar estas casas de modo sazonal ou mesmo ao fim-de-semana.

Segundo Cravidão (1989), em Portugal só a partir da década de 70 é que a residência secundária começa a adquirir alguma importância, “*principalmente ao longo do litoral*”.

O aumento deste tipo de alojamento pode ser desencadeado por vários motivos, individuais ou familiares e que pode levar a novas escolhas geográficas. Elas serão benéficas para as áreas rurais se a aquisição de casas antigas for com o intuito de reabilitação, pode levar à conservação e valorização do património construído.

Segundo Cavaco (1995), permitir a criação de novas unidades de produção e de novas actividades, promovendo o crescimento económico e o emprego, assim como a modernização ou reabilitação de actividades, infra-estruturas e equipamentos, permite a regeneração do pequeno comércio e das artes e ofícios tradicionais.

É necessário ter em conta, que a actividade turística deve ser avaliada numa dupla perspectiva: por um lado, considerando os efeitos positivos expressos na capacidade de criar postos de trabalho e riqueza, e, portanto, bem-estar social e, por outro lado, considerando os eventuais efeitos negativos retratados no ordenamento do território e na biodiversidade que exigem, em particular, a gestão da concentração de turistas e a protecção da paisagem e de zonas ambientalmente sensíveis. O equilíbrio entre estas duas forças é determinante para a competitividade sustentável da actividade turística.

Segundo Cunha (2003), é possível agrupar os tipos de turismo segundo os motivos que levam as pessoas a viajar, assim os tipos de turismo são identificados, pelos motivos da viagem e pelas características do destino. Temos então o turismo de recreio, turismo étnico, turismo de repouso, turismo cultural, turismo de natureza, turismo de negócios, turismo desportivo.

Em Portugal, o turismo rural é bastante recente, tendo apenas sido declarado como utilidade pública em 1983, podendo assim aceder a financiamentos. O quadro legal do TER, data de 1986, e veio reforçar três objectivos essenciais: estimular a recuperação do património histórico-cultural, associar a oferta de alojamento turístico às tradições de hospedagem rural; e aumentar o rendimento económico e as condições de vida das populações. As áreas rurais têm adquirido novas dimensões como espaços de recreio e lazer, como espaços de reserva de recursos e bens ambientais e também como espaços de memória e herança cultural.

Esta actividade não pode negligenciar a complementaridade com a agricultura, enquanto actividade dominante nestas áreas, e com outras actividades que mesmo em regressão deverão ser recuperadas e promovidas. O ambiente, cultura local e património constituem assim, três elementos chave no espaço rural, tendo o turismo um papel importante na gestão e protecção dos mesmos (Cavaco, 1995).

O conceito de turismo, caracterizado pela sua complexidade, motivo pelo qual se afigura difícil, a tarefa de encontrar uma definição satisfatória, visto que a população cada vez se movimenta mais no espaço e cada vez são mais os factores e os motivos dessa deslocação.

Segundo a Organização Mundial de Turismo (O.M.T.), é devido à relativa juventude do turismo como actividade socioeconómica generalizada e ao seu complexo carácter multidisciplinar, que há uma grande ausência de definições conceptuais claras que delimitem a actividade turística. Devido ao aumento da complexidade das sociedades modernas (o aparecimento das residências secundárias, troca de residências

entre casais de países distintos etc.) torna-se mais complexo analisar os fenómenos turísticos e encontrar uma definição válida.

Segundo a O.M.T. o turismo compreende as actividades que as pessoas realizam durante as suas viagens e permanências em lugares distintos ao seu quotidiano habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano com fins de ócio, por negócios e outros (OMT, 1998, cit por Fonseca 2005).

O turismo pressupõe ainda, que motivo principal da visita, não seja, exercer uma actividade remunerada no local visitado.

Podemos então dizer que, praticar turismo, implica que o indivíduo se desloque do local de quotidiano para outras localidades, e que desfrute dos recursos turísticos que os lugares de destino lhe oferecem. É esta deslocação que diferencia o turismo de outras formas de lazer. Esta deslocação tem também uma limitação temporal de um ano, porque se um indivíduo permanecer num lugar durante mais tempo deixa de ser turista e passa a ser considerado residente desse lugar (Fonseca, 2005). No entanto é necessário distinguir turistas de excursionistas, os primeiros têm que permanecer pelo menos 24 horas no lugar visitado (o visitante passa pelo menos uma noite no lugar visitado), enquanto os segundos permanecem menos de 24 horas no lugar visitado (Cunha, 2003). O turismo pode ser entendido como um conjunto de actividades exercidas por quem dispõem de tempo livre, constituindo uma forma de ocupação desse mesmo tempo (idem, 2003).

Associados ao turismo estão: movimento físico de pessoas desde a curta a longa distancia, a viagem para um destino, as actividades que se desenrolam na viagem e no destino turístico e as infra-estruturas, serviços e produtos criados no destino para satisfazer as necessidades dos turistas (Fonseca, 2005).

Para que uma localidade se torne um destino turístico esta tem que apresentar particularidades que a tornem atractiva, de forma que esta possa constituir uma hipótese de destino turístico da sociedade, como também não é possível garantir o funcionamento do turismo num lugar sem o conhecimento do alojamento, dos transportes que o servem e das relações de interdependência que o turismo estabelece com outras actividades da área (Cunha, 2003).

Com o desenvolvimento tecnológico, o turismo vai ser fortemente beneficiado, com a facilitação das viagens, diminuição da distância tempo e da distância custo, bem como a comodidade que é cada vez maior. Isto proporcionou a democratização das viagens e do turismo em particular (Barros, 2004).

4.1.2- O território e o desenvolvimento turístico

O aumento da frequência dos espaços rurais por populações urbanas ou não locais inscreve-se nos movimentos e transformações sociais resultando na concepção e apropriação das áreas rurais como um bem de consumo e também como património.

Ao longo das últimas décadas a sociedade portuguesa sofreu transformações importantes que não deixaram de condicionar quer as áreas rurais, quer as representações sociais sobre essas mesmas áreas.

A requalificação das zonas rurais por via do Turismo requer uma visão holística dos espaços de viagem e lazer, concebendo novas dimensões de experiência susceptíveis de gerar fluxos relevantes. Essa requalificação impõe a valorização dos traços de genuinidade da cultura local, a preservação da envolvente cultural e natural e a qualificação permanente de serviços e recursos humanos.

Um aliado para esta actividade é a divulgação publicitária à volta dos produtos contribui para a ampliação do hiato existente entre as memórias agradáveis do consumidor, em relação ao seu imaginário agrícola, e a realidade de hoje: ao produto alimentar manufacturado encontra-se geralmente associada uma imagem bucólica e campestre, que remete o espectador para as qualidades naturais do alimento e do saber fazer ancestral (Moura, 2006).

Assim, a ideia de um mundo rural não agrícola que importa preservar - ou que se vende - em virtude do seu valor patrimonial apela e atrai a franja mais escolarizada da população urbana que considera o rural como espaço de consumo e não de produção (Covas, 2006; Ferrão, 2005). Há, portanto, lugar para afirmar os “espaços rurais” como “espaços de consumo”. Por outras palavras, é na procura urbana que reside o essencial da evolução futura das áreas rurais onde a actividade agrícola orientada para o mercado não alcança expressão significativa.

As áreas rurais passaram a ser vistas como novos locais de recreio e lazer, através da organização dos usos e comportamentos. Assim, naturalizar, musealizar ou tornar turístico o espaço rural é, paradoxalmente, culturalizá-lo ou socializá-lo, já que as suas funções são variadas e as representações e práticas face a ele são igualmente inconstantes.

De uma situação em que eram *marginalizadas* relativamente às dinâmicas urbanas, as áreas rurais passaram a ser reconhecidas, social e institucionalmente, como importante reserva cultural e ambiental para toda a sociedade. Deste modo este reconhecimento tem-se reflectido particularmente na frequente procura de pessoas *não rurais* por estes espaços. As áreas rurais adquirem assim, novas dimensões e novos valores na sua concepção, nomeadamente como espaços de recreio e lazer, como espaços de reserva de recursos e bens ambientais e também como espaços de memória e *herança* cultural. Estas funções ganharam importância sobretudo com a evolução das

sociedades urbano-industriais e com as consequências prejudiciais em termos de poluição, stress e até deterioração da qualidade de vida (Reis e Lima, 1998).

O turismo significa também habitar temporariamente outros lugares, desenvolver relações com estes lugares, através de vivências, que estão ligadas com a aprendizagem dos lugares e entrando no modo de vida local (Cavaco, 1999).

O valor turístico de um espaço transforma-se ao longo do tempo, devido a procura que vai oscilando. Para que um destino turístico não caia no esquecimento é necessário requalificá-lo e dinamizá-lo de acordo com a evolução das sociedades, isto porque “(...)a imagem de um lugar assume grande relevância na escolha dos locais que merecem ser visitados, sendo esse aspecto bastante explorado pelos média na comercialização do produto turístico” (Fonseca, 2005: 38).

O uso dos lugares é cada vez mais recuperado pela prática turística, muitas vezes recuperando-os, as termas podem ser um exemplo. Muitas das estâncias que marcavam vida social da aristocracia e da burguesia no século XIX e porte do XX, foram actualmente recuperadas, revitalizadas e atribuindo-se novos usos, de acordo com a sociedade de consumo (Cravidão, 2006).

Para que um território seja visto pela sociedade como um destino turístico, este tem que ter alguma particularidade que possibilite a atracção aos visitantes. A valorização das características de um determinado território altera-se ao longo do tempo, o seu valor recreativo muda de acordo com os seus elementos de atracção (hotéis, associabilidades, equipamentos, serviços...), bem como, ocorrem variações ao longo do tempo nos gostos e nas práticas recreativas da sociedade (Fonseca, 2005). Torna-se então necessário tornar os territórios flexíveis para que consigam responder a estas variações temporais. Para isso o planeamento turístico torna-se essencial, a elaboração de planos com objectivos e estratégias que possam dar resposta a estas variações.

As actividades turísticas não devem ser incrementadas de forma desarticulada, existe a necessidade de planear, de se encontrarem objectivos considerados como mais vantajosos e as estratégias mais adequadas. Isto é, procurar respostas que satisfaçam os interesses dos turistas, de acordo com o potencial turístico e os recursos existentes e sem degradar o ambiente nem afectar, directa ou indirectamente as populações locais (Barros, 2004).

A protecção do ambiente é um campo cada vez mais valorizado pela sociedade actual, daí a necessidade da actividade turística ter este aspecto em atenção, isto porque, se alguma das actividades turísticas afectar o ambiente, este facto, pode trazer consequências negativas nos atractivos turísticos do lugar em questão.

Torna-se importante o desenvolvimento de estudos que, que calculem a capacidade de carga que as actividades turísticas de um lugar ou região podem conter, isto é o numero de pessoas que o dado espaço suporta sem trazer consequências negativas para o mesmo (Barros, 2004). Estes estudos devem ser incluídos nos planos

de ordenamento do território, já que é uma matéria que “mexe” com o território e a sua sustentabilidade.

O planeamento turístico é um meio para evitar a ocorrência de danos irreversíveis, a nível ambiental, social, cultural, etc. no destino turístico, bem como para desenvolver este, a fim de o tornar atractivo.

Para um desenvolvimento com sucesso do turismo é necessário que os planos e as estratégias de desenvolvimento sejam flexíveis, para que a resposta as mudanças internas e externas sejam mais rápida e eficaz, para que o turismo tenha sustentabilidade. Compete aos poderes públicos a responsabilidade de desenvolver os planos de desenvolvimento onde o turismo assume muitas vezes grande importância, desde a escala local a nacional (Barros, 2004).

Os planos constituem um importante elemento, para o desenvolvimento do turismo num lugar, procurando alcançar a sua diferenciação, segundo Fonseca (2005), na actualidade a procura de um produto turístico diferenciado, constitui um importante factor de competitividade.

A competitividade turística de um lugar, passa pela sua diferenciação em relação a outros espaços, a oferta de actividades que cativem os turistas e que sejam exclusivas é um excelente passo para uma forte procura por parte de quem procura fazer turismo. A exclusividade torna-se um factor importante na sociedade actual, devido “(...)a pressão dos mercados mundiais e o referido interesse dos turistas pelo “extraordinário” faz com que se procure criar bens culturais atractivos, muitas vezes, à força de artifícios” (Barros, 2004: 26).

O carácter único de cada lugar é o reflexo da disponibilidade de recursos materiais e imateriais e da integração em sistemas e redes, aos níveis global, regional e local, tais como, entre outros, os ciclos naturais e os sistemas sociais, os recursos naturais e humanos, o capital físico e social e, necessariamente, os modos de vida que caracterizam cada lugar. As paisagens são fundamentais para o reconhecimento destas identidades, através das suas características, tanto naturais como culturais, que se constituem como essenciais (Roca e Oliveira, 2004).

A visão da Paisagem como um sistema dinâmico e complexo desenvolveu-se desde o início do século XIX, a sua compreensão como uma realidade construída e humanizada, resultante da relação entre o Homem e o meio é ainda muito incipiente na passagem para o século XX (Claval, 1987).

No decorrer do último século observa-se um aumento crescente pelo estudo da Paisagem. Verifica-se simultaneamente a atribuição de uma atenção cada vez maior às dimensões da Paisagem que transpõem a sua materialidade física e a sua expressão visual. Os novos estudos sobre a Paisagem atribuem maior relevo à sua componente sociocultural, económica e estética, contribuindo para a integração progressiva dos factores antrópicos enquanto forças de construção, transformação e modelação da Paisagem. Como resultado desta evolução destes estudos, assiste-se à diferenciação

teórica e conceptual entre *Paisagens Culturais* e *Paisagens Naturais*, não sendo no entanto esquecida a forte inter-relação entre ambas. Pelo contrário, “*vários autores reconhecem que as paisagens verdadeiramente naturais não existem*” (Salgueiro 2001:41).

Na última década do século XX, é reconhecido o valor patrimonial das *Paisagens Culturais* pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) com a definição, em 1992, dos princípios operacionais para a inclusão das *Paisagens Culturais* na Lista do Património Mundial.

No decorrer destes estudos surge o reconhecimento dos empreendimentos turísticos como Turismo de Natureza decorre da aplicação do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 07 de Março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de Setembro.

As tecnologias de informação desempenham aqui um papel muito importante, como actores de divulgação do potencial turístico dos lugares e também como mediadores, entre os turistas e os lugares de destino.

Face à necessidade premente de defesa da Paisagem Cultural, são mencionados algumas figuras regulamentares e estatutos de protecção destinados à salvaguarda de áreas de reconhecido valor ecológico, ecossistémico e paisagístico, consagradas na legislação portuguesa e/ou comunitária.

Distinguem-se três principais sistemas de protecção: a Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP); a Rede Natura 2000 e o conjunto de biótipos identificados pelo projecto comunitário Biótipos CORINE - CO-ordination of Information on the Environment.

A Rede Nacional de Áreas Protegidas, oficialmente constituída com o Decreto-Lei n.º 19/93, foi progressivamente ampliada e consolidada desde 1971, ano da criação do Parque Nacional Peneda - Gerês, o primeiro a beneficiar do estatuto de protecção. Actualmente a classificação nacional de áreas protegidas integra as figuras de parque nacional, parque natural, reserva natural e paisagem protegida (ICNB).

Os objectivos que se encontram com maior frequência nos planos, segundo Barros (2004) são:

- desenvolver um sector turístico de alta qualidade, em todos os sectores e a todos os níveis;
- distribuir os benefícios provenientes do turismo, o mais amplamente possível e para a maior parte da população anfitriã;
- preservar os recursos naturais e culturais através de projectos que reflectam as tradições locais, para desenvolvimento do turismo;
- apelar para uma variedade ampla de turistas internacionais (e nacionais) através de programas de desenvolvimento de locais e estruturas;
- atrair turistas com alto padrão de despesas;
- aumentar oportunidades de emprego;

O turismo rural só muito tarde foi reconhecido institucionalmente em Portugal, ainda que o Estado tenha tido um “*papel decisivo como impulsionador da constituição de uma oferta rural privada de alojamento turístico, sempre de muito pequena escala e diversificada nos tipos, nos modos de inserção local e nos serviços complementares oferecidos*” (Cavaco, 1999a: 144). O papel do Estado traduziu-se sobretudo na criação dos instrumentos jurídicos e financeiros para qualificar as ofertas e enquadrar a criação e exploração das unidades de turismo rural (idem, 1999a).

Segundo Cavaco (1999a e 1999b) a oferta de alojamentos turísticos ligados ao espaço rural (turismo de habitação, agro-turismo, aldeias de tradição, turismo rural, etc.) foi-se consolidando, quer pelo aumento do número de unidades, quer pelo aumento da procura, quer ainda pela diversificação de actividade.³¹ Para esta consolidação, os programas europeus como o LEADER, Sistema de Incentivos às Micro-empresas (RIME) e o Sistema de Apoio aos Jovens Empresários (SAJE) foram essenciais. Também o Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR) (1996-1999) se revelou um instrumento, a nível nacional, com bastante impacto nesta matéria, designadamente através do Programa das Aldeias Históricas (Reis, 1998). Este programa envolveu dez aldeias beirãs e possibilitou a existência de apoios à reconstrução de edifícios, criação de infra-estruturas, requalificação de monumentos, entre outros que visaram a viabilização de novas funções das áreas rurais, muito particularmente as associadas ao turismo, ao artesanato e ao comércio.

Hoje são conhecidos inúmeros programas que seguem a mesma linha, do mencionado anteriormente de que o exemplo o projecto das Aldeias de Xisto, Programa das Aldeias Vinhateiras do Douro, Programa das aldeias Ribeirinhas do Alqueva, Programa das Aldeias das Serra Algarvia, entre outras.

O “Programa das Aldeias do Xisto” foi implementado a partir de 2001 pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), usando fundos comunitários através do Programa Operacional da Região Centro (Medida II.6, componente FEDER).

Tinha como objectivos fundamentais a recuperação das tradições, a valorização do património arquitectónico construído, a dinamização das artes e ofícios tradicionais e a defesa e preservação da paisagem envolvente.³²

O programa das aldeias históricas tem por base a valorização de recursos culturais diversificados, como a paisagem, os lugares, o património construído, as culturas e tradições, através do envolvimento de vários atores que promovam o desenvolvimento local.³³ O Programa das Aldeias Históricas surgiu em 1994, teve apoios directos de Programas Operacionais do II (1994-1999) e III (2000-2006) Quadros Comunitários de Apoio (QCA) (Boura, 2002-2004). A implementação do

³¹ Decreto-lei n.º54/2002, de 11 de Março.

³² Disponível em: <http://www.aldeiasdoxisto.pt/sobreprojecto/9/5/35>

³³ Disponível em: <http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com/>

programa tem sido suportada pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), o Orçamento Geral do Estado, Orçamento dos Municípios e investidores privados (Boura, 2002-2004)

4.2- A cultura tradicional e identidade dos meios rurais

4.2.1- O Património como contributo de desenvolvimento local

O turismo cultural assume grande relevância na medida que aparece ligado a diferentes dimensões ou categorias de património. Esta actividade, em voga no quadro das novas procuras sociais e de mudança da imagem das áreas rurais (Butler et al, 1998) configura-se uma das vias para incentivar a revitalização destes espaços, através de diferentes políticas, instrumentos e iniciativas (Carvalho, 2005).

Podemos entender actualmente o património como uma herança cultural colectiva, um elemento que liga o passado com o presente. Se pretendermos desfrutar dele devemos ter a noção de que é necessário preservá-lo para que as gerações vindouras possam elas também desfrutar dele (idem, 2005).

A defesa e a valorização do património contribuem para uma paisagem mais equilibrada e atractiva, reforçando a sua identidade, e pode constituir um recurso importante na afirmação do território. Um território com qualidade e com identidade, portanto com relevância geográfica (Fernandes e Carvalho, 1998) é mais atractivo.

Até há poucos anos, era dada uma definição algo redutora de património rural, considerado como integrando os edifícios associados à exploração agrícola e, sobretudo, o “pequeno património rural” como os lavadouros, moinhos ou espigueiros. Actualmente tem-se do património um conceito mais amplo que engloba simultaneamente os elementos materiais e os imateriais, que testemunham as relações que uma comunidade estabeleceu no decurso da história com o território em que está inserida.

O Património é visto hoje, não só como uma imagem de identidade de um território, mas também como um recurso para o seu desenvolvimento. Se um determinado lugar apresentar um património rico e com bom estado de conservação, este tem forte possibilidade de atrair pessoas.

Podemos então dizer que o “*património assume-se como temática de grande actualidade no quadro conceptual das teorias centradas sobre o desenvolvimento dos territórios e das populações*” (Carvalho e Fernandes, 2003: 195).

Os recursos patrimoniais naturais e culturais são considerados vitais nos sistemas e instrumentos de gestão territorial. São condicionantes do ordenamento do território e urbanismo na medida em que neste se estabelecem as medidas fundamentais

à protecção e valorização do mesmo e, defendem o uso dos espaços envolventes. São também uma das componentes essenciais da estruturação da imagem dos territórios, e podem ser usados como referências de marketing e indicações de identidade das comunidades, definem a especificidade e o potencial dos territórios (idem, 2001).

Segundo o Concelho da Europa (2002), *“les patrimoines culturel et naturel constituent un élément Didentité et de différenciation dans le contexte de la mondialisation. Ils sont à la fois un instrument de découverte et de compréhension mutuelle pour les communautés culturelles et une ressource de développement.”*

Em Portugal, o reconhecimento da protecção e valorização do património cultural como atribuição do Estado teve como referência, a Lei do Património Cultural Português (Lei nº 13/85, de 6 de Julho). A base conceptual deste diploma reflecte a importância da classificação dos bens imóveis no sentido de distingui-lo pelo seu valor histórico, cultural ou estético, e garantir a sua conservação e uso pela comunidade, conferindo-lhe uma protecção legal e um estatuto privilegiado.

Em 1987, a Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87, de 7 de Abril), no artigo 17.º, reconhece a paisagem e o património natural e construído como componentes que *“definem, no seu conjunto, o quadro específico de vida, onde se insere e de que depende a actividade do homem”*, e no artigo 20.º, estabelece que o património natural e construído do País, bem como, o histórico e cultural, serão objecto de medidas especiais de defesa, salvaguarda e valorização, através, entre outros, de uma adequada gestão de recursos existentes e planificação das acções a empreender numa perspectiva de animação e utilização criativa. No que concerne aos objectivos e medidas o diploma ressalva o reforço das acções e medidas de defesa e recuperação do património cultural, quer natural, quer construído, assim como aconselha a protecção e valorização da paisagem como unidade estética e visual (Carvalho, 2005).

Sucedem-se a Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro considera que as finalidades da protecção e valorização do património cultural, enquanto tarefa fundamental do Estado e dever dos cidadãos são: *“incentivar e assegurar a acesso a todos à fruição cultural; vivificar a identidade cultural comum de Portugal e das comunidades regionais e locais a ela pertencentes e fortalecer a consciência da participação histórica do povo português em realidades culturais de âmbito transnacional; promover o aumento do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local; defender a qualidade ambiental e paisagística.”* Ainda segundo este diploma, são definidas categorias de protecção dos bens móveis e imóveis.

*“O Património cultural é constituído por todos os bens (materiais e imateriais) que sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura, devam ser objecto de especial protecção e valorização”*³⁴.

³⁴Disponível em:

[http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/portugal/portugal law 1072001 law cultural heritage _pororof.pdf](http://www.unesco.org/culture/natlaws/media/pdf/portugal/portugal%20law%201072001%20law%20cultural%20heritage_pororof.pdf)

Segundo Henriques (2003), a noção de património histórico-arquitectónico está intimamente ligada com a de monumento, mediando a relação dos indivíduos e das sociedades com o fluir da história. Durante o século XIX a ideia de preservação do património histórico ganhou força graças à globalização, onde a noção de identidade foi revalorizada, alteração acelerada da paisagem onde se procura defender a todo o custo estes elementos.

O turismo pode ser uma forma de rentabilizar esse património, desde que aliado ao património existam infra-estruturas, equipamentos e serviços de apoio ao turista, para que se crie um destino turístico de referência com base no património. “*A maioria dos documentos sobre desenvolvimento sustentável do turismo elaborados nos últimos anos, reconhece o património (na amplitude das conotações natural e cultural) como recurso para o desenvolvimento e, por isso, as componentes do território são elementos chave para a valorização turística dos lugares*” (Carvalho, 2005: 180). A valorização de um lugar passa também pela qualidade e distinção que oferece, de acordo com as potencialidades e recursos que detém, bem como a salvaguarda do seu património natural e cultural. A fim de garantir uma paisagem mais equilibrada e atractiva, para reforço da sua identidade, podendo assim, constituir um recurso importante para o desenvolvimento do território.

Como tal, “*a (re)descoberta dos territórios e dos seus valores patrimoniais são hoje condições basilares na construção de novas identidades e na identificação de alternativas ao desenvolvimento dos territórios e das populações*” (Carvalho e Fernandes, 2003: 195).

A aproximação entre os turistas e o património, pode ser uma fonte de rendimentos para as populações locais, já que ao património cabe a função atractiva, e cabe as populações e agentes locais, oferecer serviços, infra-estruturas e actividades a quem vem de outros lugares e pretende desfrutar de um determinado património quer seja natural ou cultural. Estamos perante um desenvolvimento endógeno, que usa os recursos locais como forma de desenvolvimento de um lugar.

A valorização do património dos lugares, da sua memória e a mobilização dos seus bens culturais, através da mobilização de recursos e actividades envolvendo protagonistas diversos, pode ser a alavanca de afirmação e sustentação dos territórios. (Boura, 2002-2004)

“*A valorização dos lugares e da sua memória, a potenciação de recursos, culturais e actividades, assim como a divulgação de espaços esquecidos, cuja marca perdura no território, poderá ser uma forma de acção em contextos socio-económicos deprimidos, particularmente em comunidades rurais fragilizadas e com dificuldades de afirmação*” (Boura, 2002-2004: 116).

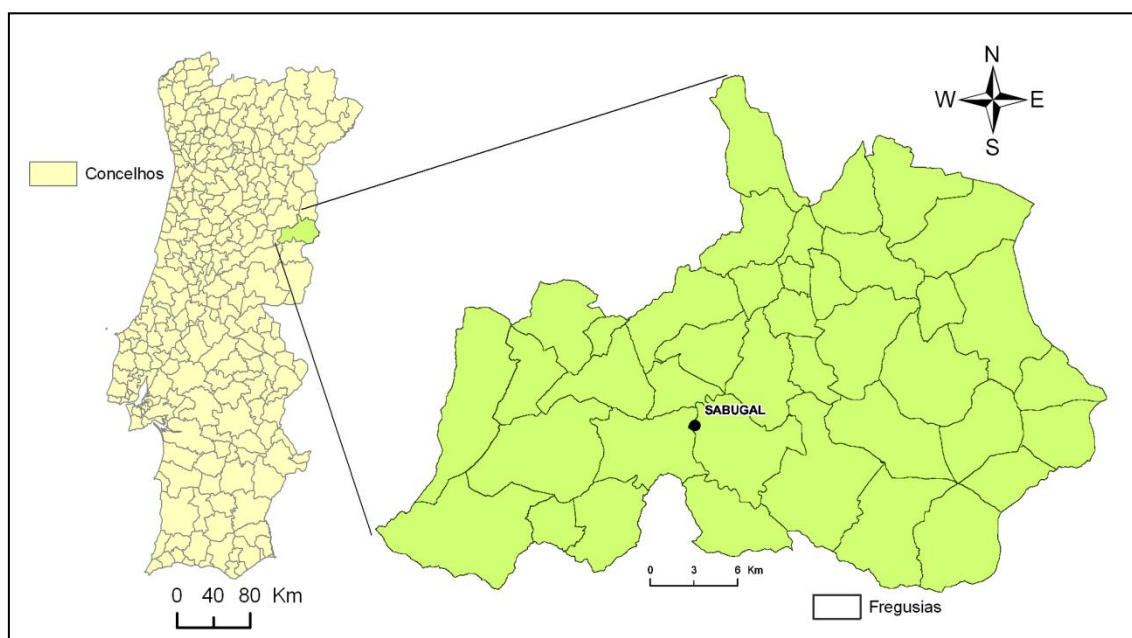
Em síntese, verificamos que o património assume hoje um papel diferente do que assumiu no passado, passou do esquecimento e abandono a um importante recurso para o desenvolvimento de um território e das suas populações, daí vem, o interesse que

actualmente o poder central tem em o preservar, orientando políticas e desenvolvendo leis para a sua protecção.

Capítulo II-

1- Enquadramento geográfico da área de estudo

O Concelho de Sabugal localiza-se na zona Centro de Portugal (mapa 3), em relação ao quadro da divisão administrativa para fins estatísticos (NUT'S)³⁵ utilizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), encontra-se na região da Beira Interior Norte e é um dos 14 concelhos do Distrito da Guarda. Faz fronteira a Norte com os concelhos de Almeida e Guarda, a Oeste com Guarda e Belmonte, a Sul com Fundão e Penamacor e a Este com Espanha, mais precisamente com a província de Salamanca. Situado na parte meridional do território de Riba Côa, é atravessado de Sul para Norte pelo Rio Côa.



Mapa 3 – Localização geográfica do concelho do Sabugal.

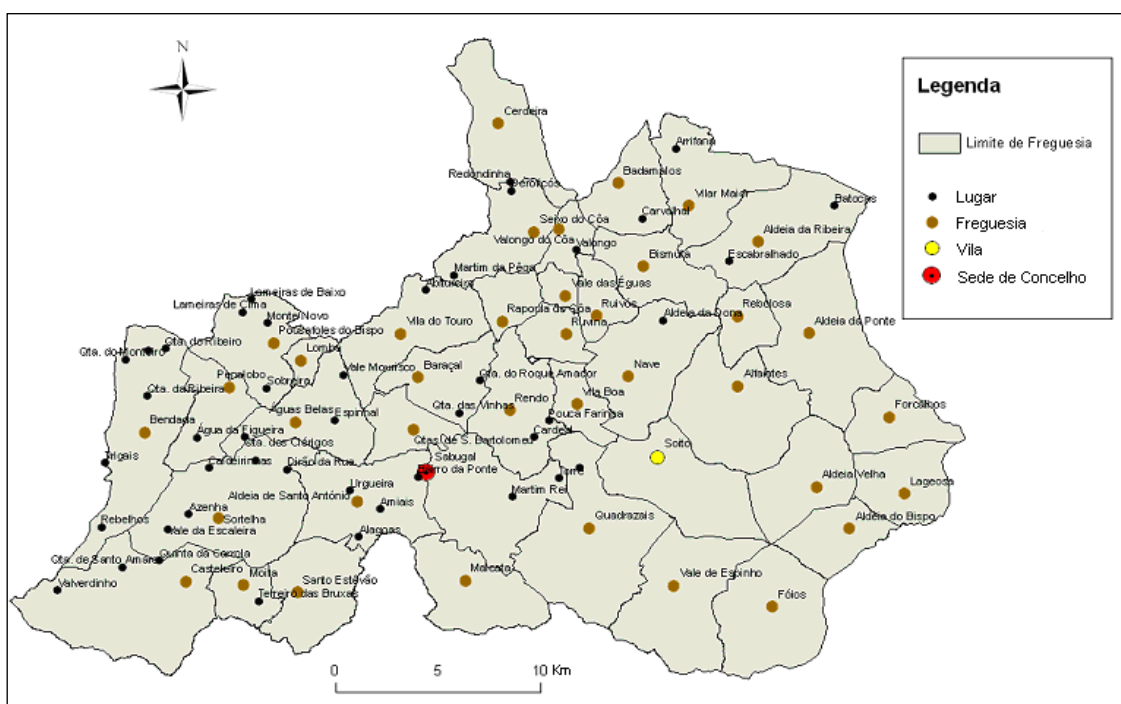
Fonte – Elaboração própria

De acordo com o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (PENDR) (2007), o concelho está situado numa região desfavorecida e de características rurais. O concelho apresenta características repulsivas, predominantemente rurais e está localizado numa região desfavorecida, factos que levaram Almeida *et al.* (1994) a considerar este território como uma “*área rural periférica*”.

³⁵ A Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) começou a ser utilizada no âmbito da então CEE entre o Eurostat, os serviços da Comissão e os Estados-Membros, com o objectivo de proporcionar uma repartição única, uniforme e hierárquica das unidades territoriais para a produção e difusão de estatísticas. Esta nomenclatura encontra-se dividida em três níveis hierárquicos, NUTS I, NUTS II e NUTS III. (www.ine.pt)

Trata-se de um concelho de dimensão média, com uma área de 823,1 Km² composto por 40 freguesias, num total de 102 lugares (ver mapa 4). As freguesias que constituem o concelho são: Águas Belas, Aldeia do Bispo, Aldeia da Ponte, Aldeia da Ribeira, Aldeia de Santo António, Aldeia Velha, Alfaiates, Badamalos, Baraçal, Bendada, Bismula, Casteleiro, Cerdeira do Côa, Fóios, Forcalhos, Lageosa da Raia, Lomba, Malcata, Moita, Nave, Penalobo, Pousafóles do Bispo, Quadrazais, Quintas de São Bartolomeu, Rapoula do Côa, Rebolosa, Rendo, Ruivós, Ruvina, Sabugal, Santo Estêvão, Seixo do Côa, Sortelha, Soito, Vale das Éguas, Vale de Espinho, Vale Longo, Vila Boa, Vila do Touro e Vilar Maior.

A sul eleva-se a serra da Malcata que divide a Meseta, onde esta grande parte do território do concelho, da Superfície de Castelo Branco. Nesta serra situa-se a Reserva Natural da Serra Malcata, que tem parte do seu território neste concelho, e constitui a única área protegida nele existente.



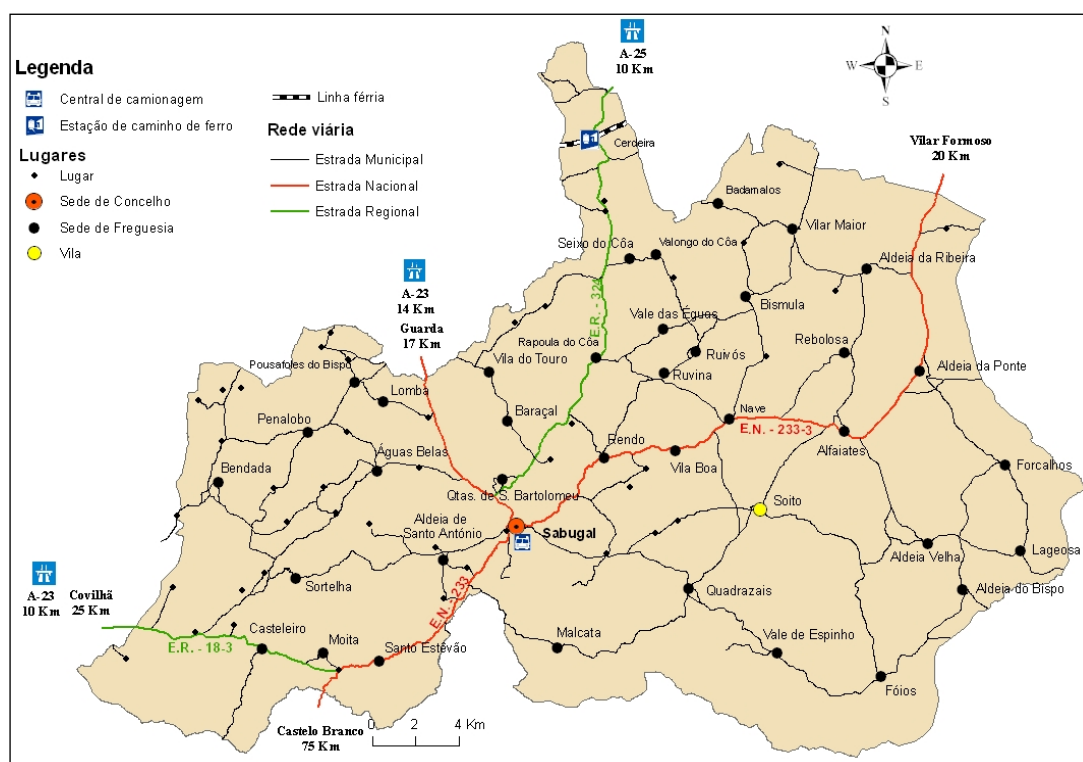
Mapa 4 – Concelho do Sabugal por freguesias e aglomerados por grau hierárquico.

Fonte - Elaboração própria

➤ *Acessibilidades*

Em termos de acessibilidades para se chegar ao Sabugal existem três formas: a Estrada Nacional 233; a Estrada Nacional 233-3; a Estrada Regional 324 e a Estrada Regional 18-3 (ver mapa 5) e também a rede ferroviária, que através da linha da Beira Alta, que promove acessibilidades com ligações nacionais e internacionais, no entanto a

estação existente na freguesia da Cerdeira do Côa apenas estabelece ligações nacionais, as ligações internacionais estão restringidas à estação da Guarda.



Mapa 5 – Rede viária do concelho do Sabugal.

Fonte - Elaboração própria

A Estrada Nacional 233 constitui actualmente a ligação à cidade da Guarda. Trata-se de uma via muito importante no concelho uma vez que estabelece, a norte, a ligação com a sede de distrito e garante a ligação ao litoral norte e para a Europa através da auto-estrada A-25. Torna-se indispensável a modernização desta via, de forma a permitir uma melhoria na comodidade, segurança e fluidez de trânsito adequados, condições fundamentais para garantir uma boa acessibilidade do concelho ao exterior. A Estrada Nacional 233-3 assegura a ligação da sede de concelho a Vila Formoso³⁶, para sul a Estrada Nacional 233 assegura a ligação para Castelo Branco passando por Penamacor, fazendo ligação também com a auto-estrada A-23 que garante a ligação para Lisboa, através da Estrada Regional 18-3 que a liga o concelho a cidade da Covilhã.

A Estrada Regional 324 estabelece a ligação entre o Sabugal e Almeida passando pela Cerdeira do Côa onde está a estação ferroviária da linha da Beira Alta, e faz ligação também à auto-estrada A-25 que é uma das principais vias de entrada em Portugal.

Para além destas vias que asseguram a acessibilidade externa, existe uma rede viária municipal, que estabelece a ligação entre os diferentes lugares do concelho, e que

³⁶ Vila Formoso é uma das principais, se não a principal porta de entrada do país por via terrestre.

também consideramos importante referir. Apesar das melhorias levadas a cabo em algumas destas estradas, muitas delas carecem ainda de obras de rectificação do traçado, melhoramento do piso, estando actualmente um pouco desajustadas das actuais exigências do tráfego.

2- Análise sócio demográfica

2.1- Comportamento demográfico

O concelho do Sabugal insere-se numa região com características de regressão demográfica, como se comprova com a análise do gráfico 1, que se traduz num decréscimo da população residente, durante o último século e início do século XXI, nomeadamente desde meados do século XX. Este é um concelho com uma grande dificuldade em fixar população, o que pode ser explicada pela diminuição da população da população que se tem vindo a verificar desde a década de 50 (ver gráfico 1).

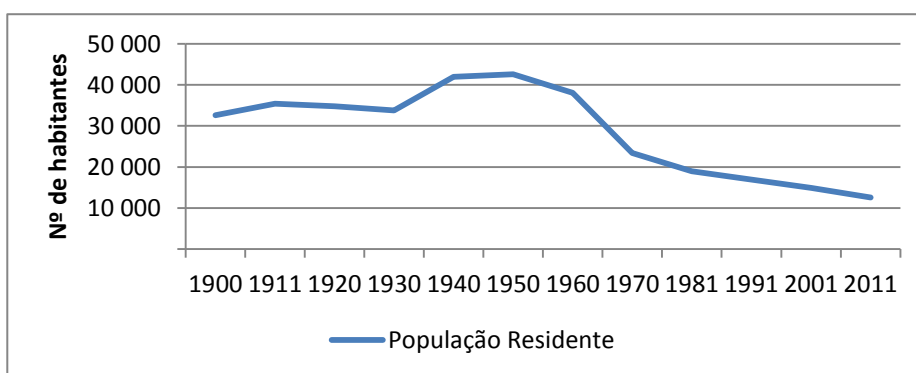


Gráfico 1 – População residente no concelho do Sabugal de 1900 a 2011.

Fonte – Elaboração própria com dados do INE

Desde meados do século XX que a população do concelho tem registado uma forte diminuição, fruto da sua proximidade com a fronteira espanhola, esta foi uma zona de forte emigração, perdendo o concelho do Sabugal 38,6% da população na década de 60, que coincide com o segundo grande surto emigratório português em direcção aos países da Europa Central, que manifesta uma grande representatividade neste concelho. Outro factor prende-se com o declínio da agricultura (ver figura 3), que se mostra pouco atractiva e rentável, para a população mais jovem, sendo que se pratica uma agricultura de subsistência em explorações de pequena dimensão.

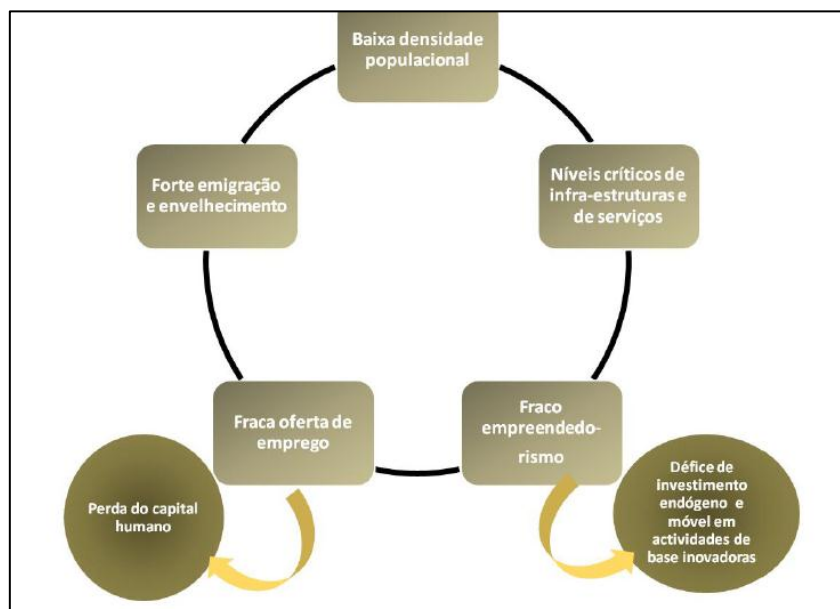


Figura 3- Causas da fraca competitividade do concelho.

Fonte: Adaptado de Martins e Figueiredo (2008)

Em apenas quarenta anos, de 1960 a 2001, o concelho perdeu cerca de 60% da população residente, o que continua actualmente a verificar-se. De 2001 a 2011 constatou-se uma variação de -15,6%, que representa uma perda de 2327 habitantes em apenas 10 anos (Quadro I). Esta dinâmica de perda populacional é reforçada pela deslocação de população para o concelho da Guarda.

Quadro I – Evolução da variação da população do Concelho do Sabugal de 1900 a 2011.

VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO EM %										
00/11	11/20	20/30	30/40	40/50	50/60	60/70	70/81	81/91	91/01	01/11
8,5	-1,9	-2,8	24,1	1,5	-10,5	-38,6	-19,0	-10,6	-12,1	-15,6

Fonte – INE, Censos 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001; Dados preliminares dos Censos 2011

Nos últimos anos verificou-se o regresso de alguns emigrantes, principalmente de França, atenuou a crescente diminuição da população no concelho, mas não permitiu resolver o problema, uma vez que ainda hoje se continua a verificar a saída de população para o estrangeiro, embora os números sejam menores e principalmente de estada temporária e não definitivas como anteriormente (Ferrão, J., 2005).

Com esta diminuição de população a densidade populacional, na sua maior parte concentrada em povoações, foi baixando até os 16,1 Hab/Km² em 2008, muito abaixo da média de Portugal que regista 115,4 Hab/Km². Conclui-se que estamos perante um

concelho com grandes dificuldades em atrair e fixar população. Verifica-se uma forte tendência de envelhecimento no topo e na base das pirâmides (mobilidade espacial, com a saída de adultos em idade de procriar, aumento da esperança média de vida e diminuição das taxas de natalidade e fecundidade) (Cavaco, 1995).

A fraca natalidade e a elevada mortalidade, fruto do grande envelhecimento da população, contribuem fortemente para a diminuição populacional, com uma Taxa de Natalidade de 4,5% em 2008, que representa menos de metade da média de Portugal e uma Taxa de Mortalidade de 24,2%, mais de duas vezes superior à média da Região Centro e de Portugal. Estes valores levam a uma Taxa de Crescimento Natural de -1,97% que explica a crescente diminuição da população no concelho (Quadro II).

Quadro II – Taxa Bruta de Natalidade, Mortalidade e Crescimento Efectivo referentes a 2008.

	Taxa Bruta de Natalidade em ‰	Taxa Bruta de Mortalidade em ‰	Taxa de Crescimento Natural em ‰
Portugal	9,8	9,8	0
Região Centro	8,5	11,4	-2,9
Sabugal	4,5	24,2	-19,7

Fonte – INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2008.

Este foi um concelho onde o processo de transição demográfica foi muito precoce. A partir do início dos anos sessenta a taxa de mortalidade começa a tomar valores superiores à taxa de natalidade, a primeira vai crescendo com o passar das décadas e a segunda vai decrescendo, que traduz um crescimento natural cada vez mais negativo até chegáramos aos preocupantes valores que se verificam actualmente. (Ferrão, J. 2005)

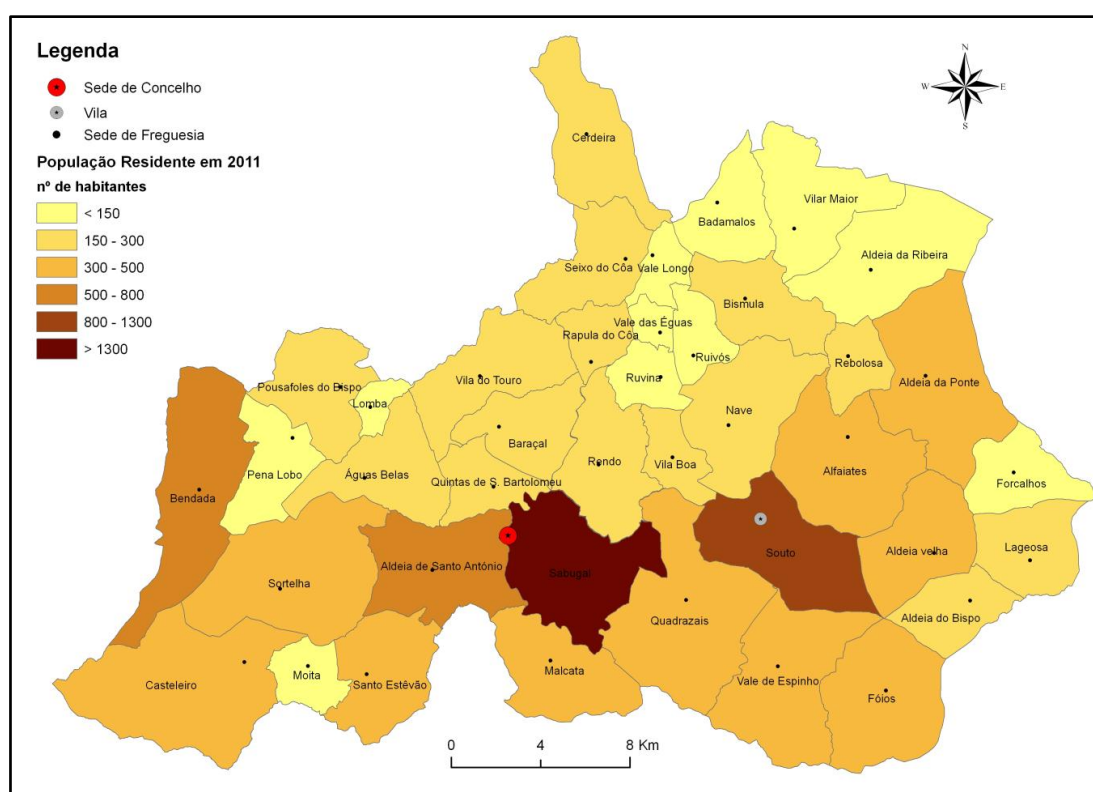
A elevada mortalidade deve-se sobretudo ao forte envelhecimento da população, cerca de 35% da população tem 65 anos ou mais. A taxa de envelhecimento tem vindo a aumentar nos últimos anos, 374,3 em 2003 para 423,4 em 2008, muito longe da dos valores de Portugal, 105,5 em 2003 e 115,5 em 2008. Isto leva-nos a concluir que a Taxa de Mortalidade se vai manter bastante acima da Taxa de Natalidade, e consequentemente a população irá continuar a diminuir nos próximos anos.

As consequências da estrutura etária reflectem-se a vários níveis, desde o das perspectivas de crescimento demográfico até às características da população activa, condicionando também, indirectamente, as hipóteses de renovação das estruturas de equipamento económico (Mateus, 2009).

Como é referido no Pré-diagnóstico da Rede Social do Concelho do Sabugal, conjugadas estas dinâmicas fortifica a ideia de despovoamento do interior do país e

principalmente das zonas rurais, torna-se vital repensar as estratégias para incentivar, atrair e fixar os jovens neste concelho (Câmara Municipal do Sabugal, 2005).

A distribuição da população pelo território do concelho, está longe de ser uniforme, a maior parte das freguesias têm uma população compreendida entre os 200 e os 700 habitantes. No entanto existem dois pólos de maior dimensão que se afastam da média, a Cidade do Sabugal e a Vila do Soito, com 1901 e 1269 habitantes respectivamente. São as freguesias mais povoadas do concelho, facto que está relacionado com a proximidade a todo um conjunto de serviços, equipamentos, infra-estruturas e locais de trabalho. Em oposição estão as freguesias de Vale das Éguas e Vale Longo que apresentam o menor número de habitantes, com apenas 39 e 48 habitantes respectivamente e que são os casos mais preocupantes do concelho (ver mapa 6).



Mapa 6 – Distribuição da população residente por freguesia no concelho do Sabugal em 2011.

Fonte - Elaboração própria com dados preliminares dos Censos 2011.

Os resultados do Recenseamento de 2011 não introduzem mudanças significativas na dinâmica antes delineada, vindo apenas confirmar as tendências já referidas: diminuição e envelhecimento da população.

Como podemos observar no mapa 6, a área mais despovoada do concelho é a nordeste, onde se encontram o maior número de freguesias com menos de 200 habitante, aparecendo ainda casos pontuais na parte leste, como é o caso das freguesias da Lomba, Penalobo e Moita, e a freguesia dos Forcalhos a oeste. Todas estas

freguesias, devido ao reduzido efectivo populacional e ao contínuo envelhecimento, apresentam-se como lugares frágeis, pouco dinâmicos e com fraca capacidade de se desenvolverem. Desde sempre estas freguesias conseguiram alcançar um, reduzido número de habitantes devido à pouca terra arável disponível para a actividade agrícola. Tudo isto acarreta novos problemas das mais diversas naturezas: de renovação de gerações, diminuição da população, aumento da mortalidade, perda da capacidade de trabalho, abandono das terras, perdas de saber-fazer e de património cultural, degradação ambiental e paisagística, que se reflecte no despovoamento e até desertificação humana (Cavaco, 1995).

Este território de baixa densidade é um espaço que se debate com muitas dificuldades, mas, tem um conjunto de potencialidades que podem ser aproveitadas (serão desenvolvidas mais à frente) para a criação de emprego e de valor.

2.2- Estrutura sócio profissional

2.2.1- Comportamento dos sectores de actividade

Esta situação demográfica, bem como a fraca qualificação pode ser encarada como um entrave ao desenvolvimento local, já que o contínuo enfraquecimento e envelhecimento dos recursos humanos são considerados um factor negativo para qualquer estratégia de desenvolvimento económico.

A população do concelho apresenta um baixo nível de instrução, com uma grande percentagem de população analfabeta (23%) ou com o primeiro ciclo (45%), sendo estes valores superiores aos registados na região centro (ver gráfico 2). As taxas de escolarização no ensino básico e secundário são relativamente baixas e constata-se um abandono significativo no final do ensino obrigatório.

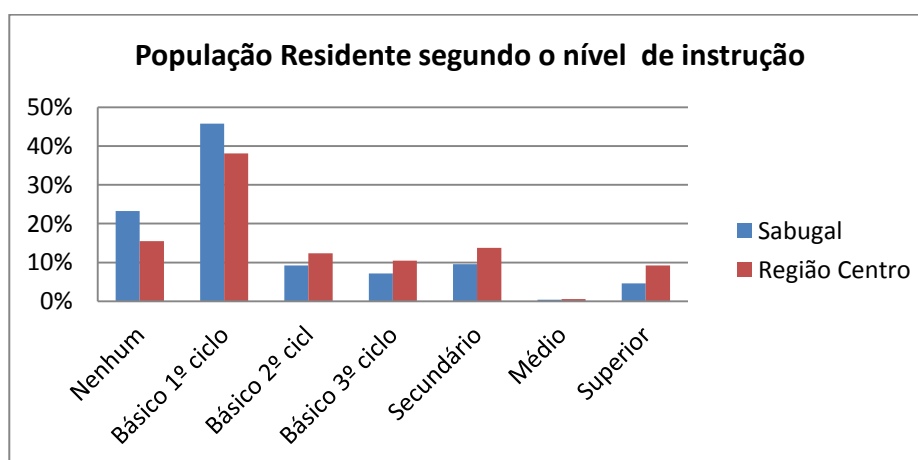


Gráfico 2 – Nível de instrução da população residente no concelho do Sabugal e na região Centro.

Fonte – Elaboração própria com dados do Anuário Estatístico da Região Centro de 2009

A esta realidade demográfica e de baixa instrução junta-se a falta de empreendedorismo, e a fraca dinâmica empresarial que provoca uma escassez de ofertas de emprego. O número de empresas em actividade no concelho tem vindo a diminuir. Em 2008 existem menos 180 empresas do que em 1995 (ver quadro III, pag. 79).

A análise evolutiva da estrutura da população activa possibilita-nos fundamentar e compreender algumas das transformações executadas ao nível da dinâmica de desenvolvimento de uma região e as suas intervenções na organização espacial da mesma.

O declínio da importância da população activa agrícola (ver gráfico 3) e a alteração estrutural do sector primário estiveram, historicamente, inerentes ao processo de desenvolvimento local e global da economia.

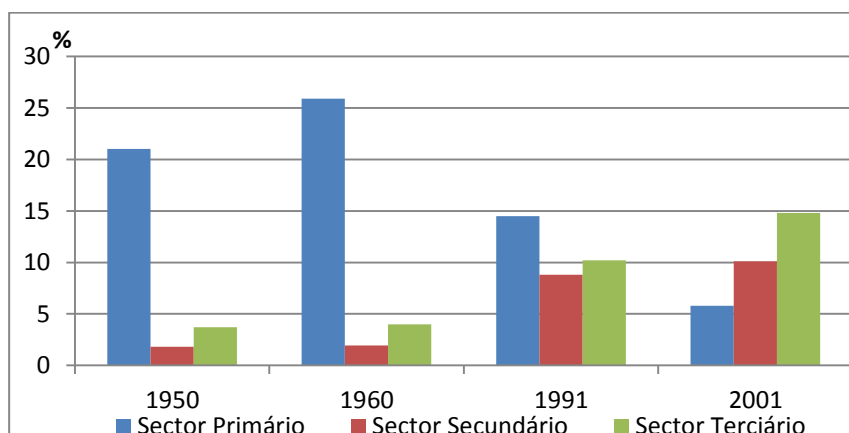


Gráfico 3 – Evolução da população empregada por sector no concelho do Sabugal.

Fonte – Elaboração própria com dados do INE

No sector primário a única actividade é a agricultura, que tem contribuído para a perda de peso do sector primário na economia do concelho. Em 2001 foi, ultrapassada pelo sector terciário. Agricultura está cada vez mais enfraquecida, contribuído para um forte abandono das terras, que leva ao crescimento desordenado da floresta e a um aumento da perigosidade dos incêndios florestais, com graves consequências aquando da sua ocorrência.

Ao observarmos o gráfico 3, constatamos que foi a partir da década de 60 que a população empregada no sector primário começou a registar uma forte diminuição, o êxodo rural veio traduzir-se também num êxodo agrícola e levar os campos agrícolas ao abandono. O sector primário é pouco representativo e com 6% da população empregada.

Quanto ao sector secundário destacam-se as empresas com maior representatividade no concelho estão ligadas ao comércio por grosso retalho, reparação de veículos automóveis, motocicletas e de bens de uso pessoal e doméstico (26,2%), com um total de 591 empregados, em seguida aparece o sector da construção (26,1%) com um total de 482 empregados. Este conjunto de empresas representa 52,3 % do total e

contemplam 51,3% dos postos de trabalho do concelho. O sector das indústrias transformadoras representa apenas 9,4% mas é o terceiro maior empregador com 374 trabalhadores (Quadro III).

Quadro III – Empresas em actividade no Concelho do Sabugal, segundo a CAE – Rev.2.1.³⁷

Empresas	1995	2002	2008	
N.I.	67	-	-	A – Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura
A+B	218	236	1	B – Pesca
C	3	5	2	C – Industrias Extractivas
D	132	109	97	D – Industrias Transformadoras
E	-	-	-	E – Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e Água
F	210	248	261	F – Construção
G	357	380	272	G – Comércio por Grosso Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico
H	163	194	155	H – Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)
I	42	50	45	I – Transportes, Armazenagem e Comunicações
J	23	27	0	J – Actividades Financeiras
K	36	41	84	K – Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas
L a Q	33	38	120	L – Administração, Defesa e Segurança Social Obrigatória
Total	1284	1328	1037	M – Educação
				N – Saúde e Acção Social
				O – Outras Actividades e Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais
				P – Famílias com Empregados Domésticos
				Q – Organismos Internacionais e outras Instituições Extra-Territoriais

Fonte - INE, Anuário Estatístico da Região Centro 1995, 2003, 2008

As empresas do concelho localizam-se sobretudo na cidade do Sabugal e na vila do Soito, que são também os locais com mais população, claramente associado ao emprego informal.

Ao observarmos estas actividades económicas, podemos concluir que existe pouca diversidade na oferta de emprego, e as empresas empregam na sua maioria mão-de-obra pouco qualificada.

Depois da análise dos vários indicadores, pode-se constatar que esta é uma área que corre sério risco de abandono, tal como acontece com tantas outras no interior do nosso país. A análise aprofundada das mudanças e dos dinamismos territoriais recentes é fundamental para identificar e interpretar as dimensões locais dos processos de mudança, diferenciados e com dinamismos e velocidades variáveis, para delinear as estratégias de intervenção local, diferenciadas conforme as especificidades dos problemas e do território. Nestes territórios as estratégias de actuação devem assentar na

³⁷ CAE Rev.2.1 – (Classificação Portuguesa das Actividades Económicas), de acordo com o Dec. Lei nº 182/93 de 14 de Maio.

criação de emprego e a qualificação profissional dos activos; na reestruturação do sistema de povoamento e da rede urbana; no fomento da cooperação e coordenação entre os actores públicos e privados; na definição de uma base de pluriactividade, multifuncionalidade e de pluri-rendimento; na promoção das artes e ofícios tradicionais; a valorização dos produtos genuínos (com indicação de proveniência e certificado de qualidade); na protecção, conservação e valorização do património natural e cultural (no amplo espectro das dimensões etnográfica, arquitectónica e arqueológica); no lançamento de infra-estruturas básicas e equipamentos adequados a uma boa qualidade de vida e ao acolhimento dos visitantes (Cavaco, 1995).

3- Agricultura

A agricultura é uma actividade importante no concelho, pelo emprego, que cria pela ocupação do espaço que materializa pela multifuncionalidade, o que obriga a produção de bens e à preservação dos valores culturais (Cavaco, 2005).

No concelho em estudo a agricultura tem vindo a perder importância, quer pela diminuição da população empregada no sector (ver gráfico 3), quer pela diminuição do número de explorações. Este facto deve-se fundamentalmente ao forte envelhecimento da população, à fraca modernização agrícola decorrente da fraca dimensão e ao retalhamento das explorações que se traduz numa agricultura familiar de subsistência. Com a adesão de Portugal à UE, esta situação ainda se agravou mais, dado que o concelho não possui características que lhe permitam adaptar-se às normas comunitárias impostas.

A exploração pecuária é a actividade dominante no concelho, segundo a Associação de Criadores de Ruminantes do concelho do Sabugal (AcriSabugal). Em todo o concelho existem 356 explorações de bovinos, com uma média de 22 animais por exploração. Devido a esta ser a actividade principal do sector primário o concelho possui instalações na Colónia Agrícola Martin Rei (Freguesia do Sabugal), onde se realiza mensalmente um leilão para o escoamento do gado.

A produção agrícola resume-se a pequenas explorações para consumo próprio, e alguns produtores vendem o excedente no mercado municipal e feiras do concelho. Actualmente é visível a aposta na reflorestação, assistindo-se à substituição da produção agrícola pela plantação de espécies arbóreas para fins comerciais, como o pinheiro bravo, o carvalho e eucalipto.

Uma mais-valia para a rentabilização agrícola passa pela aposta em soluções simples como a produção de produtos biológicos³⁸, produção artesanal de produções com valores acrescentados pelos saberes e tradições (Cavaco, 1999).

As práticas agrícolas a tempo parcial que combinam a prática da agricultura com actividades económicas ligadas ao lazer, recreação e preservação da natureza, configuram, de facto, cada vez mais, situações que podem vir a contribuir para valorizar os recursos territoriais do rural e, por essa via, vir a contribuir para implementar um desenvolvimento rural sustentável.

3.1- Incidência dos programas comunitários –

➤ Projectos apoiados

Financeiramente, o desenvolvimento local operacionaliza-se através de Planos de Acção Local (PAL) e Planos de Desenvolvimento Local (PDL) realizados no âmbito do Programa LEADER.

Os projectos apoiados numa primeira fase privilegiaram o investimento nas infra-estruturas (particularmente o saneamento básico e as acessibilidades), tendo abrangido também os equipamentos (desportivos, culturais e de apoio à actividade produtiva), a reabilitação de aglomerados urbanos e as iniciativas imateriais de apoio à actividade produtiva e ao desenvolvimento endógeno. Os projectos apoiados são de natureza pública e privada, nas mais variadas áreas de intervenção, em muitos dos casos são promovidas pelas associações locais, município ou juntas de freguesia.

Relativamente às políticas e programas com impacto relevante na região merece destaque o “Programa das Aldeias Históricas” que reabilitou a aldeia de Sortelha. A implementação do programa foi suportada pelo FEDER, o Orçamento Geral do Estado, Orçamento dos Municípios e investidores privados (Boura, 2002-04).

O programa das Aldeias Históricas, permitiu um investimento na localidade de Sortelha de cerca de 2.234.900 euros, utilizados para apoiar diversos tipos de projectos. Nomeadamente infra-estruturas básicas, valorização do património, arranjos urbanísticos, fachadas recuperadas, equipamentos turísticos, casas de campo, micro empresas, acções de animação e promoção, publicações editadas e estudos e apoio técnico. Foram apoiados no total de 120 projectos, entre 1995 e 2002 com o apoio dos II e III QCA através do FEDER.

³⁸ Agricultura biológica foi definida como um método de produção que privilegia a protecção ambiental (CE, regulamento nº 2092/91), evitando, ou reduzindo consideravelmente, o uso de produtos químicos de síntese (adubos pesticidas).

Todas as intervenções tiveram como objectivo, melhorar o quadro de vida da população local, oferecer boas condições aos turistas e visitantes, dinamizar e fortalecer a economia local e divulgar a aldeia em Portugal além-fronteiras.

Neste sentido, o Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013, que estabelece o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social, salienta os desafios que as dinâmicas demográficas representam no âmbito das políticas públicas. Estes são visíveis no plano da sustentabilidade do sistema da segurança social, ao nível das necessidades e exigências acrescidas que decorrem de uma população crescentemente envelhecida. Afigura-se igualmente necessário operar no plano das actuações dirigidas em termos do ordenamento do território, nomeadamente no que respeita à organização e disponibilização de equipamentos que permitam fazer face a essas exigências.

Neste quadro comunitário de apoio já foram aprovados quatro projectos³⁹; programa operacional regional do centro- mais centro; rede digital de educação e do conhecimento do concelho do Sabugal; zona de localização empresarial do Sabugal; ligação da A23 à fronteira (passando por Sabugal e Soito).

Estes projectos incidem sobre três domínios de intervenção: potencial humano, factores de competitividade, inovação e conhecimento, consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais e a valorização do território.

4- Potencialidades locais de desenvolvimento

4.1- Ocupação e utilização do território

O aproveitamento das potencialidades existentes passa pela (re)organização dos processos produtivos, pela diferenciação ou criação de novos produtos certificados e aposta e melhoria da sua qualidade e por uma organização mais eficiente das empresas, num contexto de combinação e valorização dos seus recursos endógenos (Martins e Figueiredo, 2008).

Na estratégia de desenvolvimento, o turismo é visto como um dos sectores com maior capacidade para rentabilizar os recursos locais, requalificar actividades que lhe são tributárias, como a produção agro-alimentar ou o artesanato e, assim, dinamizar e diversificar o tecido económico rural

As actividades no espaço rural apresentam-se como um elemento turístico positivo de preservação e revitalização do espaço e da cultura de uma localidade ou região.

Este processo só pode ser alcançado se envolver uma valorização efectiva dos recursos endógenos, materiais e humanos, desenvolvendo nichos de competitividade

³⁹ Boletim municipal de Julho de 2011

apoiados no “saber fazer” e nas “competências específicas” regionais, bem como na exploração dos recursos e potencialidades naturais existentes.

O concelho apresenta uma economia de baixa densidade e intensidade, constituída por micro-empresas e produtos de pequena escala que são transaccionados a nível local, em primeira aproximação na rota das pequenas feiras e mercados, sempre à espreita de uma oportunidade que lhes aumente o valor específico e comercial (Covas, 2009)

A produção artesanal, os saberes-fazer ligados à construção, as práticas agrícolas que historicamente delineiam as paisagens, são alguns dos actos performativos que integram os processos de patrimonialização dos territórios rurais. Encontramo-nos perante uma reinvenção do rural, através da qual se reconstitui o passado a partir do presente conferindo novas definições aos campos, num jogo subtil entre o local e os anseios da sociedade global (Oliveira, 2003).

4.2- Recursos turísticos do concelho

O Concelho do Sabugal possui grandes potencialidades assente na qualidade e na diversidade do seu produto turístico, nomeadamente recursos naturais (Rio Côa e Serra de Malcata), património arqueológico, património monumental edificado (arquitectura militar, religiosa, pública e civil), património artístico e etnográfico, o segmento da saúde e do bem-estar (termalismo) (serão retratados mais à frente) que poderiam motivar a atracção e promover o desenvolvimento do turismo, sendo uma mais-valia para ampliar as dinâmicas económicas e de valorização do concelho.

Ou seja, de acordo com os produtos turísticos estratégicos definidos pelo PENT, Sabugal posiciona-se com uma razoável oferta tendo em conta as devidas limitações de escala associadas ao território e aos seus equipamentos, mas que poderão solidificar o seu futuro papel turístico no domínio do TER.

A aposta nesta actividade passa pela sua sustentabilidade o que implica um adequado dimensionamento em termos espaciais e temporais. A avaliação da capacidade de turistas que um território pode albergar, sem por em causa a preservação dos recursos, bem como a supressão da época turística, procurando dinamizar actividades ao longo de todo o ano, são medidas que favorecem o desenvolvimento mais sustentável e a qualidade da oferta turística. A participação é também uma condição imprescindível, apelando a formas inovadoras de relacionamento horizontal (entre os agentes locais públicos e privados) e a uma melhor articulação vertical (com outros níveis e organismos da Administração Pública).

4.2.1 – Recursos Naturais

Possui um vastíssimo e singular património natural, destacando-se o Rio Côa, a Serra de Malcata, Serra das Mesas e toda a paisagem que circunda os lugares. Este património não só possui um valor ambiental importante em termos de preservação da biodiversidade e de manutenção das estruturas de povoamento tradicionais, como engloba um potencial de recursos económicos que importa proteger, preservar e valorizar de forma sustentável.

Encontram-se sob protecção institucionalizada a Reserva Natural da Malcata, a demarcação física de protecção ao carvalho negral (pelo projecto Corine) e a integração da grande parte da área territorial à Rede Natura 2000 (ver mapa 7). Em termos paisagísticos o concelho apresenta uma grande diversidade, decorrente de vários factores: morfologia, geologia, clima, hidrologia, praias fluviais agricultura e florestação, etc.



Mapa 7- Perspectiva natural do concelho do Sabugal.

Fonte - Elaboração própria

Na zona central do concelho, para além do Rio Côa, há que realçar os carvalhos, já referidos anteriormente, que criam ambientes e percursos pedestres e de automóvel de grande beleza. Segundo o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade

(ICNB) estão traçados dois percursos definidos “o percurso da patada da mula” e “percurso do sobreiral”, onde se pode observar de perto a fauna e a flora da serra.

O quadrante sudeste é caracterizado pela presença da Serra da Malcata, apresentando-se como o maior relevo do concelho. Nesta mesma orientação surge a Serra das Mesas, detêm a maior altitude do concelho com 1220 metros na vertente ocidental, cuja vertente oriental e o ponto mais alto com 1259 metros pertence a território espanhol. Esta serra é de natureza granítica, onde se podem observar enumeras formas da morfologia granítica (ver figura 4), de rara beleza.

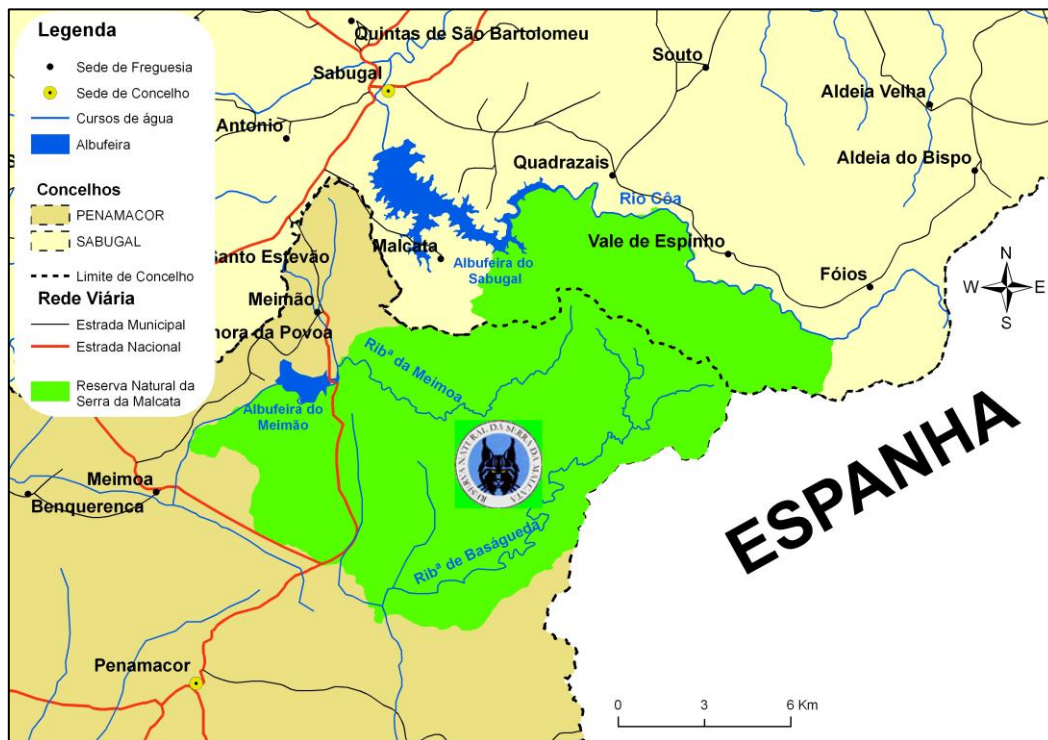


Figura 4 – Formas graníticas na Serra das Mesas.

Fonte: elaboração própria – 08-09-11

➤ **Reserva Natural da Serra de Malcata**

A Reserva Natural da Serra de Malcata (RNSM), engloba no concelho do Sabugal parte das freguesias dos Fóios, Malcata, Quadrazais, Sabugal e Vale de Espinho bem como as freguesias de Meimão, Meimoa e Penamacor, do concelho de Penamacor (ver mapa 8), assume-se como o único lugar com um regulamento que lhe confere o estatuto de área protegida.



Mapa 8 – Enquadramento Geográfico da Reserva Natural da Serra da Malcata.

Fonte: elaboração própria

A RNSM foi criada em 1981, através do Decreto-Lei nº 294/81 de 16 de Outubro, na sequência da forte campanha de defesa da serra e da sua fauna, mais precisamente do Lince Ibérico (*Lynx pardinus*) (ver figura 5) (RNSM/ Direcção de Serviços de Conservação da Natureza, 1993).



Figura 5 – Lince-Ibérico.

Fonte – www.animaisos.org

A diversidade de fauna e flora na Serra da Malcata é muito rica, de salientar a presença do Lince Ibérico, espécie protegida por se encontrar em perigo de extinção e que aqui encontrou o seu habitat. Outros animais que se podem encontrar na Serra da Malcata são: o coelho, a fuinha, a gineta, a lebre, a raposa, o gato-bravo, a águia-real ou o javali, abutre-preto, cegonha-preta, chapim azul (Marão, 2002).

No que diz respeito às formações vegetais é de destacar a presença do Carvalho Negral, os azinhais, junto às linhas de água temos os bosques de amieiro e freixo.

Apostar na serra em conjunto com a reserva como o habitat do felino mais ameaçado do mundo, torna a serra como um dos últimos lugares de protecção do mesmo e com a grande responsabilidade, em conjunto com a RNSM, de o proteger e evitar a sua extinção.

Toda a serra é caracterizada pela pastorícia (ver figura 6), fenómeno de tradições antigas ainda presente na actualidade, com a riqueza dos seus queijos de cabra e ovelha, resultado dos rebanhos que ainda existem por todas as aldeias envolventes, na freguesia de Fóios, Vale de Espinho, Quadrazais e Malcata, onde existe uma queijaria artesanal.



Figura 6- Rebanho de cabras na freguesia dos Fóios.

Fonte: elaboração própria 08\09\2010

A Reserva representa uma importante fonte de riqueza para o concelho, já que permite conjugar a preservação da natureza com o desenvolvimento turístico, em 2010 receberam 2 705 visitantes, verificou-se um aumento significativo, sendo que entre 1996 e 2010 a reserva tem uma média de 2034 visitantes, a (ICNB, 2011).

A diversidade paisagística do Concelho do Sabugal dever ser considerada um recurso muito importante que, para além de proporcionar uma identidade regional bem definida, deverá ser um estímulo económico para constituir uma atracção turística considerável e contribuir para captar investimento.

Todas estas características da serra da Malcata (ver figura 7), associadas à tranquilidade existentes, podem ser consideradas como um produto turístico

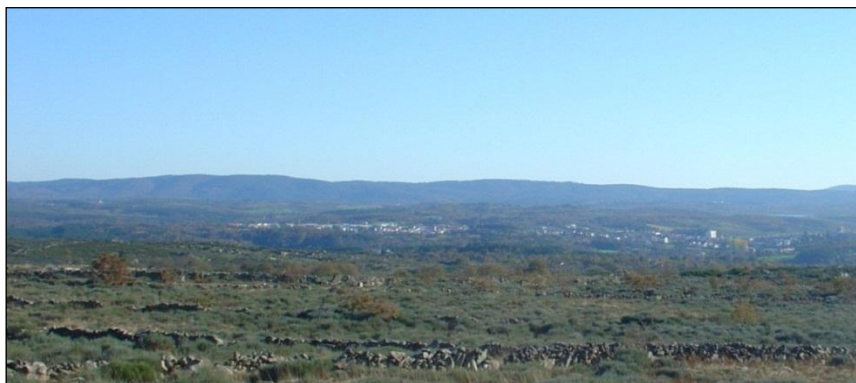


Figura 7 – Sabugal com a serra da Malcata ao fundo.

Fonte: elaboração própria 19\06\2010

É de realçar as suas paisagens naturais, com grande potencial para a prática de turismo de natureza tem vindo a ganhar cada vez mais adeptos. Devido às suas características únicas, esta área pode ser aproveitada para a prática de um turismo de natureza, conjugada com a preservação e protecção do meio ambiente da serra.

O aproveitamento de casas tradicionais existentes na serra, passíveis de integração nas modalidades de alojamento e animação consignadas no Programa Nacional de Turismo da Natureza, sempre numa óptica de integração com o meio envolvente, podem ser um óptimo elemento de valorização turística e contributo para o desenvolvimento local.

A RNSM para que possa também oferecer este tipo de turismo, será necessário o investimento na pesquisa de oferta, para exploração das casas de turismo da natureza, será necessário licenciá-las para que possam ser submetidas a parecer da Direcção Geral do Turismo e da Câmara Municipal do Sabugal.

Ligadas a este tipo de turismo é importante investir em actividades lúdicas, como percursos de pequena e grande rota, para passeios pedestres, equestres e BTT (Bicicleta Todo Terreno), desenvolvendo-se acções no sentido de melhorar a qualidade das actividades de lazer na área protegida, é essencial investir na qualidade dos percursos através do melhoramento da sinalização e estabelecimento de estruturas de apoio pontes, pontões etc. Também a realização de passeios TT (Todo Terreno) devidamente autorizados pelo ICNB dentro dos parâmetros e restrições legais. Para isto é necessário o fomento ao empreendedorismo privado na serra com a devida aprovação do ICNB, como por exemplo a Serra Aventura⁴⁰ que já realiza passeios pela serra.

A criação de um organismo de gestão, em sintonia com a reserva para exploração do turismo de montanha, em conjunto com a sensibilização para o problema da extinção da fauna da península ibérica, com o objectivo de trazer alguns recursos financeiros. Estes podem contribuir para a sustentabilidade financeira da Reserva Natural, e aumentar a capacidade de sensibilização para o problema da preservação da

⁴⁰ **Serra Aventura, Lda** - Empresa de Animação Turística com sede na cidade do Fundão, que tem como objectivo organizar eventos de natureza turístico/desportiva

sua fauna, melhorar os *habitats*, e contribuir para melhorar cada vez mais a oferta turística da serra, a nível de infra-estruturas e actividades.

➤ O Rio Côa

O Rio Côa apresenta-se como uma verdadeira “espinha dorsal” do Concelho do Sabugal, com a sua nascente na freguesia dos Fóios, na serra das Mesas (ver figura 8), águas frias, sempre correntes e livre de poluição, caracterizam este rio.



Figura 8 – Nascente do Rio Côa na serra das Mesas.

Fonte: elaboração própria 08/09/2011

As suas águas serviram para irrigar os campos de cultivo, fazendo com que as suas margens fossem autênticos viveiros da economia das localidades por onde passava (figura 9).

Aproveitando este recurso natural foram feitos vários investimentos, pelo poder local (câmara municipal e juntas de freguesia), ou através de investimentos privados, onde se valoriza as potencialidades de lazer das áreas ribeirinhas, conjugando lazer, património e natureza (Santos e Cunha, 2008).

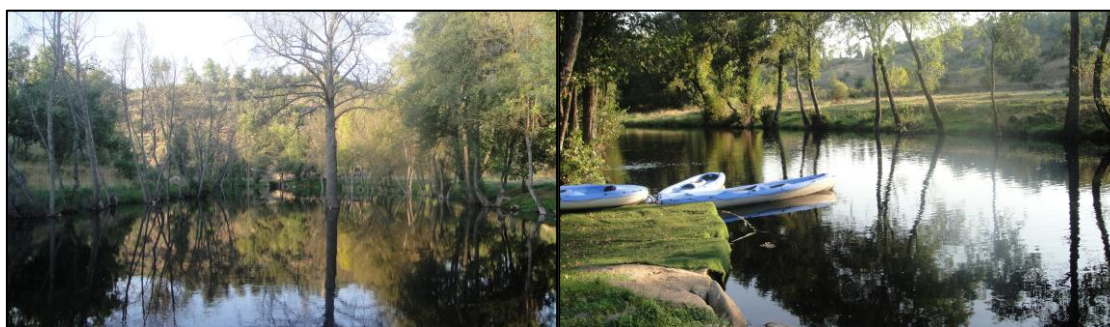
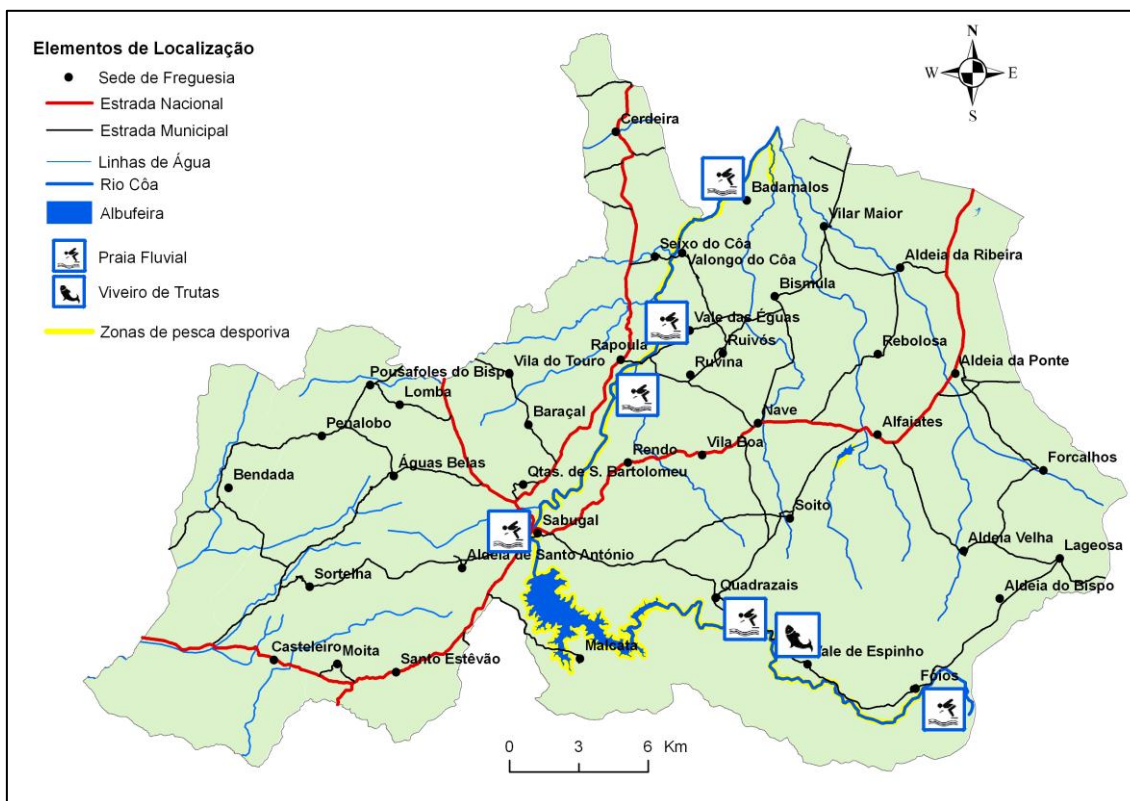


Figura 9 – O Rio Côa junto à Praia Fluvial Vale das Éguas.

Fonte: elaboração própria 08/09/2011

Nos últimos anos foram aparecendo nas suas margens, praias fluviais, como é o exemplo do Sabugal, Fóios, Vale das Éguas (ver mapa 9) e Quadrazais e também a Barragem do Sabugal.



Mapa 9 – Enquadramento Geográfico das Praias Fluviais do concelho.

Fonte: Elaboração própria

Em todo o concelho existem 6 praias fluviais, que oferecem um conjunto de serviços diversificados, que melhoram a qualidade de quem usufrui destes espaços. É de destacar a TrutaCôa na freguesia de Vale de Espinho, que oferece um espaço de lazer, junto ao viveiro de trutas de sua propriedade, com um espaço para pesca desportiva, um parque de merendas com bar e um restaurante.

O rio poderá ser aproveitado para o turismo balnear, criando praias fluviais de excelência e melhorar as já existentes, mas, a aposta na pesca desportiva pode atrair muitos turistas que venham praticar a actividade para o concelho, visto que este desporto tem tido uma grande procura nos últimos anos associada ao maior interesse da sociedade pelas actividades de ar livre (Divisão de Pescas nas águas Interiores, 1999).

O rio tem uma grande diversidade de peixe, a Truta e o Barbo são os mais comuns, embora se possam encontrar a Boga e o Bordalo.

Enquadrar o rio com todos os outros equipamentos de apoio a actividade podem ser uma mais-valia para a economia e o desenvolvimento local.

De facto, o Rio Côa pode proporcionar aos visitantes do concelho paisagens deslumbrantes, onde se podem desenvolver actividades de lazer e de recreio, como a pesca desportiva.

➤ Saúde e bem-estar: O Termalismo

Outro facto importante aliado às águas minerais naturais e de nascente são, os recursos termais, que desde tempos antigos atraíram pacientes ao concelho, que levou à construção de um balneário nas termas do Cró, que se localizam na freguesia da Rapoula do Côa (ver anexo II). Estas estiveram durante muito tempo associadas ao tratamento de doenças e à saúde, nomeadamente o tratamento de problemas reumáticos e músculo-esqueléticos e infecções respiratórias, devido às propriedades sulfúreas das águas. Em 1935, foi construído o balneário que foi marcante durante várias décadas, mas devido a vários factores foi posteriormente totalmente vandalizado. Em 2000 a Câmara Municipal do Sabugal iniciou a reabilitação das mesmas, através da construção de um balneário e um hotel (ver figura 10).



Figura 10 – Antigo e novo complexo termal do Cró.

Fonte: 08/05/2011

Actualmente este tipo de o termalismo ganhou uma nova dinâmica e as termas do Cró foram reabilitadas e foi construído um novo balneário com equipamentos modernos que alia as características das águas a novos tratamentos, o Spa (*Salute Per Aqua*), que iniciou o funcionamento no início de 2011.

As motivações do termalismo afirmam-se na eleição de destinos de férias ou de lazer individualizados, mas também na procura de tratamentos de índole mais natural associados não apenas a certas doenças, como ao bem-estar físico, ao relaxamento e à estética, predicados cada vez mais valorizados pela sociedade actual (Fonseca e Ramos, 2007)

As termas do Cró poderão assim afirmar-se como um produto turístico destinado para alguns estratos sociais e, ao mesmo tempo, funcionar como um elemento complementar à oferta cultural e natural do concelho.

4.3 – Recursos Culturais

4.3.1- Locais de interesse / património edificado

Os recursos culturais de uma determinada região reflectem a sua vivência humana ao longo dos tempos, nomeadamente os seus usos e costumes, assim como, se traduzem nas construções e características dos aglomerados que testemunham outros tempos e outros modos de vida.

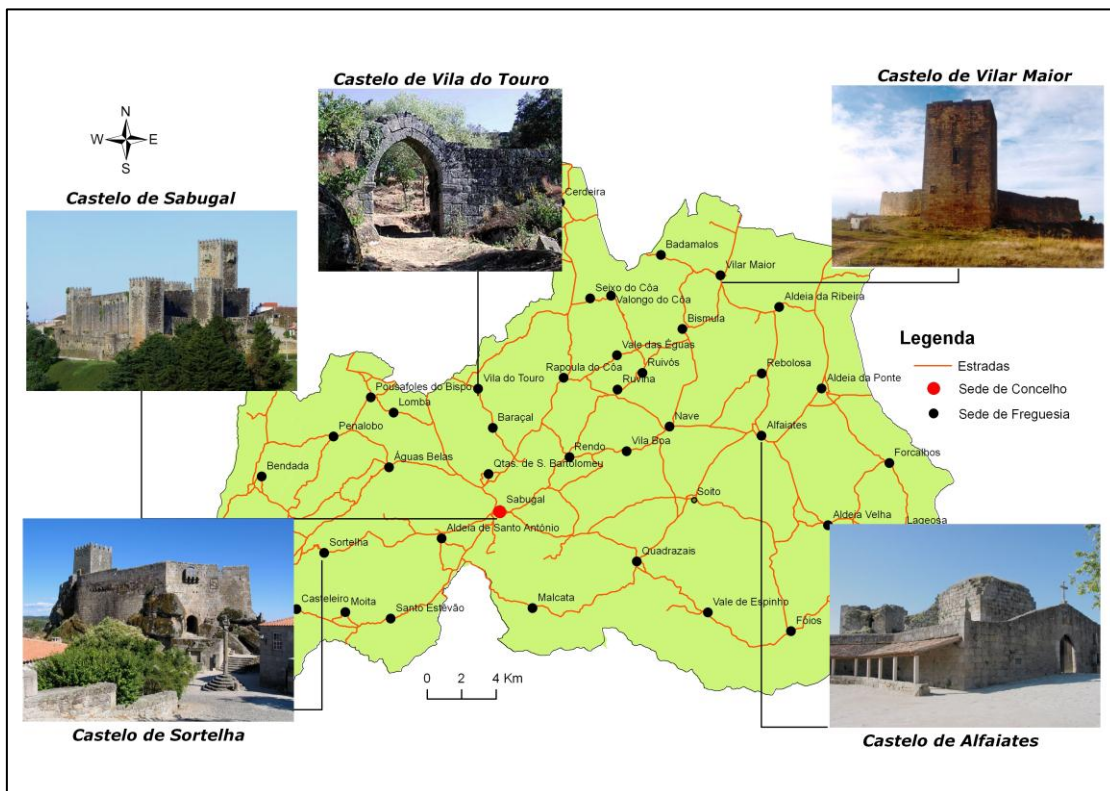
A oferta turística cultural subdivide-se em produtos materiais e imateriais, sendo os de maior impacto o património arquitectónico, na vertente da arquitectura militar. Todavia, as manifestações culturais, como o artesanato e o folclore, os produtos locais e a gastronomia são também de grande relevância.

É uma zona particularmente rica em achados arqueológicos oferecendo também, uma abundância de edifícios e outras estruturas com um alto valor patrimonial (como são exemplo os castelos, pelourinhos, conventos, pontes, etc.), como dispõe também de uma unidade termal, que foi reactivada e requalificada (já tratada anteriormente).

No concelho existem cinco castelos, situados nas freguesias de Alfaiates, Vila do Touro, Sabugal, Sortelha e Vilar Maior (ver mapa 10), dos quais, os três últimos bem conservados. Nestas freguesias em torno dos castelos encontram-se mais monumentos ligados a época medieval, como igrejas, pelourinhos, solares.

O património edificado do Concelho do Sabugal reúne (ver anexo III):

- **Aldeia Histórica:** Sortelha
- **Monumentos Nacionais:** Castelos de Alfaiates; Sabugal e Sortelha
- **Imóveis de Interesse Público:** Castelo de Vilar Maior; Igreja Românica de Alfaiates; Igreja da Misericórdia do Sabugal; pelourinhos de Alfaiates, Sortelha, Vila do Touro, Vilar Maior e fragmentos do Sabugal; ponte de Aldeia da Ponte, de Sequeiros (Valongo) e Vilar Maior; Convento e Cruzeiro de Sacaparte; pedra existente na fachada da Igreja da Misericórdia do Sabugal.
- **Valores Concelhios:** Igreja Matriz de Vilar Maior e torre anexa; Cruzeiro de Aldeia do Ponte.



Mapa 10 – Localização dos cinco castelos do concelho do sabugal.

Fonte – Elaboração Própria

À exceção de Vila do Touro todos os castelos detêm torre de menagem e recinto amuralhado, subsistindo intacta, no caso de Sortelha, a cintura fortificada da vila. Relativamente ao estado de conservação torna-se urgente proceder a intervenções de consolidação de estruturas de limpeza, bem como de prospeção arqueológica, nomeadamente em Vila do Touro, tendo sido já realizadas no castelo do Sabugal.

Estes castelos são de idade e de fisionomia diversificadas localizam-se em sítios escarpados e frágios, têm casa à mistura, como é o caso do castelo de Sortelha. As muralhas envolvem-nos quase sempre como é o caso de Sortelha e Alfaiates (Mattoso, Daveau, Belo, 2010: 345).

Em relação ao património religioso (quadro IV), destacam-se como exemplares importantes as igrejas românticas, nomeadamente a Igreja da Misericórdia de Alfaiates, de origem árabe, a Igreja de Nossa Sr.^a do Castelo em Vilar Maior e a Igreja da Misericórdia do Sabugal. Relativamente aos séculos XVI e XVII destacam-se um conjunto de estruturas que absorvem características tardo-renascentistas e maneiristas: Igreja Matriz de Alfaiates e Capela de Nossa Sr.^a do Monte, na Cerdeira. É de salientar ainda a Igreja do Convento de Sacaparte, a Igreja Matriz de Vilar Maior e a Igreja Matriz de Rendo, com características Barrocas.

Quadro IV – Monumentos existentes no Concelho do Sabugal.

Tipo de Monumento	Número
Castelos	5
Pelourinhos	5
Igrejas/Capelas e outra arquitectura religiosa	75
Outros monumentos	44

Fonte: Elaboração própria

A dinamização deste tipo de espaços pode constituir um importante factor no que diz respeito ao desenvolvimento da actividade turística. O Castelo do Sabugal foi restaurado com o propósito de ser utilizado para a organização de eventos. Para dinamizar os castelos existentes, uma vez que são todos da época medieval, deve apostar-se na realização de uma feira medieval que envolvesse os 5 castelos, com eventos e espectáculos distribuídos por estes, promovida pelo Gabinete da Cultura da Câmara Municipal, a ADES - Associação Desenvolvimento Sabugal, em colaboração com as associações locais, de modo a criar um ambiente medieval único que identifique as marcas de identidade territoriais. Simultaneamente vão ser promovidos o artesanato e os produtos locais.

4.3.2- Património etnográfico

Os recursos ligados ao património artístico e etnográfico do Concelho do Sabugal são principalmente os seus museus e as associações culturais ou artísticas que formam núcleos como bandas de música, grupos corais, ranchos folclórico ou grupos de teatro.

A nível dos instrumentos culturais os museus são um importante elo de ligação entre a sociedade e o conhecimento, o concelho possui 4 museus (quadro V), onde se destaca o museu do Sabugal, com duas salas de exposições, uma permanente e uma temporária. Na exposição permanente, pretende-se ilustrar a evolução histórica da ocupação humana do território que corresponde ao actual concelho do Sabugal, as Terras do Alto Côa. Na sala de exposições temporárias as temáticas exibidas são muito diversificadas, etnografia, pintura, escultura e artesanato. Os restantes museus representam achados arqueológicos de diferentes épocas, como é o caso do museu do Baraçal e de Vilar Maior. O museu da Aldeia de Ponte apresenta um espólio recolhido pela Associação Amigos de Aldeia de Ponte, onde retrata a vida de outros tempos,

objectos ligados à agricultura, às lides domésticas, produção de pão, preparação do linho e pastorícia.

Quadro V- Museus no concelho do Sabugal em 2011.

Museus	Localidade
Museu municipal do Sabugal	Sabugal
Museu da Aldeia da Ponte	Aldeia da Ponte
Museu regional de Vilar Maior	Vilar Maior
Museu do Baraçal	Baraçal

Fonte: Elaboração própria

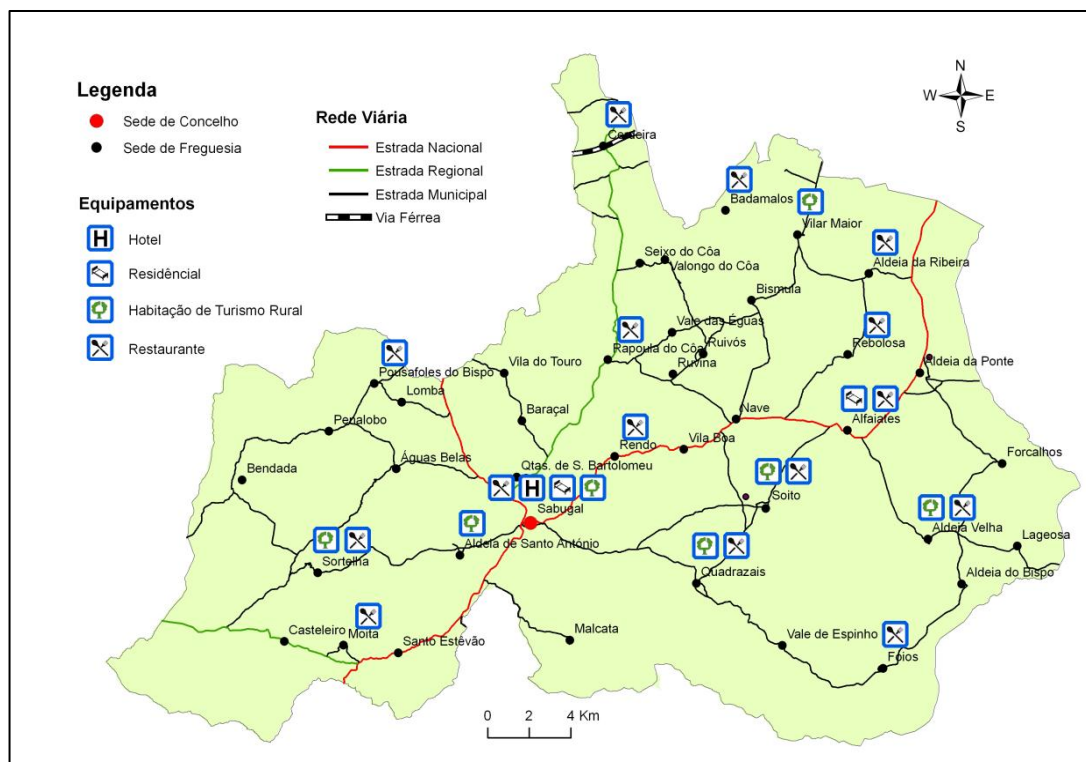
Ao nível do património cultural imaterial, Sabugal dispõe de uma ruralidade e de uma herança cultural que reaparecem e se materializam na vivência diária dos seus residentes em manifestações tão diversas como no artesanato, na gastronomia, no folclore, nas feiras e nas festas, nos usos e costumes ancestrais.

Os ranchos folclóricos assumem um papel preponderante na preservação e manutenção das tradições do concelho, quer junto da população local, quer junto dos visitantes, já que pressupõem a recolha de músicas, cantigas, trajes, tradições e hábitos da população. Para além dos ranchos folclóricos existem também grupos com outras actividades, nomeadamente o teatro, o canto e a música. Além disto, será também de referir a importância da gastronomia, tradições, festas e romarias (serão desenvolvidas mais à frente) tão características deste concelho.

A produção artesanal encontra-se disseminada por todo o concelho, apresenta qualidade e diversidade, mas padece do problema decorrente do envelhecimento dos artesãos e da escassez de animação. Destaque para a cestaria, tecelagem, renda, olaria, madeira, ferro e pedra.

4.4- Alojamento e restauração

Em termos de alojamento o Concelho do Sabugal apresenta uma capacidade para cerca de 400 camas. O tipo de alojamento mais representativo em termos de número, são as casas de Turismo Rural (ver mapa 11), situadas principalmente na Aldeia Histórica de Sortelha. Em termos de capacidade de alojamento o que mais destaca é o RayHotel (hotel situado na sede de concelho) com 82 camas, (14 duplos; 31 quartos individuais com 2 camas; 4 suites; 2 quartos para deficientes, 1 duplo e 1 individual).



Mapa 11 – Distribuição da restauração e alojamento no concelho do Sabugal em 2011.

Fonte - Elaboração própria

A nível de turismo rural destaca-se Sortelha com várias casas de turismo rural que dispõe de um conjunto de casas típicas, (ver figura 11), como a Casa do Páteo; Casa da Cerca; casa da Craveira; Casa da Calçada; Casa da Lagariça; Casa de St^a Rita; Casa de Árabe; Casa da Vila; Casa do Campanário; Casa do Quartel e Casa do Fundo. Estes alojamentos são casas totalmente equipadas.



Figura 11 – Casas de turismo rural.

Fonte: elaboração própria – 19\06\2010

A gastronomia do concelho permite degustar receitas com modos de confecção tradicionais, como o cabrito assado e a truta do rio Côa. Destaque para as peças de caça e de fumeiro, como a morcela de ossos ou o bucho, o cabrito no forno, os queijos de cabra, o bolo pardo, para além de outras iguarias, que incluem doces e compotas. Os restaurantes mais atractivos são o El Dourado (Fóios), TrutalCoa (Vale de Espinho) Casa da Esquila (Casteleiro) e o Robalo (Sabugal), Sol-rio (Sabugal) distinguem-se na confecção dos pratos de cabrito assado na brasa, javali e trutas (figura 12).



Figura 12 - Restaurante “El Dourado” e restaurante “o Robalo”

Fonte: elaboração própria 08/09/2011

Os estabelecimentos de bebidas, ou seja, cafés e bares são os mais predominantes, representando cerca de 77%. Por outro lado, os estabelecimentos de

restauração representam cerca de 20%, enquanto os estabelecimentos de bebidas com animação (normalmente associados à animação nocturna), apenas 3%.

5- Associativismo

5.1- Importância das associações locais

As associações de desenvolvimento local lutam continuamente pela sua própria sobrevivência e nessa luta, e por causa dela, conhecem melhor do que ninguém o território onde trabalham, seja o território administrativo dos dadores de fundos ou o território desfavorecido dos beneficiários (Albino, 2004).

No processo de procura de alternativas para o desenvolvimento dos territórios, a sociedade civil tem desempenhado nos últimos anos um papel importante, rumo ao desenvolvimento local, usando os vários instrumentos que tem ao seu dispor. As associações de desenvolvimento local são um bom exemplo, ao promoverem a inovação social através do desenvolvimento participado e em rede (Moreno, 2003). É vital apostar na valorização dos recursos endógenos, de modo competitivo, assentando sempre na valorização da identidade local (idem, 2004).

Algumas associações de desenvolvimento local têm-se revelado verdadeiros espaços de integração, inclusão e envolvimento de novos actores (internos ou externos à comunidade), portadores de novas vontades e conhecimentos para a inovação.

O concelho tem um total de 141 associações, com uma média aproximada de 1 associação por cada 100 habitantes, distribuídas pelas 40 freguesias, com as mais variadas áreas de intervenção, destacam-se as associações cujo objectivo é a promoção e valorização da cultura, que representam, 39% das existentes (gráfico 4).

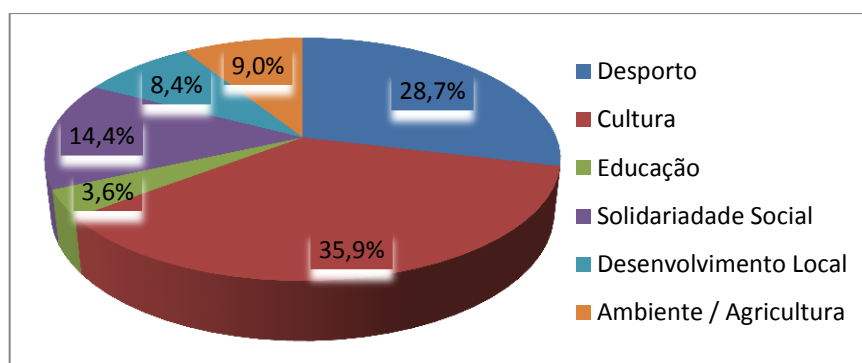
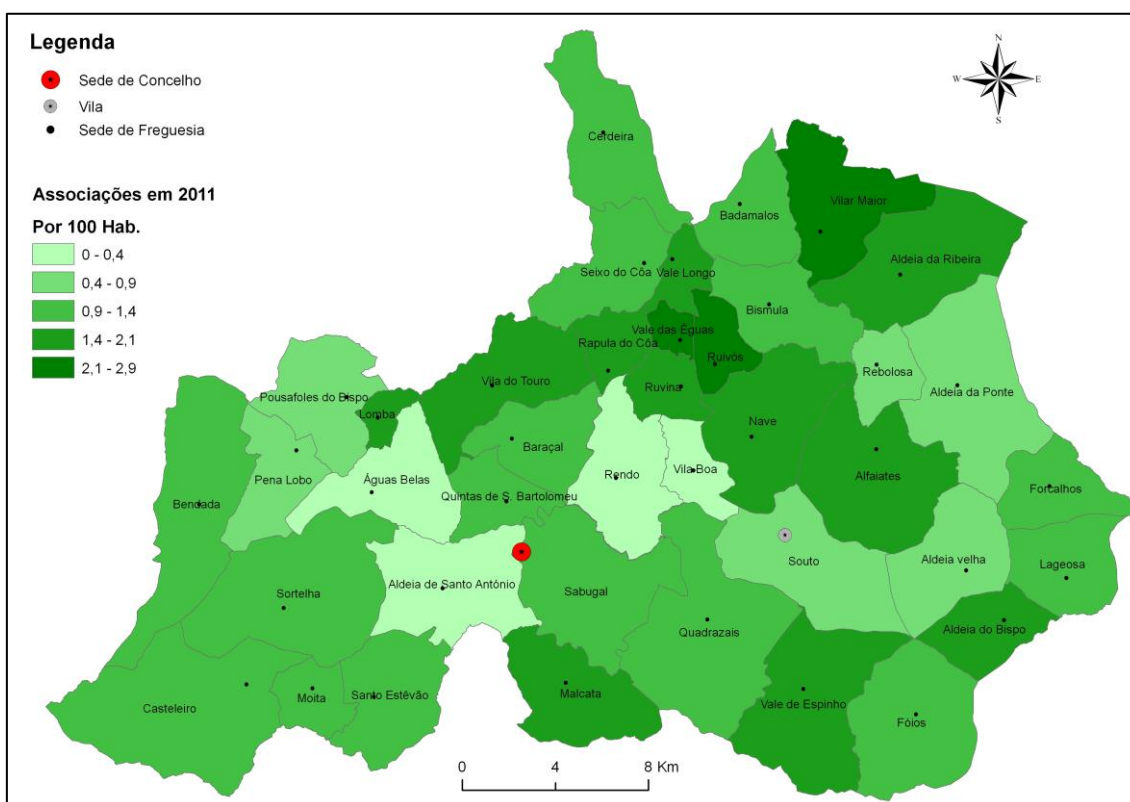


Gráfico 4 – Áreas de intervenção das associações do concelho.

Fonte – Elaboração própria com dados da Câmara Municipal do Sabugal.

Regra geral as freguesias que apresentam um maior número de associações são aquelas que apresentam um menor número de população, como o

caso de Ruivós e Vale das Éguas (mapa 12). Isto evidencia que estas freguesias com menos população, apresentam uma maior capacidade de união dos seus habitantes para ultrapassar as dificuldades económicas, sociais e culturais.



Mapa 12 – Associações por 100/Hab, por freguesia no concelho do Sabugal em 2011.

Fonte - Elaboração própria com dados da Câmara Municipal do Sabugal.

Existem associações que estão vocacionadas para várias áreas de intervenção, como por exemplo as associações culturais e desportivas, que são as mais representativas.

Podemos verificar que as associações do Concelho do Sabugal direccionam as suas actividades de forma a fomentar a cultura popular, a prática desportiva e o apoio aos mais carenciados, nomeadamente idosos e crianças.

A nível cultural, são múltiplas as actividades desenvolvidas pelas associações, nomeadamente: ranchos folclóricos, bandas filarmónicas, grupos de cantares, grupos de teatro, entre outras. A nível desportivo, salienta-se a existência de um número significativo de associações de caça e pesca. Por outro lado, desenvolvem-se vários torneios desportivos integrando diferentes modalidades.

Para promover de forma mais activa o associativismo, a Câmara Municipal desenvolveu um novo modelo de financiamento ao associativismo, que tem como objectivo, dar continuidade às actividades de promoção e valorização do Concelho e suas tradições, e proporcionar ao movimento associativo meios para a realização de eventos, através de apoio financeiro às mesmas.

A ADES é uma Associação recente, criada em 2002, é uma associação sem fins lucrativos. A sua incidência territorial abarca o concelho do Sabugal e os concelhos limítrofes.

Os serviços prestados, assentam numa assistência, manutenção, formação aos mais diversos níveis, incluindo *software* informático e utilização dos meios, bem como projectos de investimento no âmbito do novo Quadro Comunitário de Apoio. Esta associação presta apoios e incentivos às juntas de freguesia, às empresas e ainda na criação novas empresas e que originem emprego e contribuam para a dinamização das economias locais. A ADES incentiva os jovens empreendedores a criarem a sua própria empresa, proporcionando-lhes as condições necessárias, ao nível administrativo, para um crescimento sustentado e com grande probabilidade de sucesso, na fase de criação da empresa. Presta apoio ao artesanato local, na medida em que procura a creditação dos artesãos do concelho, incentivando-os à sua legalização e profissionalização.

Os objectivos desta associação são:

- Promover a formação profissional, criar uma escola profissional para incentivar o auto emprego e integração no mercado de trabalho.
- Promover a criação de um Núcleo de Incubação de Empresas de modo a incentivar o investimento na agricultura, no comércio, na indústria.
- Promover a criação de emprego, a instalação de empresas e a fixação de jovens.
- Promover o aproveitamento de recursos naturais e valorização de recursos humanos.
- Promover o aproveitamento hidroeléctrico na região principalmente da albufeira do Sabugal.
- Apoia na elaboração de candidaturas a Projectos Comunitários.
- Promover a reabilitação do meio ambiente, património histórico, artístico e cultural.⁴¹

No que toca aos associados eles pertencem a todos os sectores de actividade e vão de pessoas singulares, a juntas de freguesia, empresas e associações. Esta associação trabalha em parceria com a Pró-Raia (Moreno, 2003:203)

Uma forma de reforçar o associativismo, é a aposta em ligações entre as associações e a Câmara Municipal, que de acordo com a área de intervenção das associações, a autarquia deve trabalhar em parceria, através dos seus organismos.

⁴¹ Disponível em: http://www.ades.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=23&Itemid=49

6- Turismo em espaço rural, como motor de desenvolvimento local

Voltando ao assunto do turismo rural, pode ser visto como elemento de integração da população urbana ao meio rural, que conduz ao enriquecimento humano de ambas as partes, tendo como base a reconstrução, manutenção e valorização do património natural e cultural, contribui no respeito aos valores biológicos, físicos e culturais do espaço promovendo, assim, a cooperação entre municípios e aumentando os intercâmbios e contactos sócio-culturais em geral.

Com a crescente deteriorização da qualidade de vida, é atribuído ao campo o valor ecológico e de preservação das raízes enquanto refúgio e sabedoria de muitos costumes, saber-fazer e formas culturais. A sustentabilidade é uma vertente a ter em conta no processo de planeamento da actividade turística, para que haja uma protecção dos recursos, e um desenvolvimento e crescimento da economia local.

Segundo Hall (2000), o desenvolvimento sustentado tem como objectivo o fornecimento de um meio de vida duradouro e seguro capaz de minorar o esgotamento de recursos, a degradação ambiental, a ruptura cultural e a instabilidade social.

No que diz respeito ao meio ambiente, a actividade turística, deve ser dirigida para o reconhecimento de que o crescimento económico, o crescimento turístico e a protecção do meio ambiente são objectivos compatíveis e complementares.

A aposta no turismo cultural e paisagístico pode ser uma mais-valia para o concelho, através da exploração de espaços diferentes, com programas organizados em parcerias com as autarquias e as associações locais, sustentando no marketing territorial.

A área com maior expressão a nível de turismo rural é em Sortelha que através da ajuda dada à aldeia pelo Programa das Aldeias Históricas, levou a que se estrutura-se enquanto produto, e devido ao alojamento que esta passou a dispor, os turistas passam mais tempo na aldeia. Tudo isto cria condições para o desenvolvimento da economia local, devido ao consumo exercido pelos turistas, fomentando o aumento de negócios como a restauração, aluguer de habitações e a venda de produtos regionais como mel, frutos, doces, pequenos cestos etc. pelas pessoas da aldeia (figura 13).



Figura 13 – Vendedora de produtos locais em Sortelha.

Fonte: elaboração própria – 12/9/2010

O artesanato reafirmou-se, através da aposta na tapeçaria e ganhou alguma importância na aldeia, já que algumas mulheres da aldeia dedicam grande parte do seu tempo a fazer tapetes de Arraiolos (não são originários de Sortelha), e bordados em toalhas de linho, que são vendidas muitas vezes aos turistas.

6.1- Agentes culturais que caracterizam o território

➤ O contrabando (Herança de um passado recente)

O contrabando apareceu quando a livre circulação de produtos desapareceu, as trocas foram reguladas e definiram-se taxa e direitos alfandegários para a sua circulação. Estas restrições deram origem ao contrabando, que mais não é do que a exportação ou importação ilegal de produtos (Manso, 2007). Este assume-se aos olhos do povo raiano como uma actividade perfeitamente lícita. Consideram-na como um modo de vida como qualquer outro, apenas implica maiores riscos físicos e financeiros (Freire, 2001).

O contrabando na raia consistiu em passar produtos através da fronteira Portugal-Espanha ilegalmente, para que não seja pago o imposto. As gentes desta região usavam o contrabando como um dos meios de subsistência e por isso não o consideraram uma transgressão.

Actividade principal do concelho era a agricultura de subsistência, pouco rentável, devido à reduzida área de terra arável. O contrabando iniciou-se em Quadrazais durante a década de 50, alargando-se de seguida, um pouco por todo o concelho. Levavam café para Espanha e traziam colchas, roupa interior feminina, bombazinas, azeite e pão espanhol (Braga, 2006). Para fugirem aos carabineiros e à guarda-fiscal inventaram um calão imperceptível – a gíria quadrazenha (ver anexo I).

O transporte do contrabando era feito a pé ou a cavalo, este condicionamento, fazia com que grande parte da população conseguisse lucro, uma vez que este era distribuído pelos organizadores, pelos donos dos cavalos e pelos cavaleiros. O dinheiro chagava assim a um grande número de famílias que viam os seus rendimentos aumentar (Manso, 2007).

Para além da riqueza produzida o contrabando serviu ainda para quebrar o isolamento, abrindo novos mercados e novas perspectivas e promoveu o espírito aventureiro da população da região.

Aliado ao contrabando aparece uma classe de Profissionais, os Guardas-fiscais do lado português e a Guardia-Civil do lado espanhol, estes denominados pelas populações locais de Carabineiros, tendo ambos como missão fiscalizar e impedir a circulação ilegal de produtos.

Actualmente procura-se retratar esse passado de contrabando, especialmente na freguesia dos Fóios, por obra do Professor José Manuel Campos, habitante desta localidade e também presidente da Junta de Freguesia da mesma. Este filho da terra tem-se preocupado arduamente com esta temática do contrabando, sendo um dos que mais aposta na sua história para a promoção e valorização do turismo local, podendo vir a ser um bom contributo para o desenvolvimento do concelho.

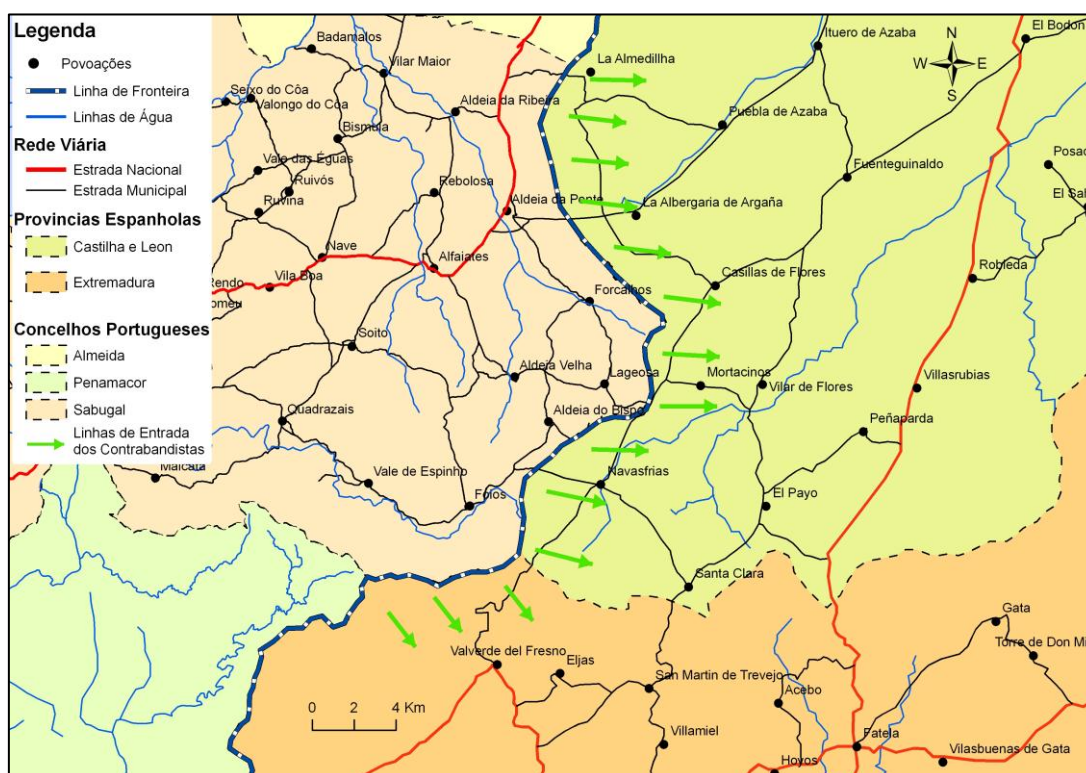
O Professor José Manuel Campos tem vindo a desenvolver algumas actividades, contando com o apoio financeiro e logístico da Junta de Freguesia dos Fóios. Foi realizada uma actividade com o Agrupamento de Escolas do Sabugal, que permitiu a organização de visitas guiadas de alunos à Serra das Mesas, junto à fronteira com Espanha. Foram-lhes dados a conhecer todos os intervenientes da actividade, mostrando-lhes antigas casas dos contrabandistas, que mais não são do que “*um enorme barroco com uma cavidade onde cabem cerca de vinte pessoas*”. A recreação na serra, com todos os intervenientes na prática do contrabando, permitiu dar a conhecer aos mais novos uma actividade que em tempos dominou aquele espaço fronteiriço. Estas jornadas foram apoiadas pelo Agrupamento de Escolas de Sabugal, Câmara Municipal, Junta de Freguesia de Fóios, Ayuntamiento de Navasfrias, Mancomunidad del Alto Águeda e Associação Humanitária dos Bombeiros do Soito (Campos, 2011). Nos Fóios têm sido realizadas caminhadas, diurnas e nocturnas, através das veredas do contrabando. O Professor pretende dinamizar mais estas caminhadas, através da personalização dos caminhantes, com o fornecimento de um carrego⁴² a cada caminhante. A ideia é promover vários projectos e iniciativas para uma maior dinamização desta actividade, através da construção de um museu do contrabandista, construção de uma capela, em memória aos que perderam a vida no contrabando, recreação de dois filmes, um diurno e outro nocturno em torno do contrabando do minério (volfrâmio), embora existam dificuldades financeiras diversas.

⁴² Carrego - Saco de serapilheira, ajustado de modo a que possa ser colocado às costas.

Actualmente para fomentar esta actividade foi estabelecida a geminação Foios/Eljas⁴³, com o desenvolvimento de aspectos culturais e económicos. Foram realizadas as Jornadas do Contrabando, promovidas pela empresa municipal “Sabugal+”, evento cultural importante para a divulgação desta actividade.

Como forma de dinamizar esta actividade, a proposta como produto turístico, impulsionando activamente esta temática do contrabando, não só na freguesia dos Fóios, como se verifica actualmente, mas alargando-o a todas as freguesias onde esta actividade teve em tempos uma grande importância para a economia e a subsistência das suas gentes, é fundamental. Esta actividade pode vir a ser um bom produto turístico do concelho, aliada com os restantes produtos turísticos (já referidos anteriormente) já existentes, tirando partido das relações já estabelecidas com o outro lado da fronteira.

Uma das formas de promover a cooperação entre os dois países pode passar pela criação de uma rota do contrabando, como sucede em Portalegre e em Melgaço, com os caminhos anteriormente percorridos pelos contrabandistas. Estes caminhos devem estar devidamente identificados e sinalizados, de modo a que possam ser percorridos pelos turistas de várias formas de bicicleta, a cavalo ou a pé. Para isso é necessário criar instituições e parcerias com as já existentes, quer portuguesas quer espanholas, de forma a dar apoio logístico/administrativo para a criação eventos, e pacotes turísticos que contemplem estes passeios e outras actividades em torno da temática do contrabando.



Mapa 13 – Área de troca de contrabando, entre as povoações portuguesas e espanholas.

Fonte - Elaboração própria

⁴³ Eljas - Povoado Espanhol, que se localiza na província de Cáceres, que pertence à Comunidade Autónoma da Extremadura.

O contrabando não era feito por um trilho único, variava conforme os obstáculos encontrados ao longo do trajecto desde a saída até à chegada. Não existe um trajecto fixo, mas sim um conjunto de possibilidades que os contrabandistas utilizam para chegar com o contrabando a bom porto. Toda a linha de fronteira sentia a pressão da passagem dos contrabandistas, que estabeleciam relações comerciais, com várias povoações espanholas, umas mais do que outras, mas todas elas estabeleciam trocas com os contrabandistas portugueses. Segundo, José Manuel Campos as que mais se destacam são: Valeverde del Fresno, Eljas, San Martin de Tevejo, Navasfrias, La Almedilla, Albergaria de Argaña e Fonteguinaldo (ver mapa 13).

A Rota do Contrabando consiste numa faixa transfronteiriça, entre caminhos e veredas rurais, que ligavam as povoações de um e outro lado da fronteira.

Neste trajecto poder-se-ão percorrer os trilhos seminaturais a pé, conduzindo um todo-o-terreno ou uma moto, pedalando uma bicicleta, montando a cavalo ou simplesmente caminhando calmamente pelas serranias, proporcionando o encontro com a natureza e suas paisagens deslumbrantes e revivendo os tempos dos contrabandistas. Deve-se apostar na troca de produtos locais entre os dois lados da fronteira, de modo a dinamizar as economias locais.

Para que tudo isto possa ser viável é necessário promover os eventos, ou seja apostar no *marketing*, para alcançar o sucesso pretendido.

➤ **Festas e romarias**

As festas e romarias, onde coexiste o religioso e o profano e que contam com o perfume do folclore local, são comuns a todas as localidades, com destaque para as que animam as ruas do concelho.

Em termos de festas, feiras e romarias, o concelho apresenta uma razoável dinâmica, de onde se destacam para as festas de Nossa Senhora da Graça (Sabugal), Nossa Senhora da Granja (Soito) e Nossa Senhora da Póvoa (Sacaparte – Alfaiates).⁴⁴

Estas festas realizam-se na sua maioria durante o mês de Agosto (figura 14), motivada pelo regresso dos emigrantes à sua terra natal, onde revivem e participam nos eventos com grande intensidade. Estas festas dão uma grande vitalidade aos lugares, que apresentam nesses dias uma grande afluência de população, não só a comunidade de emigrantes, mas também os que estão espalhados um pouco por todo o país que regressam e participam também nas festas. A estas festas muitas vezes são aliadas outras actividades, como por exemplo as capeias raianas ou arraianas ou os encerros, motivadas pela grande tradição taurina existente na raia portuguesa.

⁴⁴ Sabugal: Roteiro turístico



Figura 14- Festa São Sebastião (Baraçal).

Fonte- Fonte elaboração própria 04/08/2007

Muitos destes lugares vão realizando outras festas ao longo do ano, mas assumem mais um carácter religioso e são de menores dimensões. Destaca-se a comemoração do São João, com a queima do pinheiro na noite de dia 23 de Junho. Esta tradição tem por base um tronco cravado na solo, revestido de rosmaninho e de pequenas bandeiras coloridas, com uma boneca de trapos no topo, de modo a arder completamente, conforme a tradição.

➤ **Capeias Raianas ou Arraianas**

Na zona raiana existe uma tradição, que teima em manter-se e tem vindo a cimentar-se; trata-se da corrida de touros com Forcão⁴⁵, a conhecida Capeia Raiana (ver figura 15).

⁴⁵ Artefacto que é uma espécie de grelha gigante, de triângulo isósceles, com cinco metros de comprido e seis de frente, usado para enfrentar o touro e conduzido por um grupo de homens.



Figura 15- A arte de tourear numa capeia raiana/arraiana.

Fonte- www.arraianos.net

É dos eventos que atraem maior número de pessoas durante os meses de verão, altura que se realizam maior número de capeias, atraindo sobretudo turistas do país vizinho e os emigrantes, que apreciam muito as corridas taurinas.

Trata-se de um evento único em todo mundo que poderá servir para por o concelho nos roteiros das festas taurinas em todo o mundo.

Esta é uma das mais enraizadas manifestações da cultura local, em que o Forcão ocupa o lugar central, não sendo uma tourada no sentido clássico da palavra. O touro é citado, mas não picado, muito menos é morto, o sangue que por vezes mancha o “corrô”, raramente é do boi, mas sim dos capeiros. É um jogo de força ritmado e corajoso, é uma forma de regressar às origens, em que o Forcão parece fazer um bailado (Cabanas e Tatutux, 2011). A Capeia faz parte de um conjunto complexo de eventos, com início no encerro. Neste, homens a cavalo conduzem os touros, através de caminhos rurais, para o local onde ficam até ao início da capeia. Esta tem lugar numa praça, muitas vezes improvisada no largo da povoação, praça de touros (Soito, Aldeia da Ponte e Aldeia da Ribeira). O primeiro passo é o “pedido da praça” pelos mordomos a uma entidade local. Segue-se a capeia, propriamente dita, em que um grupo de jovens (cerca de 30) transporta o Forcão, para fazer frente às investidas do touro.

É difícil de saber exactamente onde se iniciou esta tradição, Forcalhos e Lageosa reclamam-no, mas sem provas, diz-se que o nome Forcão provém, do nome de freguesia de Forcalhos.

Em termos de datas da realização das capeias também se registaram algumas alterações, tal como aconteceu com as festas, outrora realizavam-se capeias em várias alturas do ano, actualmente decorrem no mês de Agosto. As mudanças justificam-se pela concentração das férias no mês de Agosto e o conseqüente retorno dos emigrantes.

A capeia arraiana tornou-se nas últimas três décadas, um importante património cultural das freguesias e do município, estão actualmente em fase de candidatura ao estatuto de património imaterial da Humanidade (UNESCO), proposto pelo Município

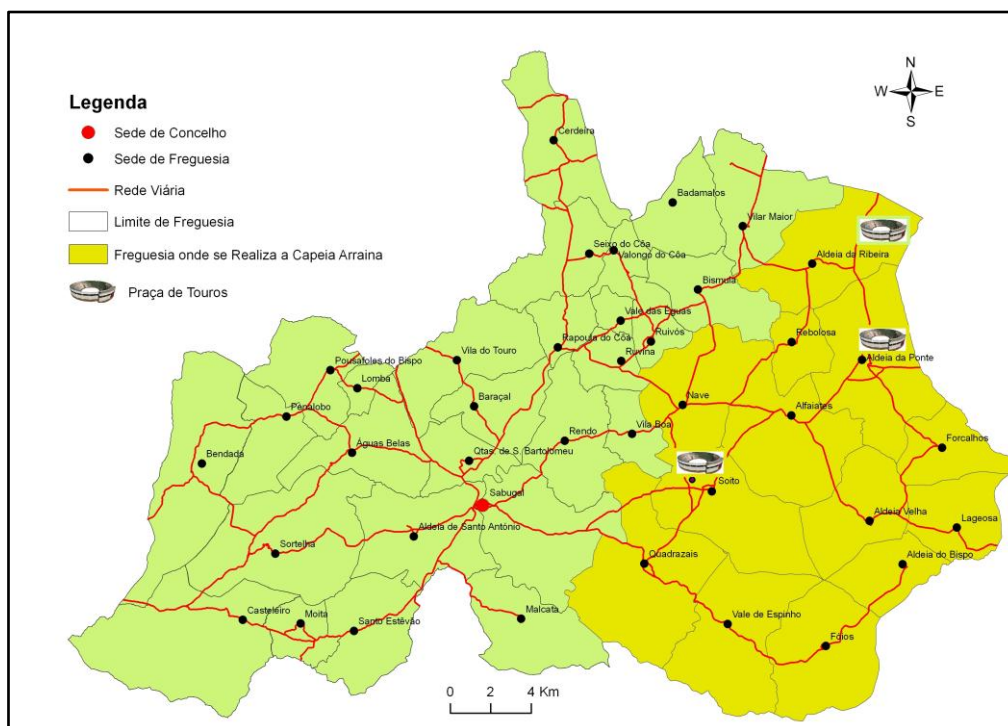
em Assembleia Municipal, para classificar a tradição taurina como “património cultural imaterial de interesse municipal”.

Nos últimos anos tem-se dedicado mais atenção a este tema que é demonstrado pela criação de vários *blogs* e páginas *web*, com fotos, vídeos e alguns artigos. Deve-se salientar o *blog* “Capeia Arraiana”, espaço de opinião, dedicado aos temas da raia. O mesmo tem feito o Jornal Cinco Quinas, na versão papel e na versão *on line*, com uma secção dedicada à tradição taurina.

Actualmente a tradição tem vindo a disseminar-se e quase todas as freguesias da margem direita do Rio Côa, incluindo algumas anexas que possuem capeias (ver mapa 14): Aldeia da Ponte, Aldeia do Bispo, Aldeia Velha, Alfaiates, Forcalhos, Lageosa da Raia, Nave, Ozendo, Rebolosa e Soito. Badamalos, Ruivos, Vale de Espinho, Vale da Éguas, Seixo do Côa e mesmo no Sabugal se organizam garraizadas, capeias nocturnas ou capeias diurnas de forma alternada.

Para fomentar esta actividade as freguesias do concelho organizam um festival “*Ó forcão rapazes*”, que pretende ser uma festa de união entre o povo da raia em torno de uma tradição comum (Cabanas e Tatutux, 2011). Este festival realiza-se anualmente e alternadamente na Praça de Touros do Soito e de Aldeia da Ponte (ver mapa 14).

As capeias raianas transpuseram já as fronteiras de Riba Côa. Em 1978 realizou-se em Lisboa na praça de touros do Campo Pequeno, a primeira de uma série de capeias, organizada pela Casa do Concelho do Sabugal⁴⁶ (idem, 2011).



Mapa 14 – Freguesias onde se realizam capeias arraianas no concelho do Sabugal.

Fonte - Elaboração própria

⁴⁶ A Casa do Concelho do Sabugal foi fundada a 13 de Fevereiro de 1975, em Lisboa por naturais do Sabugal.

Estas capeias tornam-se tão apetecíveis graças à sua especificidade e ao facto de ocorrerem quase todas apenas uma vez no ano. Isto pode ser um forte atractivo, promovendo a vinda de pessoas de fora do concelho, desde que aliado com os restantes produtos turísticos do mesmo. Existem, portanto, vários ingredientes para construir uma oferta diversificada e voltada para o turismo, podendo este usufruir da natureza e das especificidades das aldeias rurais.

7- Estratégias de desenvolvimento e acções a desenvolver

➤ Propostas para a revitalização do concelho

O modelo de desenvolvimento proposto para o concelho assenta no estabelecimento de parcerias público-privadas, que envolva igualmente os agentes locais, promovendo uma maior dinâmica económica do concelho para tentar reverter a situação demográfica actual. É essencial a aposta na valorização do potencial endógeno de cada uma das comunidades rurais envolvendo os seus habitantes e usando os seus recursos de modo sustentado. Esta estratégia pode passar pela aposta no turismo através da geoconservação e a patrimonialização são modos de tornar o território mais rico e mais atractivo.

As tradições e os produtos típicos são recursos centrais na estratégia de desenvolvimento, visam fomentar o mercado de lazer e de turismo do concelho. A aposta em estratégias e produtos turísticos diversificados, leva a que a ruralidade e a natureza ganhem importância e sejam desejáveis em detrimento de outros (Peixoto, 2004).

A regeneração do espaço rural passa por atrair novos residentes, visitantes, actividades económicas e mercados externos que escoem os produtos da economia local.

Deveria apostar-se no lançamento de iniciativas empresariais ligadas à valorização dos produtos e artes, saberes e ofícios tradicionais, através da criação de marcas denominadas e certificadas. Posteriormente é necessário apostar no *marketing* territorial de modo a captar turistas e investimento. Neste momento acções de marketing estão muito centradas em alguns actores, em especial na câmara Municipal do sabugal e a empresa municipal Sabugal+, investimentos realizados na promoção são escassos.

Um ponto forte será a apostar no turismo residencial, que corresponde a nichos de mercado das classes média/alta que adquirem segundas habitações fora do seu local comum de residência (Fonseca e Ramos, 2007). Estas residências funcionem como locais de refúgio em períodos de fim-de-semana ou de feriados (as *short-breaks*) e de férias. O concelho oferece condições favoráveis ao desenvolvimento deste tipo de

turismo dado que possui uma tranquilidade edflica do meio rural, tem uma localizaçãofavorável tanto no mercado luso como no espanhol. Deve-se ter sempre em conta a preservação da traça arquitectónica, nomeadamente através de colocação em prática de planos de salvaguarda e de valorização dos aglomerados e divulgar as numerosas potencialidades do concelho.

Conclusão

Os municípios rurais enfrentam hoje importantes desafios em termos de condições para o seu desenvolvimento futuro que estão muito associadas, por um lado, ao grande envelhecimento das populações que neles residem e, por outro, ao afastamento relativo destes territórios aos mercados e aos serviços.

A sobrevivência e o desenvolvimento dos territórios rurais dependerá, em grande medida, da capacidade; para valorizar e rentabilizar as potencialidades locais, de criação de condições e de estruturas para apoio às empresas em territórios rurais.

No sentido do alargamento da autonomia democrática na relação entre Estado e sociedade civil em processos de desenvolvimento local, reforça-se a importância da integração e acção coordenada das organizações sociais já existentes. Nomeadamente; as associações locais, no território, da dinamização de novas organizações sociais e práticas organizativas para participar activamente em acções coordenadas para o desenvolvimento local e ainda de uma relação de negociação espontânea e positiva dos grupos menos favorecidos no conjunto das políticas públicas de desenvolvimento local e não apenas em políticas de carácter social. A construção de um desenvolvimento local com autonomia passa também pela identificação de necessidades e interesses comuns entre diferentes actores sócio-economicamente fragilizados e a sua organização para a satisfação destas necessidades e interesses.

A eventualidade de aproximação à natureza materializada no rural, onde se reencontram valores “autênticos”, “genuínos” e, por esta ordem de ideias, a adopção de modos de vida alternativos, concretizados através da qualidade das relações sociais e da qualidade ambiental (da qualidade de vida). A paisagem rural do concelho do Sabugal, na sua diversidade e variedade de processos de transformação, reflecte um mundo rural em mudança, e no qual se levantam várias das questões, cuja dualidade assenta na ideia de paisagem e de identidade.

Uma das principais conclusões do estudo surge da necessidade de aproveitar e rentabilizar essa oferta que enuncia um conjunto de objectivos e de acções que, a curto prazo, poderão posicionar o Sabugal como referência no TER, de modo a propiciar um desenvolvimento sustentável.

O Sabugal localiza-se num espaço rural dotado de elevadas potencialidades para se afirmar como destino preferencial de TER, tendo elementos distintivos e únicos que a podem tornar numa referência. Nomeadamente: a beleza das paisagens, a riqueza arquitectónica de edifícios seculares, a exuberância da gastronomia e de muitas manifestações culturais são uma realidade incontornável da identidade de múltiplas regiões portuguesas, como disso é expressão o concelho do Sabugal.

O TER pode ser um contributo relevante para esse reganhar de complexidade e funcionalidade do mundo rural, mas não será solução única. É necessário apoiar o TER como motor de diversificação das actividades agrícolas (reconversão de culturas existentes,

promoção de produtos regionais de qualidade), ambientais e de pluriactividade, através de actividades económicas como o artesanato, produção e venda de produtos tradicionais (produtos agrícolas e géneros alimentícios certificados), serviços de transportes, animação, guias de interpretação da natureza, entre outros. Torna-se necessário a interacção e a cooperação entre os vários actores.

As debilidades identificadas sugerem a adopção de um modelo global de desenvolvimento, que mobilize os actores locais e regionais, que estimule a cooperação e a concertação e que promova uma perspectiva de marketing territorial mais eficaz. Pretende-se que os protagonistas no processo de desenvolvimento sejam os actores locais e as suas organizações. Deste modo, requer-se o contributo e a actuação de diversas entidades, de forma a tornar as decisões mais legitimadas, sustentadas e com garantias acrescidas de execução. A Câmara, é a entidade que detêm os melhores meios e a capacidade de mobilização local, tornando-se assim no órgão melhor posicionado para modificar esta situação e para desencadear o processo de planeamento estratégico de marketing.

Tornar o Sabugal num destino de TER implica a definição de um projecto a médio/longo prazo que procure rentabilizar e preservar os recursos de forma agregada, que procure a inovação. As políticas de desenvolvimento rural devem ser cada vez mais variadas, apostando na valorização e preservação dos recursos, implementação de novas empresas para explorar esses recursos de forma sustentável, e para atrair mais população a fixar-se no concelho. Outra forma de atrair mais investimentos é apostar na cooperação transfronteiriça e amplia-la a todo o concelho e não só à freguesia dos Fóios.

Para a concretização destes projectos, deverão ser elaborados planos nacionais de incentivo, investimento, dinamismo e apoio a modalidades agrícolas (pluriactivas, de plurirrendimento ou a tempo parcial).

O turismo não deve ser considerado como o elixir para resolver todos os problemas de desenvolvimento, mas sim como um elemento que contribuirá para a diversificação e para a valorização dos recursos e da economia local. No espaço rural não se devem substituir as suas funções produtivas por funções de «consumo exógeno» que limitem os seus usos e potencialidades, não se pretende considerar estas regiões apenas como regiões com funções recreativas e de lazer.

Para tornar o concelho mais competitivo e um destino turístico de excelência, com projecção internacional, torna-se necessária uma dinâmica de valorização de recursos de atracção e no desenvolvimento de uma rede de actores e actividades, mobilizadora de investimento e de emprego e catalisadora de novas actividades competitivas.

“Concluimos hoje, tal como ontem, que é deveras preocupante a profunda indiferença nacional quanto ao destino da agricultura e da sociedade rural. [...] Ora, não se devendo nomear realidades novas com termos velhos, trataremos o mundo rural

português contemporâneo por Portugal-chão [...] em Portugal-chão há prenúncios de morte e sinais de vida; há actores novos e novas dinâmicas; Portugal-chão futuro reclama novos quadros do olhar-pensar-agir [...] podem levar-nos a pensar que Portugal-Chão é noção só aplicável ao interior do país. Não, não é tão simples assim. Há enclaves de interioridade e ruralidade no litoral, às portas das cidades e mesmo nos seus bairros populares. Portugal-chão avizinha-se, pois, do mar” (Portela, 2003).

Bibliografia

1-Livros e artigos:

- ALBINO, C. org. (1997) - *Desenvolver Desenvolvendo - Práticas e Pistas para o Desenvolvimento Local no Alentejo*. Messejana: ESDIME C.R.L.
- ALBINO, José Carlos (2004) – *Contributo para a História do Desenvolvimento Local em Portugal*. Vialonga: ANIMAR;
- ALMEIDA, J; AMARAL, J; BORREGO, A; CAPUCHA, L; FERRÃO, J. (1994) – *Regiões rurais periféricas: que desenvolvimento? Uma experiência no concelho de Almeida*, Lisboa: CAIS/CIES;
- AMARANTE, Maria de F. (2007). - *Fronteira e Identidade – Construção e Representação Identitárias na Raia Luso-Espanhola*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas;
- AVRITZER, Leonardo (2009) - *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez Editora;
- BAILLY, Antoine S. (1981) – *La géographie du bien-être*. Paris: Prasses Universitaires de France;
- BARROS, Vitor Coelho (2003) - *Desenvolvimento rural: intervenção pública, 1996-2002*. Lisboa: Terramar;
- BARROS, José da Cunha (2004) - *A projecção do quotidiano no turismo e no laser*. Lisboa: ISCSP/UTL;
- BAPTISTA, A. J. Mendes (1999) - *Políticas para o desenvolvimento do interior: um contributo para o Plano Nacional do Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006*. Estudos Regionais 2, CCRC, Coimbra;
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2006) - *O rural depois da Agricultura*. In desenvolvimento e território: espaços rurais pós:agrícolas e novas lugares de turismo e lazer: homenagem à Professora Doutora Carminda Cavaco. Lisboa: centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa;
- BARROS, José da Cunha (2004), - *A projecção do quotidiano no turismo e no laser*. Lisboa: ISCSP/UTL;
- BAURRY, G et J.M. Roux (1976) – *La Rurbanisation ou la Ville Éparpillée*. Paris: Éditions du Seul;
- BELL, Daniel (1999) - *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*. New York : Basic Books;
- BENKO Geoges (2000) - *Les théories du développement local*, in L'économie répensée. Auxerre: Editions Sciences Humanes;

- BRAGA, Franklim Costa (2006) – *O falar de Quadrazais*. In O interior raiano do centro de Portugal – outras fronteiras, novos intercâmbios. Iberografias 8, Porto: Campo das Letras – Editores, S.A.;
- BRYDEN, J. (1998) - *Novas perspectivas para a Europa Rural: tendências Globais e Respostas Locais*. Leader Magazine, Nº 18, pp 4-12;
- BRANDÃO, Maria A. At all (2004) – *Milton Santos e o Brasil*. Editora Fundação Perseu Abramo;
- BORJA, Jordi e CASTELLS, Manuel (2000) – *Local y global. La gestión de las ciudades en la era de la información*. Madrid: Taurus, pp.139-181;
- BOURA, Isabel (2002-2004) - *Património e mobilização das actividades locais: das Aldeias Históricas de Portugal aos Contratos de Aldeia*, in Cadernos de Geografia, nº21/23, Coimbra: IEG;
- BOURA, Isabel (2002) - *Aldeias Históricas de Portugal, um património com futuro*. Coimbra: CCRC;
- BUTLER, Richard; HALL, C. Michael; JENKINS, John (1998) – *Continuity and change in rural tourism. Introduction*. In Tourism and recreation in rural areas. Chichester: John wiley & sons;
- CABANAS, António e TUTATUX, Joaquim T. (2011) – Forção- Capeia Arraiana. Grafitime;
- CABUGUEIRA, Artur Carlos Crespo Martins (2000) - *Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política económica regional*. Disponível em http://www4.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD9/gestaodesenvolvimento9_103.pdf (Consultado em Maio de 2011);
- CAMPOS, José Manuel (2011) - *Reviver o contrabando*, in Jornal Cinco Quinas, Sabugal;
- CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL (2005) – Pré-diagnóstico da Rede Social do Concelho do Sabugal. Disponível em www.cm-sabugal.pt (Consultado em Março de 2010);
- CARVALHO, Paulo Manuel (2001) - *Património, Território, Actores e Desenvolvimento Rural Sustentável. O Ecomuseu da Serra da Lousã. Desafio ou Utopia?*, In, 1º Congresso de Estudos Rurais, “Mundo” Rural e Património, UTAD (Vila Real), 16 – 18 Set;
- CARVALHO, P. e FERNANDES, J. L. (2000). - *Iniciativas de Desenvolvimento Local no Espaço Rural Português. O exemplo do LEADER-ELOZ (Entre Lousã e Zêzere)*. Em *Actas do 1º Colóquio Território e Trajectórias de Desenvolvimento*. Coimbra. IEG/FLUC;

- CARVALHO, Paulo Manuel (2005) - *Património cultural e trajectórias de desenvolvimento em áreas de montanha: o exemplo da serra da Lousã*. Dissertação de doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
- CARVALHO, Paulo Manuel (2005) - *Território e Desenvolvimento: novas matrizes em contextos rurais*. In CAETANO, Lucília (coord.): *Território, Trajectórias de Desenvolvimento*, Coimbra: Centro de Estudos Geográficos;
- CAVACO, Carminda (1993): “*Da integração da PAC ao turismo cinegético*”, in INFORGEIO, Lisboa: CEG;
- CAVACO, Carminda. (1993) - *O mundo rural em Portugal*. in MPAT/MAP (Org.) *O Programa de Desenvolvimento Regional e o Mundo Rural*, Lisboa: pp. 93-109;
- CAVACO, Carminda (1995) - *Do despovoamento rural ao desenvolvimento local: desafio ou utopia*. Porto: Programa das Artes e Ofícios Tradicionais;
- CAVACO, Carminda. (1999a) - *O mundo rural português: desafios e futuros.*, in Cavaco, C. (Coord.) *Desenvolvimento Rural – desafio e Utopia*, Lisboa, CEG, pp. 135-148;
- CAVACO, C. (1999b) - *O turismo rural nas políticas de desenvolvimento do turismo em Portugal*. in Cavaco, C. (Coord.) *Desenvolvimento Rural – Desafio e Utopia*, Lisboa, CEG, pp. 281 – 292;
- CAVACO, Carminda (2004) - *Desafios de desenvolvimento rural*. in Finisterra, XXXIX, 78, pp 99-112;
- CAVACO, Carminda (2005) - *Enquadramento macroeconómico: mudança e crise*. In Geografia de Portugal, Direcção de Medeiros, Carlos Alberto, Rio de Mouro: Círculo de Leitores pp 34-45;
- CIDEC. - *Estudo de avaliação intercalar do programa de iniciativa comunitária de desenvolvimento rural (LEADER +): Relatório final*. Lisboa: IDRHa. Fev. 2004;
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2008) - “Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité das Regiões e ao Comité Económico e Social Europeu - Livro Verde sobre a Coesão Territorial Europeia Tirar Partido da Diversidade Territorial” Disponível em www.dgotdu.pt (consultado em Janeiro de 2011);
- CLAVAL, Paul.– *A Geografia do Homem*. Almedina, Coimbra, (Ed. Francesa de 1974).
- CORREIA, Teresa Pinto; BORRALHO, R. e SOUSA, C. (coord.) (2007) – Seminário, “*O turismo no espaço rural e a multifuncionalidade da paisagem*”, Évora: Associação das Mulheres Agricultoras Portuguesas, Universidade de Évora e Naturlink;
- CORREIA, Teresa Pinto (2007) - *Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise*. Inforgeo, pp 67-71;

- COVAS, António (1997) - *Ajustamento, diversificação e desenvolvimento rural*. Lisboa: Direcção Geral de Desenvolvimento Rural;
- COVAS, António (1999) - *As Amenidades Rurais: um contributo para o desenvolvimento de zonas desfavorecidas*. Colecção Estudos e Análises nº 8, Lisboa, Direcção Geral de Desenvolvimento Rural;
- COVAS, António (2004) - *Política Agrícola e Desenvolvimento rural – Temas e problemas*. Lisboa: Colibri;
- COVAS, António (2009) - *Neo-Rurais e mercados emergentes em agrocultura O campo revisitado* in Seminário Desenvolvimento Rural: tendências e oportunidades. Disponível em www.gppaa.min-agricultura.pt (Consultado em Janeiro de 2010);
- CORREIA, Joaquim Manuel (2008) – *Celestina*. Câmara Municipal do Sabugal;
- CUNHA, Licínio (2003) - *Introdução ao turismo*. Lisboa: Editorial Verbo;
- CUPETO, Carlos (coord.) (2007) - *Guia Agenda 21 Local - Um desafio para todos*. Carregado: Agência Portuguesa do Ambiente;
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1989) – *Residência secundária e espaço rural: duas aldeias na serra da Lousã: Casal Novo e Talasnal* (Col. Estudos nº 10) Coimbra: Faculdade de Letras;
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (2006); “*Turismo e cultura: dos itinerários ao lugar dos lugares*”; in Maria Lucinda Fonseca (Coordenação), *Desenvolvimento e Território: espaços rurais pós-agrícolas e novos lugares de turismo e lazer*; Livro de Homenagem à Professora Doutora Carminda Cavaco; Centro de Estudos Geográficos; Universidade de Lisboa;
- CRIDEL (coord.) (1994) - *Valeur ajoutée et ingénierie du développement local*. CE- Politiques régionales de la Communauté Européenne, Études de développement régional, Luxembourg, 233 p. ;
- DIRECÇÃO GERAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL (1997) – *Novas Políticas Europeias e Desenvolvimento Rural em Portugal*. Lisbon: Direcção Geral de Desenvolvimento Rural (DGDR);
- DINIS, Francisco José Lopes de Sousa (1999) - *Desenvolvimento rural, que perspectivas? – o caso do alto Trás-os-Montes e Douro*. Vila Real: Minerva Transmontana;
- DINIS, Francisco (2006) - *Crescimento e desenvolvimento económico: modelos e agentes do processo*. Lisboa: Sílabo;
- DIRECÇÃO GERAL DO TURISMO (2005) - *O Turismo no Espaço Rural 2005*, Direcção de Serviços de Estudos e Estratégia Turísticos, Divisão de Recolha e Análise Estatística;
- DIVISÃO DE PESCAS NAS ÁGUAS INTERIORES (1999) - *Gestão dos recursos aquícolas em Portugal*. Edição: Divisão de Documentação e História Florestal, Lisboa;

- ESTEVA, Gustavo (2000) – *Desenvolvimento*. Sochs, Wolfgang- Dicionário de Desenvolvimento, Editora Vozes, Petrópolis;
- ESTARELLAS, Pere J. Brunet; GARCÍA, F. Almeida e LÓPEZ, M. Coll (2005) – Agenda 21: subsidiariedade y cooperación a favor del desarrollo territorial sostenible. Boletín de la A.G.E. Nº 39 pp. 423-446;
- FERNANDES, João Luís e CARVALHO, Paulo (2003) - *Património, memória e identidade: repensar o desenvolvimento*. In CAETANO, Lucília (coord.): Território, do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento, Coimbra: Centro de Estudos Geográficos;
- FERNANDES, João Luís (2005) - *Dinâmicas de desenvolvimento, territórios e área protegidas. Breve reflexão para o caso português*. In CAETANO, Lucília (coord.): Território, do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento, Coimbra;
- FERRÃO, J. (2005): *Geografia de Portugal – Sociedade, Paisagens e Cidades*. Direcção MEDEIROS, C. A., Circulo de Leitores, Rio de Mouro;
- FIGUEIREDO, Elisabete (1999) " in Santana, F. et al. (Ed.) *Actas da VI Conferência Nacional Sobre a Qualidade do Ambiente*", Lisboa: FCT-UNL, Vol. 1, pp. 729-742;
- FIGUEIREDO, Elisabete (2003) -*Um rural para viver, outro para visitar- o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. Aveiro: Universidade de Aveiro, departamento de Ambiente e Ordenamento;
- FONSECA, Maria Aparecida (2005) -*Espaço, políticas de turismo e competitividade*. Natal, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
- FONSECA, Fernando P. e RAMOS, Rui (2007) – *o turismo no espaço rural como eixo estratégico de desenvolvimento sustentável: o caso de Almeida*, in 13º Congresso da APDR (Universidade dos Açores- Campus de Angra do Heroísmo;
- FREIRE, Manuel Leal (2001) – *contrabando delito mas não pecado*. Guarda. Oficinas de S. Miguel;
- GALIANO, J.C.; SEVILLA, C.S.; SUAREZ, A.I. (1999) - *La Cooperacion Transfronteriza en la Union Europea . Problemática Actual y Consideraciones cara al Futuro*. Comunicação apresentada no VI Encontro Nacional da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR), 1 e 2 de Julho, Braga;
- GAMA, António e SANTOS, Norberto Pinto dos (1991) -*Tempo livre, Lazer e Terciário*. Cadernos de Geografia, Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos;
- GEOIDEIA/IESE (1999) – *Estudo de Avaliação Intercalar do PIC LEADER II*. Relatório Final, Lisboa, 169 pp.;
- HARVEY, David (1983) – *Teorías, leyes y modelos en geografía*. Alianza Editorial;

- HENRIQUES, Eduardo Brito (2003) – *Cultura e território, das políticas às intervenções – Estudo geográfico do património histórico-arquitectónico e da sua salvaguarda*. Lisboa;
- JOHNSON, Bjorn (1997) – *systemas of innovation, technologies, institutions and organizatios*. Edited: Charles Edquist;
- LORENÇO, Joaquim (1999) - *Ruralidade Portuguesa: urgência de Políticas descentralizadas e inovadoras*. in Cavaco, C. (Coord.) *Desenvolvimento Rural – desafio e Utopia*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos;
- LOURENÇO, Filipa M. Domingues (2001) - *Agricultura e Ruralidade – Algumas Reflexões sobre Desenvolvimento Rural*”. in 1º Congresso de Estudos Rurais, UTAD (Vila Real), 16 – 18 Set;
- HALL, C. M. (2000) - *The integrated tourism planning process: dealing with interdependence*. In: Hall, C. M. (Ed.). *Tourism Planning Policies Processes and Relationships*. England;
- HENRRQUES, Maria Adosinda (2002) -*Globalização e integração diferenciadora dos espaços rurais*. –in: *A economia em curso: contextos e mobilidade – Porto: Afrontamento*;
- IEADR (1995) -*Programa de Iniciativa Comunitária LEADER: relatório final*. Comissão Nacional de Gestão, MA-IEADR, Vol. 1.;
- JOAQUIM, G. (1994) -*Turismo e Ambiente; Complementaridade e Responsabilidade – contribuição para uma abordagem sociológica do fenómeno turístico*. Msc Thesis, Lisboa: ISCTE;
- MARÃO, Rosalina Martins (2002) – *Estudo da dinâmica da paisagem na reserva da serra da Malcata*. Penamacor;
- MARQUES, Teresa Sá (2003) -*Dinâmicas territoriais e as relações urbano-rurais*. Porto: Revista da Faculdade de Letras – Geografia I série, vol. XIX pp.507-521;
- MARTINS, Natalino (coordenação) e FIGUEIREDO, Carlos (2008) – *PROVERE- Programas de valorização económica de recursos endógenos: das ideias à acção: Visão e Parcerias*. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais;
- MELO, A. (1992) -*Education and traing for rural development*” in O`Cinneide;
- MORAIS, Maria Peixoto Dias (2007) -*Desenvolvimento sustentável dos municípios rurais. Que estratégia? O Município de Penalva do Castelo*. Dissertação de mestrado em Geografia – Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos da Faculdades de Letras da Universidade de Coimbra;
- MATEUS, Augusto (1992) -*A economia portuguesa depois da adesão às Comunidades Europeias: transformações e desafios*. Revista *Análise Social*, vol. XXVIII (4.º-5.º), 655-671, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;

- MATEUS, Maria de Lurdes Roxo (2009)- *Campos de Coimbra – do rural ao urbano*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra;
- MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne e BELO, Duarte (2010) - *Portugal, O sabor da Terra – Um retrato histórico e geográfico por regiões*. Ciclo de Leitores;
- MORENO, Luís (2002) -*Desenvolvimento Local em Meio Rural* in Caminhos e Caminhantes. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana apresentada à FLUL;
- MORENO, L., (Coord.), (2003) -*Guia das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local*. Lisboa: ANIMAR;
- MOURA, Tatiana (2004) - *Desenvolvimento e Cooperação Internacional – Territórios e Culturas Ibéricas*. Conferências – 2 e 3 de Dezembro (www.cei.pt), (consultado em Março de 2010);
- NEFA, Julio César (1998) – *Los paradigmas productivos taylorista e fordista y su crisis- Una contribución a su estudio, desde el enfoque de la “Teoría de la Regulación”*, Editorial Lumen;
- OLIVEIRA, Catarina (2003) - *Passeios da Primavera. Percursos pedestres na interpretação e valorização das paisagens rurais*. in *Turismo Em Espaços Rurais*, Edições IPC, Coimbra;
- PAIS Carina e GOMES Bruno (2008) -*O Espaço Rural no âmbito das Políticas de Desenvolvimento – O Caso do Pinhal Interior*, in Colóquio Ibérico de Estudos Rurais, Coimbra, 23-25 Out. Programa de Desenvolvimento Rural – Continente 2007-2013 (2009) Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas;
- PENDR – Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (2007), Proposta de Plano em fase de discussão pública. Disponível em www.gppaa.min-agricultura.pt (consultado em Janeiro de 2011);
- PEIXOTO, Paulo (2004) – *o desaparecimento do mundo rural*. VIII Congresso Luso-Afro- Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra; in www.ces.fe.uc.pt (consultado em Janeiro de 2010);
- PORTELA, J. (2003) Portugal Chão: que futuro futurível? In: Caldas, J. C. e Portela, J. (orgs.) *Portugal-Chão*. Oeiras, Celta Editora;
- REIS, M. e LIMA, A. (1998) - *Desenvolvimento, Território e Ambiente*. in Viegas, M. e Costa, A. (organizadores), Portugal, Que Modernidade?, Oeiras: Celta Editores;
- REIS, José (1998) “Interior, Desenvolvimento e Território”, in *Perspectivas de Desenvolvimento do Interior*, Debates da Presidência da República; Lisboa: INCM ;
- REIS, M. e LIMA, A. (1998) *Desenvolvimento, Território e Ambiente*, in Viegas, M. e Costa, A. (organizadores), Portugal, Que Modernidade?, Oeiras, Celta Editores;
- REIS, José Joaquim (1998): Programa das Aldeias Históricas de Portugal, Coimbra: CCRC;

- REYNAUD, Alain (1981) -*Société, espace et justice: inéglités regionales et justice socio-spatiale*. Paris: Presss Universition de France;
- ROCA, Zoran (1999) -*Local Development Contexts and Agents: An Analytical Model and Experience from Portugal*. In Bowler, I. Bryant, Ch. and Firmino, A. (org.) Progress in Research on Sustainable Rural Systems. Lisbon: IGU/CEGPR/UNL pp.174-185;
- ROCA, Zoran e OLIVEIRA, J. António (2004) – *A Paisagem como Elemento da Identidade e Recurso para o Desenvolvimento*. Actas do X Congresso Ibérico de Geografia. Évora;
- ROVER, Oscar José e HENRIQUES M. Adosinda (2006) -*A gestão democrática em debate: o programa LEADER e a sua relação com a sociedade civil e local*. Revista Crítica de Ciências Sociais, 75, Outubro de 2006 pp. 117-137;
- RESERVA NATURAL DA SERRA DA MALCATA / Direcção de Serviços de Conservação da Natureza (1993) – Inventário e caracterização do património natural – Reserva Natural da Serra da Malcata;
- SANTOS, Norberto Pinto dos (1991) -*Emigração e retorno: dinamismo locais da integração*. Cadernos de Geografia, Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos;
- SANTOS, Norberto Pinto dos (2001) -*A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias*. Centro de Estudos Geográficos, Lisboa: Edições Colibri;
- SANTOS, Norberto Pinto dos (2005) *Organização social e consumo, práticas e lugares de consumo. O Tempo livre e o lazer*. In CAETANO, Lucília (coord):Território, do Global ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento, Coimbra;
- SANTOS, Norberto Pinto e CUNHA, Lúcio (2008) - *Novas oportunidades para o espaço rural*, em Santos, Norberto Pinto & Gama, António (eds.) (2008). *Lazer. Da libertação do tempo à conquista das práticas*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Geográficos de Coimbra;
- SANTOS, Norberto Pinto; CRAVIDÃO, Fernanda e CUNHA, Lúcio (sd) – *Espaço turístico e Meio ambiente – Natureza, paisagens culturais e os produtos turístico associados ao território*. Disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13835/1/154.pdf> (consultado em Junho de 2011);
- SANTOS, M. da Graça M. P. (org,) (2006) – *Turismo cultural. Territórios e identidades*. Leiria: Edições Afrontamento;
- SANTISO, Javier (2002) - *À la recherche de la démocratie : mélanges offerts à Guy Hermet*, Paris: Karthala;
- SOUSA, Alfredo de (1995) - *Os anos 60 da nossa economia*. Revista *Análise Social*, vol. XXX (133), (4º) 613-630, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa;
- SALGUEIRO, Teresa Barata (2001) -*Paisagem e Geografia*. Finisterra, XXXVI, 72, p. 37-53;

- TORRES, Jorge (2008) – *Sabugal: Roteiro Turístico*. Município do Sabugal: Pró Raia: Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte;
- VÁZQUEZ, A. Barquero (1999) -*Desarrollo, redes e innovación : lecciones sobre desarrollo endógeno*. Madrid: Ediciones Pirámide;
- VEIGA, José, F. F. da (2005) - *Território e desenvolvimento local*. Oeiras: Celta Editora;
- UMBELINO, Jorge (1999) – *Lazer e território*. In Série de Estudos nº 1. Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional;
- URRY, John (2003) - *Consuming places*. London and New York: Routledge;
- URRY, John e CRAWSHAW, Carol (1995) – *Turismo e consumo Visual*. Revista Crítica de Ciências Sociais Nº 43, Coimbra: CES;
- VALENTE, Sandra e FIGUEIREDO, Elisabete (2003) “*O turismo que existe não é aquele que se quer*” in 1º encontro de turismo em espaços rurais, Coimbra, 2-4 Out;
- WCED (1987) “*Our common Future Oxford*”: Oxford University Press.

2-Outras fontes

- Boletim Municipal de Julho de 2001, Câmara Municipal do Sabugal Disponível em www.cm-sabugal.pt/ (Consultado em Fevereiro de 2011)
- INSTITUTO CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE – Disponível em www.icnb.pt (Consultado em Julho de 2011)
- Guia Prático para a criação de Observatório Internacional de Democracia Participativa Disponível em [/www.oidp.net/docus/pub.oldp.guia_creacion.pdf](http://www.oidp.net/docus/pub.oldp.guia_creacion.pdf) (Consultado em Maio de 2011)
- http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/terco/consultation_pt.htm (Consultado em Maio de 2010);
- www.animaisos.org (Consultado em Junho de 2010);
- <http://capeiaarraiana.wordpress.com/category/camara-e-juntas/equipamentos-sociais/%c2%absabugal%c2%bb/> (Consultado em Novembro de 2010)
- <http://www.ccdr-c.pt> (Consultado em Janeiro de 2010)
- http://ec.europa.eu/regional_policy/consultation/terco/paper_terco_pt.pdf (Consultado em Janeiro de 2010);
- <http://daccessddsny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N93/285/31/IMG/N9328531.pdf?OpenElement> (consultado em Janeiro de 2011);
- www.arraianos.net (Consultados em Junho de 2011);

- ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO SABUGAL- Disponível em www.ad.es.pt (Consultado em Janeiro de 2011);
- *Jornal Oficial nº L 130 de 15/05/2002 p. 0001 – 0003*, Disponível em <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32002D0358:PT:HTML> (Consultado em Abril de 2011);
- CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS; Disponível em www.unric.org – (Consultado em Maio de 2011).

3-Revistas

- CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro Comum*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.
- CNUMAD. Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Agenda 21*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995.
- LEADER, *magazine inverno 97 nº 13*.

4-Legislação

- Lei de Bases do Ambiente - Decreto-Lei nº 11/87, de 7 de Abril;
- Lei de Bases do Património Cultural - Decreto-Lei nº 107/2001, de 8 de Setembro;
- Lei do Património Cultural Português - Decreto-Lei nº 13/85, de 6 de Julho;
- Lei das áreas protegidas de Portugal continental e estatutos de conservação - Decreto - -Lei nº 294/81 de 16 de Outubro;
- Lei regulamentar do Turismo em espaço rural - Decreto-lei n.º54/2002, de 11 de Março.

Índice de Figuras

Figura 1 - Parâmetros de avaliação da sustentabilidade territorial.	15
Figura 2 - Estrutura do Programa Leader II.	33
Figura 3 - Causas da fraca competitividade do concelho.	77
Figura 4 - Formas graníticas na Serra das Mesas.	77
Figura 5 - Lince-Ibérico.	78
Figura 6 - Rebanho de cabras na freguesia dos Fóios.	79
Figura 7 - Sabugal com a serra da Malcata ao fundo.	80
Figura 8 - Nascente do Rio Côa na serra das Mesas.	81
Figura 9 - O Rio Côa junto à Praia Fluvial Vale das Éguas.	81
Figura 10 – Antigo e novo complexo termal do Cró.	83
Figura 11 – Casas de turismo rural.	89
Figura 12 - Restaurante “El Dourado” e restaurante “o Robalo”	89
Figura 13 – Vendedora de produtos locais em Sortelha.	94
Figura 14 - Festa São Sebastião (Baraçal).	98
Figura 15 - A arte de tourear numa capeia raiana/arraiana.	99

Índice de Quadros

Quadro I – Evolução da variação da população do Concelho do Sabugal de 1900 a 2011.	66
Quadro II – Taxa Bruta de Natalidade, Mortalidade e Crescimento Efectivo referentes a 2008.	67
Quadro III – Empresas em actividade no Concelho do Sabugal, segundo a CAE – Rev.2.1.	71
Quadro IV – Monumentos existentes no Concelho do Sabugal.	86
Quadro V - Museus no concelho do Sabugal em 2011.	87

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – População residente no concelho do Sabugal de 1900 a 2011.	65
Gráfico 2 – Nível de instrução da população residente no concelho do Sabugal e na região Centro.	69
Gráfico 3 – Evolução da população empregada por sector no concelho do Sabugal.	70
Gráfico 4 – Áreas de intervenção das associações do concelho.	90

Índice de Mapas

Mapa 1 – Evolução da População: 1930-1960 E 1960-2001.	36
Mapa 2 - A Iniciativa Comunitária LEADER em Portugal Continental – Entidades Locais; LEADER I (1991-93); LEADER II (1994-99); LEADER+ (2001-06).	41
Mapa 3 – Localização geográfica do concelho do Sabugal.	62
Mapa 4 – Concelho do Sabugal por freguesias e aglomerados por grau hierárquico.	63
Mapa 5 – Rede viária do concelho do Sabugal.	64
Mapa 6 – Distribuição da população residente por freguesia no concelho do Sabugal em 2011.	68
Mapa 7 - Perspectiva natural do concelho do Sabugal.	76
Mapa 8 – Enquadramento Geográfico da Reserva Natural da Serra da Malcata.	78
Mapa 9 – Enquadramento Geográfico das Praias Fluviais do concelho.	82
Mapa 10 – Localização dos cinco castelos do concelho do sabugal.	85
Mapa 11 – Distribuição da restauração e alojamento no concelho do Sabugal em 2011.	88
Mapa 12 – Associações por 100/Hab, por freguesia no concelho do Sabugal em 2011.	91
Mapa 13 – Área de troca de contrabando, entre as povoações portuguesas e espanholas.	96
Mapa 14 – Freguesias onde se realizam capeias arraianas no concelho do Sabugal.	100

Anexo I

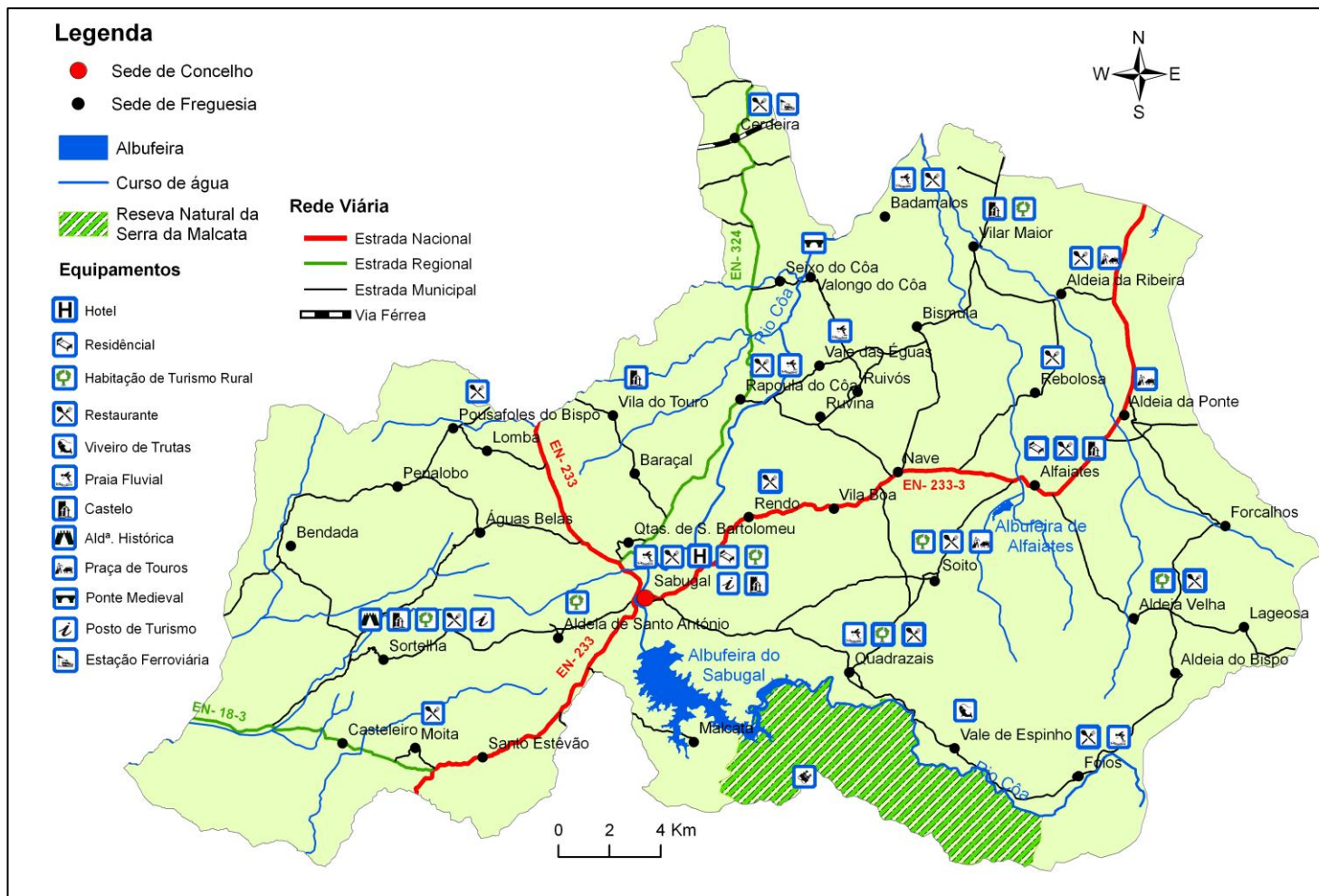
Gíria Quadrazenha

Gíria Quadrazenha	Tradução
"Mancha Gíria"	
Ó manega penha gíria	Ó rapariga és bonita
Inda nentes te altanaste	ainda não te casaste
Mois sabunhe porque penha	Eu sei porque é:
Porque com atro galraste.	Porque o outro falaste.
Moines não se altanou	Eu não me casei
Nem se crunhe altanar	Nem me quero casar:
Tunho juca aos manegos	Tenho raiva aos rapazes
Que não sabunhem galrar	Que não sabem namorar.

Disponível em: <http://www.quadrazais.net>

Anexo II

Mapa de Informações Gerais do Concelho



Anexo III

Mapa do Património Classificado

